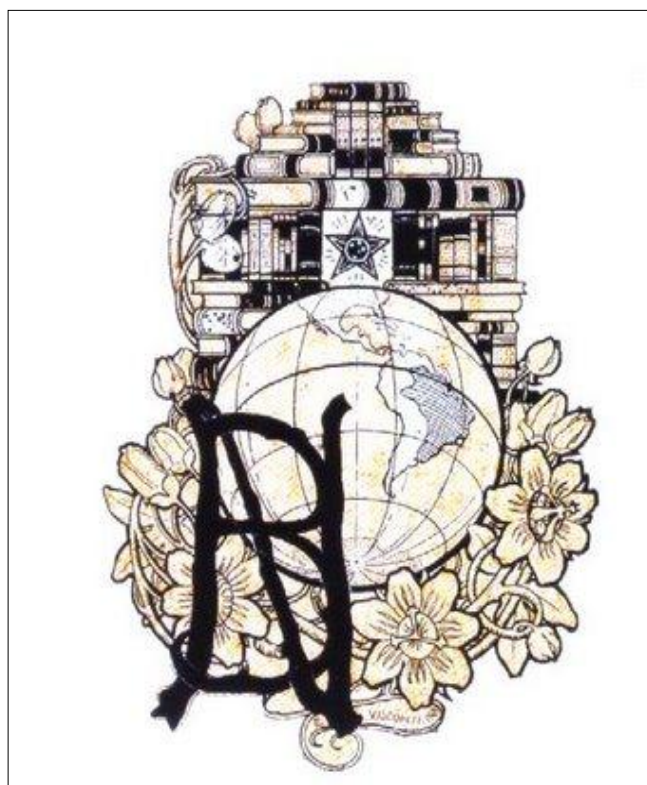


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2013

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



Rogério Brittes W. Pires

**Duas Rotas para as Guianas: Fronteiras e Populações nas Descrições do Norte
Amazônico por Francisco José Rodrigues Barata e José Lopes dos Santos
Valadim (1791-1799)**

2013

2

SUMÁRIO

1. Descrição geral do projeto	4
2. Resumos	4
3. Objetivos iniciais do projeto e Mudança de Foco	5
4. Ensaio: Duas Rotas Para as Guianas	8
4.1. O Diário de Barata	9
4.1.1 Cachoeiras e Sezões	12
4.1.2 Índios da Equipagem e Nações Selvagens	15
4.1.3 Essequibo, Demerara e Berbice	23
4.1.4 A Nação Judaica Portuguesa do Suriname	30
4.1.5 A Colônia Holandesa do Suriname	36
4.1.6 A Vida de Francisco José Rodrigues Barata	48
4.1.7 O Diário de Barata na Literatura	50
4.2 As Descrições de Valadim	54
4.2.1 Da Cidade do Grão-Pará à Macapá	56
4.2.2 Ficções entre os Franceses	58
4.2.3 Fronteiras, Rios e Marcos	60
4.2.4 O Território Contestado do Araguari ao Oiapoque	62
4.2.5 Caiena e a Guiana Francesa	68
4.2.6 Índios Aldeados e Fugitivos	73
4.2.7 A Abolição na França e os Mocambos do Cabo do Norte	78
4.2.8 A Vida de José Lopes dos Santos Valadim	81
4.2.9 Os Usos das Descrições de Valadim	85
5. Indicação da Contribuição da Pesquisa para a Fundação Biblioteca Nacional e Propostas de Futuros Trabalhos	86
6. Manuscritos Citados (Fontes Primárias)	87
7. Bibliografia Citada (inclui Fontes Secundárias)	88
8. Avaliação do Projeto Final	95
Anexo 1: Mapa da Viagem de Barata	96
Anexo 2: Mapa das Viagens de Valadim	

1 – DESCRIÇÃO GERAL DO PROJETO

Proponente do Projeto: Rogério Brittes W. Pires	
Telefones p/ contato: (21) 2568-4183 e (21) 96950-2623	E-mail: rogeriobwp@gmail.com
Período de abrangência do Relatório: janeiro a dezembro de 2014	
Título (antigo) do Projeto: Saramakas e Quilombolas em uma Perspectiva Comparada: Explorando o Acervo Documental e Bibliográfico da Biblioteca Nacional	
Título (final) do Relatório: Duas Rotas para as Guianas: Fronteiras e Populações nas Descrições do Norte Amazônico por Francisco José Rodrigues Barata e José Lopes dos Santos Valadim (1791-1799)	
Área: História	Subárea: História do Brasil

2 – RESUMOS

2.1 Resumo do Projeto (antigo)

Um dos símbolos mais fortes da resistência negra à escravidão é a figura do escravo fugido. Através das Américas, histórias de fugas e lutas de antepassados deram origem a comunidades hoje denominadas quilombolas, *palenqueras*, mocambeiras, *cimarrones* ou *maroons*. Meu projeto busca uma visão comparativa do passado das comunidades descendentes de escravos fugidos nas Guianas, em particular os Saramaka do Suriname, com o contexto dos remanescentes de quilombos no Brasil, dando especial atenção à região amazônica e o planalto das Guianas, mas não me restringindo a elas. Ampliando o espectro de uma pesquisa etnográfica em curso, pretendo analisar fontes escritas que permitam o cruzamento de dados acerca das populações no que diz respeito às constituições destes povos, à circulação e encontros entre eles em redes de trocas.

Palavras-chave: *maroons, quilombolas, Guianas.*

2.2 Resumo do Ensaio (final)

Na última década do século XVIII, o então governador do Grão-Pará, Francisco Coutinho, envia militares portugueses para missões de reconhecimento nas províncias do Grão-Pará e do Rio Negro, e nos territórios vizinhos pertencentes a outras nações europeias: as Guianas Holandesa, Inglesa e Francesa. A partir destas missões, foram elaborados documentos oficiais, descrições da região. Duas delas são particularmente ricas em informações sobre as colônias vizinhas: um diário de Francisco José Rodrigues Barata sobre uma viagem de Belém a Paramaribo passando pelo Rio Negro, Branco, Essequibo, Demerara e Berbice; e um conjunto de descrições da Guiana Francesa e das terras do Cabo Norte feitas por José Lopes dos Santos Valadim. O atual trabalho é uma apreciação geral destes dois documentos, indicando as contribuições que eles podem fornecer, enquanto fontes, para a historiografia do norte amazônico, sobretudo no que diz respeito às populações negras, indígenas e os litígios acerca das fronteiras coloniais.

Palavras-chave: *Amazônia, Guianas, Francisco José Rodrigues Barata, José Lopes dos Santos Valadim.*

3 – OBJETIVOS INICIAIS DO PROJETO E MUDANÇA DE FOCO

Os objetivos iniciais de minha pesquisa envolviam a busca, no acervo bibliográfico e documental da Biblioteca Nacional, de comparações e relações entre as populações descendentes de escravos fugitivos no Suriname e no Brasil. As comunidades *businenge* ou *maroons* (como são conhecidas no Suriname) e quilombos ou mocambos (como são chamadas no Brasil) se constituíram e desenvolveram sob condições históricas bastante diferentes, resultando em socialidade bastante diferentes. Os seis grupos maroons do Suriname e da Guiana Francesa (*aluku*, *kwinti*, *matawai*, *ndyuka*, *paamaka* e *saamaka*) conseguiram relativa independência com relação ao poder colonial já no séc. XVIII, quando após décadas de guerra, assinaram tratados de paz com as autoridades holandesas. Isto permitiu que suas sociedades se desenvolvessem em relativo isolamento com relação ao mundo colonial, da costa e da cidade, mantendo marcadores étnicos e linguísticos que os distinguem com clareza das demais populações da região – e mesmo dos afrosurinameses da costa (cf. Herskovits & Herskovits 1934; Price 1996, 2002). No Brasil, levantamentos contam 4.000 comunidades quilombolas pelo país (Mello 2012: 58); seus processos de formação e suas condições atuais são bastante heterogêneas, mas uma imagem comum – tanto no meio acadêmico quanto no senso comum – é a de que grande parte dessas comunidades conseguiu sobreviver à violência colonial e estatal tornando-se “invisível”, isto é, mitigando seus marcadores étnicos externos a ponto de serem confundidos com povoações rurais ou ribeirinhas circunvizinhas (cf. Price 2000; Sauma 2013: 37-8), processo que só teria realmente se alterado a partir de 1988 com o reconhecimento legal do *status* de quilombola pela Constituição Nacional.

Meu projeto previa estabelecer pontos de contato entre a experiência de constituição de comunidades de fugitivos no Brasil e no Suriname, focando sobretudo nos mocambos amazônicos e nos *saamaka* do Suriname. Especialmente porque a literatura recente e os documentos históricos demonstram ter havido contatos diretos entre estes grupos (Gomes 2001; Capiberibe 2009: 56, 199-200, 233-4; Sauma 2013: 214; Price 2007, 2013) o que já havia sido aventado por Arthur Ramos (1942: 78). A ideia era, por um lado, valer-se de perspectivas oferecidas pelas fontes documentais para traçar um paralelo histórico entre as populações descendentes de escravos fugidos no Suriname e o Brasil. Por outro, buscar no arquivo as ligações, os encontros destes povos, diretos e indiretos, com intermédio ou não de índios ou brancos; procurar fontes que auxiliassem a compreender as redes que ligam diversos povos afroindígenas na Amazônia, o fluxo de pessoas, bens, espíritos e ideias que serve de motor para a constituição sincrética destas sociedades.

Comecei a pesquisa na Coleção Arthur Ramos. Na correspondência do estudioso brasileiro¹, busquei, sem sucesso, dados acerca de populações descendentes de escravos fugidos no Brasil e no Suriname. Depositei minhas esperanças em encontrar dados acerca do tema na correspondência de Ramos com o antropólogo norte americano Melville Herskovits (que fez trabalho de campo entre os saamaka nos anos 1920), mas não obtive sucesso. No diálogo entre Herskovits e Ramos vemos claramente que o interesse principal do primeiro (conforme o próprio frisa em carta de 18/03/1937²) era encontrar correspondências entre as práticas negras no Brasil e em outras partes do mundo, traçar paralelos entre “africanismos” por todas as Américas. Do lado de Ramos, é a questão do negro *no Brasil*, inserido em uma particular estrutura de classes, o problema pelo qual se interessa. Conforme sublinha Guimarães (2004: 9), na correspondência entre Herskovits e Ramos vemos as diferenças em seus enfoques. O primeiro em busca de dados sobre os negros brasileiros para ajudar a compor seu quadro de africanismos através das Américas, enquanto o segundo, apesar de certo interesse nos negros norte-americanos, busca antes de tudo indicações teóricas do antropólogo americano. Seu interesse comparativo apenas se aprofunda no tocante à África, que ajudaria a prover o contexto histórico para pensar o negro brasileiro³. Foi possível encontrar interessantes intercâmbios acerca de populações negras no Brasil, em Trinidad, nos EUA, e também na Nigéria. Mas sobre quilombos no Brasil e nas Guianas, nada digno de nota. O Suriname é mencionado apenas em cartas de 1937, quando Ramos acusa o recebimento de uma cópia *Suriname Folk-lore* (Herskovits & Herskovits 1936). Considera o livro “muito bem documentado”, “cheio de ensinamentos” e diz que vai “divulgá-lo entre os estudantes brasileiros”.⁴ Não há qualquer menção aos quilombolas brasileiros e *Rebel Destiny*, a obra de Herskovits que foca nos *maroons* saamaka, tampouco é mencionada.

Os dados encontrados no Coleção Arthur Ramos – melhor expostos no meu Relatório parcial de pesquisa (Pires 2014) são relevantes, mas fogem do foco de meu trabalho. Não encontrei referências úteis a quilombos na correspondência de Ramos, nem com Herskovits, nem com outros pesquisadores do fenômeno afro-americano, como Nunes Pereira (pioneiro no estudo das religiões de matriz africana no Acre, Rondônia, Manaus e Maranhão), cuja coleção também explorei sem sucesso. O tema dos mocambos no Pará e em outras partes da Amazônia não é sequer levantado. Os

1 A correspondência de Arthur Ramos já rendeu alguns artigos interessantes acerca da formação do campo de estudos das populações negras na antropologia brasileira: Biblioteca Nacional 2001; Cunha 2007; Faillace 2004; Guimarães 2004; Lima 2013.

2 Herskovits, M. “Carta a Arthur Ramos” (18/03/1937), Coleção Arthur Ramos / Biblioteca Nacional, I-35,31,1435 (doravante CAR/BN, seguido, como aqui, de referência/localização da própria Coleção).

3 Ramos, A. “Carta a Melville J. Herskovits” (24/02/1937), CAR/BN I-35,15,176; Herskovits, M. “Carta a Ramos” (14/11/1937), CAR/BN I-35,31,1439; Bascom, W. “Carta a Arthur Ramos” (03/11/1937), CAR/BN I-35,22,615.

4 Geddes, D. “Carta comunicando...” (26/01/1937), CAR/BN I-35,30,1345; Ramos, A. “Carta a Melville J. Herskovits” (*op. cit*); Ramos, A. “Carta a Donald Porter Geddes” (24/02/1937), CAR/BN I-35,15,156.

maroons do interior do Suriname, bem como os descendentes de escravos refugiados na região amazônica brasileira pouco interessavam ao projeto de Arthur Ramos. Como muito do que se produzia à época sobre a população afrodescendente brasileira, as pesquisas de Ramos centravam-se muito no contexto urbano ou semiurbano, onde a relação tensa com a “sociedade de classes envolvente” parecia mais premente e mais adequada para estudos de “aculturação”.

Seguir nesta direção me parecia muito pouco promissor, posto que ainda desejava manter meu foco na região das Guianas e nos mocambos amazônicos. Decidi então inverter meu plano de pesquisa. Deixei de lado a pesquisa nas coleções dos intelectuais brasileiros e passei a analisar manuscritos e diários de viajantes no norte amazônico. A questão do litígio nas fronteiras entre os domínios Portugueses, Franceses, Holandeses e Espanhóis nas Guianas geraram uma quantidade enorme de documentos que ainda me parecem ter sido pouco explorados cientificamente. Dentre os primeiros documentos que abri, dois manuscritos do final do século XVIII me chamaram a atenção pela riqueza de informações neles contida: o “Diário da Viagem que Fez à Colônia Holandesa de Surinam...”, datado de 1799, escrito por Francisco José Rodrigues Barata; e “Descrição Geográfica da Costa Oriental da Guiana Portuguesa...”, de 1795-1796, por José Lopes dos Santos Valadim.⁵

Barata fez uma viagem de Belém a Paramaribo, capital da Guiana Holandesa, pelo interior dos rios amazônicos, passando pela então Guiana Inglesa. Valadim foi de Belém a Caiena, capital da Guiana Francesa, pelos rios e costa da Amazônia setentrional brasileira. Cada qual ao seu estilo, estes oficiais portugueses descreveram a região, sua população, sua economia, seus rios, suas guarnições militares. Resolvi partir destes dois documentos para empreender uma pesquisa sobre a Amazônia na década de 1790. O texto que segue é o resultado. Dediquei-me, ao longo do período da pesquisa, a uma leitura detida destes documentos, de documentos relacionados que esclarecem seus contextos e da bibliografia contemporânea que trata dos temas neles contidos. Verdade, as informações sobre mocambos, meu foco inicial, são esparsas nos textos de Barata e Valadim. Ainda assim, algo sobre as populações negras da Amazônia aparecerá ao longo de meu trabalho, ao lado de informações sobre outros temas relevantes da região.

Cabe dizer, por fim, que analisei também diversos documentos auxiliares, em particular muitos escritos pelo então governador do estado, Francisco Maurício de Sousa Coutinho. Eles me ajudaram a ter uma compreensão mais ampla dos escritos de Valadim e Barata. O espaço e escopo limitado deste relatório, porém, não permitem-me entrar em detalhes sobre eles.

5 Como as referências a estes documentos abundam no relatório, para simplificar, cito-os no seguinte formato: [Sobrenome do autor | Ano], utilizando iniciais quando há mais de uma autoridade citada como mesmo sobrenome, e letras minúsculas após o ano para indicar documentos diferentes de uma mesma data por uma mesma autoridade. Assim, o “Diário...” é (Barata 1799) e a “Descrição...” é (Valadim 1795-6). As referências completas, com localização na BN, vão após o texto. Quando utilizo versões impressas de documentos, valendo-me delas como fontes secundárias, simplesmente as cito como cito a bibliografia comum.

4 – ENSAIO: DUAS ROTAS PARA AS GUIANAS: FRONTEIRAS E POVOAÇÕES NAS DESCRIÇÕES DO NORTE AMAZÔNICO POR FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES BARATA E JOSÉ LOPES DOS SANTOS VALADIM (1791-1799).

A região das Guianas compreende desde a foz do Amazonas, ao norte da ilha do Marajó, até a foz do Orinoco – onde hoje estão o estado brasileiro do Amapá, a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e a região venezuelana Guayana. Ao sul da região estende-se o planalto das Guianas, incluindo boa parte do norte amazônico: parte do estado do Pará, Roraima e das regiões Bolívar e Amazonas na Venezuela. Habitada primordialmente por índios dos troncos linguísticos Arawak e Carib, foi o navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón o primeiro europeu a chegar na região, em 1500. Desde o início, as nações europeias enfrentaram dificuldades para colonizar a região, em grande parte devido à geografia, que tornava inviáveis ou pouco lucrativos muitos dos empreendimentos coloniais ali iniciados. Rios caudalosos e pouco navegáveis, manguezais extensos, mares revoltos, vegetação densa e epidemias constantes fizeram com que a região fosse chamada de “costa selvagem”. Um local ermo que, se comparado com outras regiões das Américas, apresentou um ritmo mais lento de atividade europeia. Com uma densidade populacional bastante baixa, a região foi considerada (e ainda é, por muitos) um “vazio demográfico”, com fraca presença de autoridades coloniais fora dos pequenos centros costeiros como Macapá, Caiena, Paramaribo, Essequibo, Demerara e Berbice. O interior das Guianas foi descrito por portugueses como um “sertão” selvagem, perigoso, onde talvez se escondesse o sonhado El Dorado, mas que poucos se aventuraram a desbravar. Populações indígenas, escravos fugitivos e mesmo brancos desertores conseguiram estabelecer, assim, uma povoação esparsa mas relativamente independente dos estados, ao longo do interior da região. O que não quer dizer que as metrópoles ignorassem ou abrissem mão de seus territórios mais distantes. Do século XVI ao XXI, a costa e o interior das Guianas foram palco de intermitentes disputas territoriais – primeiro entre Espanha, Portugal, Inglaterra, Holanda e França, depois entre estes três últimos, Brasil e Venezuela. Guerras coloniais foram frequentes na região, populações foram deslocadas, colônias trocaram de mãos entre as metrópoles europeias. As fronteiras, distantes, incertas, eram objeto de preocupação e conflitos militares e diplomáticos, mas permaneceram excepcionalmente fluidas e porosas por séculos.

As próximas páginas apresentam uma perspectiva militar portuguesa sobre esta região na década de 1790. Meu objetivo nelas é apresentar as descrições das Guianas quais vistas por Barata e Valadim, indicando as múltiplas conexões possíveis de seus textos com a literatura antropológica e historiográfica da região. Não pretendo esgotar nem me aprofundar em nenhum dos temas que levanto, apenas “flanar” sobre as Guianas e seus temas, focando na riqueza destes documentos.

4.1 O Diário de Barata

Francisco José Rodrigues Barata era porta-bandeira do Sétimo Regimento de Cavalaria da Cidade de Belém, quando em 1798 foi enviado pelo Governador e Capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho para uma longa viagem até o colônia do Suriname. O objetivo da viagem era entregar uma carta a David Nassi, o líder da Nação Judia Portuguesa no Suriname. Abaixo reproduzo as instruções que Barata recebeu de Coutinho:

Instrução para o porta-bandeira do regimento da cidade, Francisco José Rodrigues Barata, para execução da diligência de que vai encarregado.

Em consequência das ordens de Sua Majestade, o porta-bandeira da sétima companhia do regimento da cidade, Francisco José Rodrigues Barata sairá desta cidade na diligência de subir pelos rios Negro e Branco, para das cabeceiras deste passar-se as do Repunuri e Excequebe, descer por este até ao porto de Demerari, dele passar pela via mais breve à cidade de Surinam, em procura do doutor David Nassi, ou quaisquer outros dos quem se dirige a minha carta inclusa, com a quem contém, e me foi expedida pela secretaria d'Estado d'ultramar.

Logo que chegue ao Rio Negro requererá ao Sr. governador daquela capitania lhe facilite embarcação própria, se não bastar a em que vai, e sobretudo remeiros práticos daqueles distritos, e o sargento e soldado que o ano passado desceram pelo mesmo Excequebe, para que possa fazer a viagem com toda segurança.

Não se deterá mais tempo em partir que o preciso para se aprontarem os socorros indispensáveis.

Logo que chegue ao primeiro estabelecimento da fronteira que esteja em poder da nação inglesa ou holandesa, como com uma e outra estamos em paz e boa harmonia, ou seja porto fortificado, ou vila aberta, e ao magistrado que existir nela, com o passaporte de que aí munido, requerendo-lhe a passagem livre para o fim a que se destina, prestando-se a todas as prevenções, exames e cautelas a que obrigarem, para desvanecer toda a desconfiança que possam conceber.

Este mesmo procedimento praticará logo que chegue a Demerari, Excequebe e Surinam, à presença dos Srs. generais e governadores destas colônias, e para que não haja o mais leve motivo de dúvida e de desconfiança, requererá do Sr. governador do Rio Negro outro passaporte, em que indubitavelmente se declares os nomes e qualidade das praças que o acompanharem nesta diligência. Permitindo-se-lhe a intentada viagem, esperará somente em Surinam que lhe deem resposta, ou não a tendo, recibo de entrega, e então pedindo os passaportes precisos se recolherá pelo mesmo caminho. Caso porém se lhe não permita este, pedirá licença para se embarcar para a Europa, e de qualquer porto onde chegue se passará quanto antes ao de Lisboa, com resposta ou recibo, que deverá apresentar ao Illm. e Exm. Sr. ministro d'Estado d'ultramar, para dispor o seu destino.

Caso lhe neguem a passagem, não regressará sem fazer toda a possível diligência para que o deixem chegar à presença do Sr. general da colônia onde estiver, porque naturalmente S. Ex. lhe há de permitir. Quando porém absolutamente se lhe negue, voltará para a cidade com a maior brevidade possível. – Pará, 28 de Fevereiro de 1798. – Com a rubrica de S. Ex. (F. Coutinho *apud* Barata 1846 [1798]: 199-200)

As ordens que Francisco de Sousa Coutinho recebeu de seu irmão, Rodrigo de Sousa Coutinho⁶, não exigiam que o trajeto fosse pelo Essequibo. Ao contrário, sugere passar por Caiena, como atesta o documento a seguir:

Remeto a V. S. a inclusa carta para os judeus portugueses de Surinam, que sua majestade ordena que V.S. procure fazer chegar ao seu destino, ou por via de Caiena, ou por outro qualquer meio que se lhe ofereça mais oportuno. (R. Coutinho *apud* Barata 1846 [1797]: 201)

Portugal estava então em conflito com a França, dadas as Guerras Revolucionárias na Europa. O trajeto mais curto, costeiro, via Caiena, estava interdito. Assim, o percurso sugerido por Francisco Coutinho foi mais longo: dos canais e igarapés do Amazonas, pelo rio Negro, dali ao

⁶ Rodrigo Coutinho, Conde de Linhares, desde 1796 ocupava a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, a partir da qual administrava todas as colônias (Pombo 2008)

rio Branco, tomando o caminho do Tacutu, do Sauriwau, atravessando violentas cachoeiras pelos rios Rupununi e Essequibo que deságua no mar do Caribe. Da foz do Essequibo por mar e terra até as colônias inglesas e holandesas: Essequibo, Demerara, Berbice e, finalmente, Paramaribo.

Entre ida e volta, foram dez meses e meio de trajeto e, estimo, 8 mil quilômetros navegados. Em formato de diário, Barata apresenta uma "breve e tosca porém exacta narração". Certamente, a carta a Nassi era apenas parte do motivo que fez Coutinho enviar Barata por este longo trajeto. Interessado em desenvolver e colonizar o interior das capitânicas do Grão-Pará e do Rio Negro, promovendo o extrativismo das chamadas "drogas do sertão", a atividade pesqueira, madeireira, pecuária e agrícola, Coutinho envia o porta-bandeira para fazer um reconhecimento da área, notando a composição das populações por todo o trajeto; as potenciais e existentes atividades econômicas; o estado de guarnições e instalações militares. Barata dá atenção ao tipo de vegetação, à navegabilidade dos rios, às vilas e povoações pelo caminho, às populações indígenas da região. Igualmente, Coutinho está interessado em saber o estado das colônias estrangeiras, nos aspectos econômicos, político, cultural e militar. Barata apresenta descrições dos quatro estabelecimentos anglo-saxônicos da costa das Guianas, dando especial atenção ao Suriname. Nas últimas páginas, pede desculpa pelo Diário não ser ainda mais "enriquecido de notícias uteis, e observações curiosas na parte philozophica, historica, politica e moral" (Barata 1798)⁷.

Apesar de não ser um "viagem filosófica" tão detalhada ou conhecida quanto as que empreenderam no Amazonas e nas Guianas Charles Marie de La Condamine (1743-1744), Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), Alexander van Humboldt (1799), Robert Hermann Schomburgk (1835-1839) ou Henri Coudreau (1883-1889), o Diário de Barata é fonte rica para observar a perspectiva portuguesa acerca de diversos aspectos da vida no norte amazônico em fins do século XVIII. Apresento uma apreciação geral dos principais dados coletados pelo porta-bandeira. Para auxiliar a leitura, preparei um mapa (anexo 1), traçando, o mais de perto possível, todos os rios, canais e igarapés pelo qual passou ao expedição. Indico também as principais povoações visitadas. Plantações, cacaos, engenhos e feitorias são impossíveis de serem localizadas com precisão, mas sua posição aproximada está indicada na tabela que acompanha o mapa, junto com cursos d'água menores, tampouco indicados no mapa. Na tabela, os nomes entre colchetes indicam a toponímia atual para os pontos citados.

Na maioria dos locais onde passou, Barata deu especial atenção à atividade econômica e à população. Em sua análise do diário, Ricci apresenta uma tabela dos produtos comercializáveis

⁷ Após este pequeno exemplo, passo a modernizar a ortografia de todos os documentos citados, para facilitar a leitura. Como todas as citações de fontes primárias do item 4.1 e subitens referem ao mesmo documento, deixo de indicar sua fonte daqui para frente. São todos Barata 1798.

destacados no documento, indicando a localidade, os habitantes que organizavam a produção e os trabalhadores preponderantes. Após a apresentação dos dados, afirma:

Se pensarmos no lado português, Barata se preocupou em descrever a produção que era abundante ao redor de grandes cidades [...] bem insignificante nas fronteiras com as Guianas. Mapeou a diversidade de produtos, sua adequação à natureza local e quem organizava o trabalho. A todo o tempo a descrição da prosperidade anglo-holandesa era comparada à portuguesa. No diário o local dos portugueses foi privilegiado. Contudo, pelo lado português era mais usado o trabalho dos indígenas como mão de obra e para o lado inglês e holandês os negros de origem africana foram ressaltados. Também é importante notar que, na medida em que Barata vai se embrenhando nas matas e rios mais distantes de Belém e de grandes centros como Santarém, mais presente se faziam os povos indígenas e menos presentes os brancos europeus e portugueses. (Ricci 2013: 300-301).

A análise é pertinente. Nos primeiros passos da viagem, ao longo do Amazonas e seus tributários, pelas vilas de Gurupá, Almeirim, Monte Alegre, Santarém e Óbidos, Barata encontra vários cacauais, quase sempre nomeando seu proprietário. Engenhos de açúcar e plantações de mandioca, feijão, tabaco também estão presentes na capitania do Pará, bem como a atividades de pesca, produção de manteiga, coleta de ovos de tartaruga e extração de drogas do sertão, salsa, cravo. Quando descreve Santarém, Barata demora-se em elogios a Francisco Coutinho, afirmando que foram suas ordens que fizeram aquela vila desenvolver-se como “o mais importante objeto de comércio depois da capital”, tendo ali substituído “a intriga e a preguiça” pelo “amor ao trabalho”.

Ao chegar na Capitania do Rio Negro⁸, após passar pela Vila Nova da Rainha (atual Parintins) e pela vila de Silves, Barata faz sua parada mais longa: fica 51 dias esperando Duarte Jozé Minguens, vindo do Rio Branco, o único soldado que segue viagem com ele. A partir dali, vão sendo mencionadas mais e mais vilas onde “não há comércio de agricultura ou comércio”, ou apenas escassa atividade econômica. O cacau desaparece, na maioria dos locais cultivam apenas gêneros de primeira necessidade, como mandioca. Apenas na boca do Rio Branco, próximo à povoação de Poiães e à capital Barcellos, Barata encontra alguns poucos locais produzem café, peixes, tartarugas e manteiga, e alguma atividade pecuária, incluindo uma fazenda real com algo entre 900 e 100 cabeças de gado. Mais a jusante, na povoação Camame, mais uma fazenda real. Em Lugar do Carmo e no rio Surumú, ele nota duas antiga feitoria de peixe desativadas. Mas o autor não deixa de frisar as diversas perspectivas econômicas possíveis para os locais onde passa: diz, por exemplo que Barcelos tem terra própria para anil e café; e considera que as margens do rio Branco seria próprias para o cultivo do café, cacau, e para criar gado e cavalos.

8 Lembremos que a antiga divisão da colônia portuguesa na América era entre Estado do Brasil e Estado do Maranhão (depois chamado de Estado do Maranhão e Grão-Pará). Em 1775 a divisão é alterada, o Maranhão é desmembrado em Estado de Maranhão e Piauí e Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Este último, por sua vez, era subdividido entre a Capitania do Pará (com sede na Cidade do Pará, atual Belém) e a Capitania de São José do Rio Negro (com sede alternadamente em Barcelos e na Barra do Rio Negro, atual Manaus). Quando da ida de Barata a capital da Capitania do Rio Negro acabava de passar da Barra do Rio Negro (onde estava desde 1791) de volta para Barcelos, por influência de Francisco Coutinho. Porém, o governador da capitania ainda morava na Barra do Rio Negro, que voltaria a seu *status* de capital em 1808 (c.f. Pinheiro 2011: 3-4).

A população das vilas no Pará era principalmente composta por índios (“de diversas nações”) e brancos que organizavam a produção. Chegando ao Rio Negro, a mesma organização se apresentava em Serpa, Silves, Barcelos, Aijrão, Meira, Carvoeiros, Poiares, Santa Maria (Nova), Carmo, Conceição e na Fortaleza de São Joaquim (atual Boa Vista). Porém, eram progressivamente menos e menos populosas: Santa Maria tinha menos de 30 pessoas, Lugar de São Fillipe apenas 15 habitantes. Algumas vilas, como Santa Maria Velha, Conceição e Camame estavam abandonadas. Havia uma fazenda real de gado perto de Camame, mas contava apenas 300 cabeças de gado, e Barata notou a dificuldade em se aumentar a produção ali, pela falta de sombra e pela distância entre os locais bons para o pasto e a água limpa⁹. Da vila de Camame mesmo, só restavam algumas árvores frutíferas. Apenas ao cruzar a fronteira, chegando na Guiana Inglesa pelas cachoeiras do Rupununi e descendo o Essequibo, Barata volta a encontrar locais habitados e de atividade econômica pujante. A partir daí, temos talvez a seção mais importante do documento, quando Barata compara as colônias Inglesa e Holandesa da Guiana com a Portuguesa, trazendo valiosas informações para Francisco Coutinho e para a Coroa Portuguesa. Antes de adentrarmos nela, mais algumas palavras sobre a Amazônia brasileira vista sobre os olhos de Barata.

4.1.1 Cachoeiras e Sezões

O trajeto traçado por Barata surpreende pelas enormes distâncias que cruzou e pelos perigos enfrentados pelo caminho. Verdade, não se tratava de uma área totalmente inexplorada: desde ao menos 1700, os portugueses almejavam expandir a influência na região, tendo o frade carmelita Jeronymo Coelho estabelecido um comércio com os holandeses em 1718, através da mesma rota que Barata traçou, atingindo o Essequibo pelo Saraurú e pelo Tacutu. O português Francisco Ferreira também estabelecera uma rota de escambo na mesma região, o que nos autoriza a inferir que havia uma rede de comércio extraoficial naquela fronteira, em meados do XVIII. O holandês Nicolau Horstman, na década de 1730, subiu o Essequibo e atravessou o Rio Branco, fornecendo a mais antiga descrição oficial do trajeto (cf. Menck 2008: 136; 2009: 309-11, 327-8).

De todo modo, era ainda uma rota pouco acessada por europeus, numa área distante, insalubre, pouco conhecida, mesmo se comparada com as também distantes e esparsamente habitadas vilas portuguesas dos rios Negro e Branco. Doenças e acidentes naturais foram os principais obstáculos à viagem de Barata. Sobre os últimos, o porta-bandeira impressiona-se com as dificuldades em vencer as cachoeiras do rio Branco e as que dividiam a bacia do Essequibo da bacia Amazônica. As narra em detalhes. No dia 20 de julho de 1798, partindo da desabitada Santa Maria Velha, Barata encontra a primeira grande cachoeira de sua viagem e de sua vida:

⁹ Esta fazenda foi fundada em 1787, de acordo com Andrello (2004).

Partimos de madrugada, e chegamos ao rabo da cachoeira às sete da manhã [...], e às oito chegamos à pancada da mesma. Descarregamos os mantimentos e o mais em terra, e depois tratou-se de passar as canoas para o que mandei atravessar a nado parte dos índios para um pequena ilha, e a outra parte ficou em terra, e fazendo passar por meio de uma linha de pescar uma das cordas de cipó para a dita, e a outra para a terra, me meti à cachoeira, que assim se chamam aqui vulgarmente as catadupas, que se encontram na maior parte dos grandes rios deste continente, bem como em alguns da África e da Ásia, e também da Europa, posto que muito menores. E foi então a primeira vez que vi estas espantosas serras aquáticas cujo horroroso estrondo, medonha vista, e iminentes perigos com que ameaçam, não deixam nas primeira impressões de fazer acudir o sangue, ainda aos corações mais resolutos. Entrei pois pelo pequeno canal, que fica entre a dita ilha e a terra, e puxando-se por uma e outra parte pelas cordas, fomos com muito trabalho subindo: e assim que a canoa chegou a ficar elevada quase perpendicularmente sobre uma das pedras que formam a pancada ou salto, e que eu vi as cordas estiradas, e os índios assaz repelidos pela grande correnteza que pouca força lhe deixava para poderem puxar e sustentar a canoa, então julguei que esta se perdia, e os que estávamos dentro perecíamos. Porém o índio piloto era bom; pois que animando aos mais índios, e prometendo-lhes que eu, logo que concluíssem a pusessem fora da cachoeira a canoa, lhes daria aguarente, eles se esforçaram de tal modo que em menos de um quarto de hora nos puseram fora de todo o perigo. Mande logo dar-lhes a aguarente prometida, e tratamos de passar a outra canoa, o que se conseguiu em menos tempo; o que feito tornamos a embarcar os mantimentos e o mais [...]

Passando esta cachoeira, os índios da equipagem não foram capazes de vencer a correnteza a remos, sendo preciso saltar em terra e puxar as canoas a cordas. As dificuldades reaparecem no trecho entre o Saraurú e o Rupununi, onde, entre 08 e 18 de agosto a expedição enfrenta seguidas quedas d'água, tendo de deixar para trás uma de suas canoas, com dois índios para cuidá-las. As que conseguem varar, necessitam ser trocadas ou calafetadas. Um trecho ainda tem de ser atravessado a pé e por pântanos, as canoas estivadas pelos índios. Além das dificuldades do próprio terreno, Barata bem nota que aquela não era a melhor época para a travessia ao Rupununi: entre fevereiro e maio, época das cheias, a navegação por ali seria mais fácil.

Descendo o Essequibo, entre 23 e 28 de agosto ainda mais cachoeiras necessitam ser atravessadas. No dia 26, outra enorme cachoeira ganha lugar de destaque no diário:

Neste dia prosseguimos a nossa viagem, e às oito horas chegamos ao princípio de uma medonha cachoeira, a qual mandei examinar pelos práticos, que voltaram anunciando que não achavam lugar por onde passássemos sem uma grande dificuldade e risco de vida, e que apenas havia um pequeno canal por entre duas ilhas, porém, que seria preciso limpá-lo de muitos ramos de árvores, que embaraçavam a sua passagem. Entramos enfim por esse canal, que com efeito era como eles diziam, acontecendo-me nele o dato seguinte, pelo qual fiquei desenganado de que os índios são insensíveis. Estava eu em pé na boca da tolda da canoa ao tempo em que esta passava de popa, como em semelhantes lugares se costuma, por baixo de uma árvores, cujos ramos foi preciso suspender, o que fez um índio que estava na dita tolda. Ao tempo em que este índio largou o ramo me advertiu para que o segurasse, o que fiz, mas com tal rapidez passou a canoa, que ela fugiu debaixo dos meus pés e eu fiquei suspenso e pendente do ramo, e caí finalmente no rio. Era violenta a correnteza, e portanto eu não podia vencê-la, pelo que segurado sempre no dito ramo ligenciei chegar à terra, porém era isto mui dificultoso, porque o ramo estava perpendicular no meio do rio. Então chamei a um índio da canoa para que me desse uma corda, o que fez, e no entanto todos os mais se puseram a rir, sem que algum me quisesse ou viesse socorrer.

O trecho nos autoriza a supor que, se as cachoeiras eram muito impressionantes e medonhas aos olhos do inexperiente europeu, talvez não fossem tão assustadoras para os indígenas que o acompanhavam. Naquela altura, os práticos que acompanhavam Barata eram da “nação Macochi” (Makuxi), recrutados cinco dias antes da aldeia onde viviam, no lago Apequeme. Certamente,

dominavam a navegação nos entornos. Apenas dois dias mais tarde, ao encontrarem mais cachoeiras, os práticos Macochi disseram desconhecer aquele trajeto. Eram as cachoeiras que antecederiam as primeiras habitações de eurodescendentes não portuguesas encontradas por Barata, umas “mulatas holandesas”. Uma espécie de fronteira não oficial, portanto. Os Makuxi aconselharam a Barata que buscasse práticos entre os “Gentios Caripûna” que por ali residiam.

Na ida a grande dificuldade narrada por Barata foram as cachoeiras; na volta, ele relata com angústia as doenças que acometeram-no e aos seus companheiros de viagem. Os índios de sua equipagem conheciam o perigo das epidemias que assolavam as Guianas – que tanto foram consideradas entraves para as colônias europeias na “Costa Selvagem” (cf. Redfield 2000: 196ss) – estavam receosos de seguir viagem com Barata. Já em 12 de agosto, o porta-bandeira afirma que os índios não lhe “acompanhavam com gosto, pelo receio que tinham das doenças, que eles por informações sabiam haver na colonia para onde íamos”.

Logo ao chegar no Suriname, Barata adoece, ficando 34 dias de cama, para os quais não há entradas no diário (de 25 de setembro a 29 de outubro). Foi diagnosticado com “um synocho ou febre podre¹⁰ [que] reduziu-me à última extremidade, de que escapei pela misericórdia divina, mediante os socorros que me deparou no honrado e generoso [David] Nassi”.

Esta é apenas a primeira das enfermidades narradas por Barata. Em 14 de novembro, ao voltar para Demarari, onde um soldado e os índios haviam ficado esperando enquanto o porta-bandeira passou ao Suriname, encontrou-os todos doentes, “uns ainda com sezões¹¹, e outros mal convalescidos, à exceção do índio Manoel do Nascimento, que falecera”. Ainda assim, Barata manda consertarem as canoas e se apressarem para sair. Mal curados, as doenças lhes acompanham até o fim do trajeto: dia 22 de novembro, no Essequibo, Barata afirma estar “a equipagem quase toda doente, em razão de que os mesmos convalescentes tornaram a recair”. O trajeto por terra entre o Rupununi e o Maú, no início de dezembro, é sofrido. Dia 14 o soldado volta a ter sezões.

[...] não me restando então pessoa alguma com saúde, pois eu também vinha atacado das mesmas, e isto sobre os estragos da grande e antiga moléstia de Surinam, cujos efeitos padecia ainda. Isto nos reduziu a todos a maior aflição, vendo-nos obrigados a carregar uns aos outros alternativamente para podermos prosseguir

No dia 18, conseguem finalmente chegar à Fortaleza de São Joaquim (no Rio Branco), onde descansam por dez dias. O soldado Duarte Jozé Miguens fica para trás, para se recuperar das mesmas sezões, pois ali tinha família residente. No caminho, Barata vai “deixando nas suas

10 Muito provavelmente febre amarela. *Synocho* significava, na medicina da época, febres continuadas, inflamatórias, dentre elas em particular a febre amarela (Siqueira 1989: 383). A febre amarela era também chamada de “febre pestilenta”, “do gênero dos synochos podres” (Barbosa 1929).

11 Febres intermitentes ou cíclicas. Muito provavelmente malária. De acordo com Saavedra “O termo 'sezões' era, até ao desaparecimento da malária em Portugal, na segunda metade do século XX, a designação popular para esta doença.” (2013: n2)

povoações os índios que trazia como esqueletos da morte, e tomando nas mesmas outros em seu lugar”. A cinco de janeiro de 1799, na Fortaleza da Barra do Rio Negro, Barata busca mais remédios, mas não aguenta a demora e resolve partir.

E como Deus dá sempre o frio conforme a roupa, sucedeu que dando-me as sezões no porto do lugar de Vila Nova da Rainha, lembrou-me mandar amornar uma pouca d'água, e bebendo dela uma porção considerável, isto serviu de emético, tão oportunamente aplicado, que obrigando-me a lançar quantidade imensa de cólera, suspenderam-se-me as sezões.

Mais de um mês depois, chega ao fim de sua viagem, e, na última página de seu diário, narra as dificuldades que teve em escrever o mesmo:

Finalmente, depois de dez meses e meio desta diligência tive o gosto, ainda que reduzido à mirrada forma de um esqueleto, de chegar à cidade do Pará no dia 14 de fevereiro do presente ano, pelas oito horas da manhã, e então mesmo a honra de ir à presença do meu Illm. e Exm. Sr. general, e a inestimável satisfação, para mim a maior que pode haver, e a justa consolação de crer que ele se dignou de não desaprovar meus passos, desculpando pela sua benignidade toda a falta que o seu penetrante e iluminado espírito poderia descobrir nos de um súdito por terras estrangeiras que não tinha pisado, e que são perigosas em todo o tempo, especialmente na conjuntura atual, e por nações diversas com que nunca tratei, esforçando-me, quanto foi possível, em conservar entre elas o decoro de minha [...] e ainda mesmo que para os deste Diário, que sendo sempre verdadeiro no que refere, podia contudo ser mais elegante se fosse escrito por outra mão, e aparecer mais brilhante, enriquecido de notícias úteis e observações curiosas na parte filosófica, histórica, política e moral. Mas a pouca ou nenhuma comodidade das canoas em que fui, a falta de alguma outra pessoa em quem pudesse descansar, e substituir a vigilância e cuidado efetivo que me era preciso ter nelas e nos índios, e em toda a economia da viagem [...] o contínuo trabalho da mesma viagem, as aflições e grandes doenças de todos os companheiros, e a minha desde que cheguei à cidade do Paramaribo, e sempre dali por durante, e em todo o meu regresso até esta do Pará, e finalmente o pouco tempo que me restou, e que tive até agora para extrair dos meus apontamentos e arranjar este Diário nos momentos intercalares da minha convalescença, ainda fraca, ou das mesmas sezões, que me tem aqui repetido algumas vezes, sendo preciso medicar-me neste espaço depois que cheguei, tudo isto, digo, não me permitiu uma produção mais perfeita [...].

Parte do drama na descrição das doenças, das cachoeiras e das dificuldades no trajeto pode ser atribuída à retórica de Barata, exposta no trecho acima, que em tom típico de sua época e posição, disfarçadamente humilde, enaltece sua própria aventura para os superiores. Entretanto, basta olhar no mapa o trajeto da expedição para perceber que não se trata de mera insinceridade. O curso que tomou o porta-bandeira era pouco seguro, inóspito, pouco cruzado até mesmo pelos indígenas que habitavam a região. Bem entendido, até hoje a fronteira entre as atuais Roraima e Guiana são um tanto quanto ermas; até hoje o fluxo de pessoas e mercadorias na região é marcado pela informalidade e ilegalidade (garimpos e atividade madeireira, sobretudo). O projeto estatal, explorador e civilizador do qual Barata foi uma pequena engrenagem, há mais de 200 anos, ainda não foi capaz de domesticar plenamente a região.

4.1.2 Índios da Equipagem e Nações Selvagens

Como vimos, Barata foi acompanhado apenas por um soldado, Duarte Jozé Miguens. O restante de sua companhia era composta de indígenas. Barata nunca especifica exatamente quantos, e apenas dá nome ao que morreu em Demerara, Manoel do Nascimento. Porém, um documento

escrito pelo Sargento Ignácio Rodrigues, da Fortaleza da Barra do Rio Negro em 5 de setembro de 1798 nos provém com mais detalhes sobre sua equipagem:

A 4 de Agosto de 1798 partiu da Fortaleza do Rio Branco o dito Porta Bandeira acompanhado do soldado Duarte José Migueis, e trinta e seis índios em três Canoas pelo Rio Tacutú acima a entrarem pelo Igarapé chamado Saraurú etc. chegarem a parte donde se haviam de transportar pelo pequeno trajeto de terra até saírem ao Rio Reponori, pelo dito trajeto vararam duas canoas três dias; no dia 18 de Agosto se transportaram já pelo Reponori abaixo, levando de sua equipação vinte índios sendo que o dito Porta Bandeira pediu na dita Fortaleza mais dois Soldados que eram canoeiros e os levou para no caso que lhe fosse preciso, mandar fazer alguma canoa já na margem do Reponori para o seu transporte pelo Rio abaixo mas não foi preciso; voltaram os ditos soldados em uma das canoas com seis índios, na dita passagem do trajeto fugiram dez índios que acompanhavam o dito Porta Bandeira o qual seguiu viagem pelo Rio Reponori abaixo com vinte índios e o dito soldado Duarte, em duas canoas. (Rodrigues *apud* Nabuco 1903b: 293-4).

O número de indígenas que seguiu com Barata portanto variou entre 20 e 36. Fica claro que eles foram sendo recrutados ao longo do trajeto, nas aldeias ou povoações onde viviam, muitos seguiam parte do trajeto e depois voltavam. Afinal de contas, o papel de prático – timoneiro conhecedor de acidentes hidrográficos e topográficos – é melhor exercido por aqueles que navegam com frequência num local. Como nota o próprio Barata, ao navegar pelo rio Negro: “nestes dois dias [2 e 3 de julho] continuamos a nossa viagem por entre diversas ilhas, que formam tantos canais, que para se poderem navegar é preciso um bom prático, porque de tal modo se confundem, as direções dos mesmos, que algumas vezes andam os viajantes por ali perdidos.” Não haveria melhores pessoas para função do que os indígenas das proximidades, acostumados a viajar pelos rios e igarapés com remo e vara, seja a trabalho para os europeus (transportando madeiras e outros produtos), seja para trocar ou guerrear com aldeias mais distantes.

Na entrada de 22 de abril, Barata faz a primeira referência à sua companhia indígena: no lugar do Carrazedo, “descansaram os índios da equipagem”. Oito dias depois, em Monte Alegre, deixa dois índios doentes e um “pertencente a Almeirim”. Em 1º de maio, chegando em Santarém faz uma troca de índios, deixa alguns e leva consigo outros. Uma semana depois, em Óbidos, necessita de dois índios para substituir outros que ali haviam fugido. Cinco dias depois, na Vila Nova da Rainha, consegue um índio prático. Entre o lugar de Carvoeiro e Poiares, antes de entrar no rio Branco, Barata tem de esperar os índios dali que o iriam acompanhar, “pois que alguns moravam em grande distância, e não tinham chegado”. Cinco dias depois, em 24 de julho, no lugar do Carmo, Barata leva consigo mais índios. O mesmo se repete a 3 de agosto, na Fortaleza de São Joaquim, onde Barata leva também três soldados que iriam voltar com a parte dos índios que ajudariam a varar as canoas por terra e depois retornariam à fortaleza. Eram os limites da habitação portuguesa na região e, a partir dali, para levar consigo índios práticos, é preciso negociar com as nações indígenas. Neste momento, entra a figura do principal¹², líder local com quem precisa tratar, através

12 Renato Sztutman (2005: 104) afirma que o uso da categoria de “principal” para nomear “aquele que chefia” é comum entre cronistas portugueses que descreveram populações ameríndias ao menos desde o séc. XVI: “com

de intérpretes indígenas, para conseguir levar consigo membros daquelas aldeias como práticos. Isto ocorre em 21 agosto com os Macochi e 28 com os Caripuna.

Descendo o Essequibo, chegando na costa habitadas por europeus, já não é mais necessário recrutar novos práticos, o problema agora é a diplomacia, que exige que Barata seja acompanhado por militares e habitantes locais. Entre Essequibo e Demerara, trajeto que faz por mar, segue com escolta militar e com um soldado holandês em seu barco. No trajeto entre Demerara e Berbice, que faz por terra para evitar os mares revoltos, Barata pega emprestado um cavalo com o administrador de uma plantação cujo dono está na Inglaterra. Com ele seguem dois índios e um negro prático ali recrutado. Já entre Berbice e o Surinam, Barata é transportado pelo Flag of Prince, uma embarcação do Surinam. Neste último trecho, Barata é acompanhado por apenas dois índios de sua equipagem, deixa os outros aquartelados com autorização do Major Belli, comandante da tropa de Berbice.

Estes índios da equipagem de Barata certamente não o acompanhavam de bom grado, para dizer o mínimo. Alguns fugiram a meio caminho: em Óbidos dois escapam, e ao cruzar para o Rupununi, mais dez. Nesta altura (12/08), o narrador marca:

Como pois os índios me não acompanhavam com gosto, pelo receio que tinham das doenças, que eles por informações sabiam haver na colonia para onde fomos, tratei as oito horas de lhes passar revista, e então achei falta de dez. Porém por causa das sombras da noite não pude saber para que parte haviam seguido.

É de se imaginar que fora preciso “passar a revista” nos índios em outros momentos que Barata não cita no Diário, para evitar fugas. Os índios recrutados na Fortaleza de São Joaquim para ajudarem a carregar as canoas por terra foram acompanhados por soldados, para que voltassem à instalação militar portuguesa. Nesta altura, Barata deixa claro o esforço feito pelos portugueses para manter os indígenas ali. Tornar habitados aqueles confins da colônia portuguesa, mantendo nos postos coloniais uma população constante e um esboço que fosse de produção econômica local era necessário para que outras nações europeias não ocupassem a região de fronteiras ainda incertas. Os indígenas da região eram grande parte dos escolhidos para povoar as vilas e fortalezas portuguesas, tarefa que exigiu deslocamentos populacionais diversos. Mas tornar populações autônomas, nômades ou seminômades em “súditos da coroa” sedentários ia muito contra a “inconstância da alma selvagem” que desde o início marcou a o comportamento ameríndio aos olhos portugueses. Na descrição da Fortaleza de São Joaquim (03/08), local da atual capital Boa Vista, Barata afirma que o local tem guarnição militar, um comandante (Nicolao de Sá Sarmiento), um soldado, um cabo, 20 e tantos soldados de Macapá, e uma guarnição “de alguns índios, que são mudados todos os meses, e pertencem às povoações do Rio Negro.”

efeito, os colonizadores precisavam identificar “chefes”, reis ou príncipes ou, ao menos, “principais”, termo bastante flutuante frequentemente empregado pelos cronistas, encaixando-se às mais diversas situações : ora um principal de maloca, ora um principal de um grupo local, ora um dos principais de um mesmo grupo local, ora o grande principal de toda uma província, e assim por diante. [...] (idem: 232).

Além destes tem alguns [índios] mais, e índias que habitam no mesmo lugar, os quais para aqui passaram das extintas povoações deste rio, quando os habitantes destas foram mudados para diferentes vilas e lugares do Amazonas e Rio Negro, cuja mudança ocasionou a fuga de uns outra vez para o matos, a morte de outros, e finalmente a perda daquela e destas povoações, nas quais ficaram muito poucos

Os dez índios dali que fogem da expedição no dia 12 de agosto são vistos seguindo por terra para o Rio Branco, mas o porta-bandeira não consegue alcançá-los. E põe-se a refletir:

Então me desenganei de que para a conservação desta qualidade de gente não há um método certo. Pois só existem quando e por que tempo querem, apesar do bom tratamento que se lhes dá, pois até da continuação deste aborrecem, nem tampouco acham dificuldade em fugir nas partes mais remotas, onde parece que obstáculos lho impediriam.

Quando Barata quase é levado pela correnteza em uma das cachoeiras do Essequibo, e os índios riem do medo português, ele ainda acrescenta: “Tal é a triste situação de quem anda em companhia de semelhantes indivíduos faltos de toda a humanidade”.

Fica bastante óbvio que os índios que seguiam na equipagem de Barata ou eram comprados com aguardente, sal, pólvora e outros presentes; ou simplesmente eram levados à força, sob o olhar e a mira dos soldados que os vigiavam. Cooperar com a aventura portuguesa era mais uma imposição do que uma escolha para eles. Situação é análoga à escravidão. Sabiam do perigo de voltarem “como esqueletos da morte”, ou mesmo de falecer diante dos perigos e doenças, o que de fato ocorreu com o índio Manoel do Nascimento, mas a estratégia de alguns, frente ao perigo das armas europeias e de possivelmente algum ganho ao final da viagem, foi seguir até terras distantes, varando ou carregando as canoas e os víveres da equipagem.

Nas descrições de Barata do território mais habitado pelos portugueses (até o Rio Negro), as entradas no Diário se limitam a afirmar a existência de índios, como se eles fossem simplesmente habitantes daqueles locais, ou indicando brevemente que vieram de alhures. A Vila de Monte Alegre (28/04), além de alguns brancos que se dedicam ao cacau e às drogas do sertão, salsa, cravo, etc., “tem muitos índios”, as mulheres pintam cuias que são um dos ramos do comércio local. Em Vila Nova da Rainha (13/05) nota que “os seus moradores são índios de diversas nações selvagens, que não há muitos anos desceram”. A Vila de Moura (15/07) “é habitada de muitos moradores brancos e índios, porém assim aqueles como estes se entregam à ociosidade [...]”; e a população do Lugar de Carvoeiro (16/07) “é numerosa pelo que pertence a índios, suposto que tem alguns moradores brancos, mas também não têm comércio, nem agricultura de exportação”.

Ao passar o rio Branco, ele passa a descrever as populações com mais detalhes. Mais ou menos como descreve as colônias estrangeiras mais detalhadamente que as brasileiras. Na lógica narrativa de Barata, há índios “dos portugueses” e índios “estrangeiros”, os últimos mais dignos de atenção por serem novidades para os lusos. O temor das nações indígenas desconhecidas, menos

civilizadas pelos europeus, se faz claro em trechos como o de 11 de agosto, quando, no Saraurú, os membros da expedição ouvem brados à noite e “algum receio tivemos de que fosse gentio”.

A primeira descrição em mais detalhes de uma “nação indígena” específica está na entrada de 6 de agosto, quando Barata observa grandes labaredas de fogo na margem direita do Taquetú. “Dirigimo-nos para esta parte e mandando remar surdamente e com todo o silêncio, chegamos perto e ouvimos falar. Mandei escovar as armas, e disse a um principal prático, que me acompanhava, e que era ciente da linguagem de diversas nações indianas, observasse qual seria a que ali estava.” Ele descobre que são “gentios da nação Uapixana”, com os quais o principal que acompanha Barata consegue se comunicar. O porta-bandeira desce da canoa e vai observá-los:

Eles não tinham por casa mais do que algumas palhas encostadas nos trocos de frondosas árvores, debaixo de cujas árvores e palhas guardavam por motivo das chuvas o que pobre trem que apenas constituía em algum peixe moqueado ou assado à fogo lento, e alguns beijus [...], e alguns cabaços de sal. E aqui mesmo guardam as suas redes de dormir ou maqueiras quando chove; porque no mais tempo eles se acham quase sempre deitados nelas sem abrigo algum. Tinham seus arcos e flechas, e algumas espingardas holandesas, mas nenhuma pólvora. E por isso me pediram que lhes desse alguma. Porém eu me desculpei dizendo-lhes que ela estava em parte da qual não podia tirar no escuro da noite, mas ficaram satisfeitos com uma pequena porção de sal que lhes dei, pois o que eles tinham nos cabaços era fabricado naquelas campinas. As mulheres logo que nos ouviram falar fugiram para a campina, ficando apenas a mulher do principal e duas velhas, as quais estavam muito pintadas de urucu, e ornadas de algumas miçangas pelo pescoço, braço e pernas. Elas se informaram do motivo da nossa ida, e para onde era, e juntamente nos disseram que eles ali estavam a alguns dias à espera de uma expedição que haviam feito para as serras conta a nação Macochi.

Etnografias do século XX nos indicam que os índios Uapixana (Wapixana), de língua Arawak, até hoje habitam a mesma região, nos interflúvios dos rios Branco, Rupununi e no vale do Tacutu. De fato, esta etnia apresenta uma maior estabilidade em seu padrão de aldeamento, o que os singulariza frente a outros povos ameríndios das Guianas: algumas aldeias descritas por Coudreau na década de 1880 existem até hoje. Sua localização na fronteira das colônias portuguesa e inglesa (hoje Brasil e Guiana) define, desde o século XVIII, o padrão de contato com os brancos.

Habitantes de uma fronteira, fruto de partilha colonial, os povos indígenas dos campos e serras do médio e alto rio Branco - entre eles, os Wapixana - vivenciaram um duplo processo colonizatório a partir de meados do século XVIII. Vindos do vale amazônico, os portugueses inicialmente atingiram a população indígena no rio Branco por meio de expedições para apresamento de escravos e, em fins do século, ali estabeleceram aldeamentos.

Já os holandeses, por sua vez, alcançaram a região através de uma extensa rede de troca de manufaturados por escravos índios. Após a cessão da Guiana aos ingleses, no bojo das guerras napoleônicas, o interior da colônia permaneceria, por longo tempo, intocado: sua organização administrativa viria a ocorrer apenas ao final do século XIX, a ocupação consolidando-se já no século XX. (ISA 2008)

Os Macochi (Makuxi) também são descritos por Barata, que os encontra às margens do lago Apequeme em 21 de agosto de 1798:

Mandei-os cumprimentar da minha parte pelo intérprete [...] ao que eles responderam prontamente, certificando que eles já sabiam que nós havíamos passado, porquanto [...] ouviram o estrepito dos remos das nossas canoas, e igualmente as cantilenas dos remeiros, e logo viram que nem eram ubás [embarcações] dos gentios, nem de pessoas que por ali costumassem navegar. Enfim eu lhes fiz declarar o desejo que tinha de falar ao seu principal.

Um guia Makuxi deveria levar Barata, seu intérprete e alguns índios de sua equipagem até seu irmão, o principal daquele povo, enquanto os demais seguiam para buscar suas mulheres em suas roças, na base de um monte distante. Mas o guia corre na frente de Barata, enganado-o e deixando-o para trás. Após perder-se por pântanos e outeiros pedregosos, Barata avista algumas casas de palha abandonadas, e à frente três outras palhoças onde habitavam os Makuxi e onde o “guia”, deitado numa rede, ria-se de ter enganado o branco.

Mandei cumprimentar ao principal e às mais pessoas que ali se achavam de um e outro sexo, ao que corresponderam com mostras de alegria. Fiz-lhe saber que eu queria me desse um dos seus vassallos para servir de prático nas cachoeiras do Excequebe, mas quando eles ouviram minha pretensão, se tornaram tristes, e o principal, depois de haver falado com a sua gente, respondeu que não podia ser, por quanto tinha poucos vassallos, e estes não podia mandar, por lhe serem precisos, não só para sua defesa, mas também para fazerem roçados para as suas plantações, pois era tempo próprio. Fiquei desgostos, porém instei com agrados e promessas, comi com eles algumas frutas de mamão que me ofereceram, e enfim consegui ceder ele às minhas rogativas, o que lhe agradei muito. [...] Passei a brindá-los com aguardente de que gostavam muito, e com sal de que dei ao principal uma grande cuia, e igualmente duas cuias pintadas. Todos os outros queriam a mesma oferta, mas como o negócio só dependia do principal, dei a este mais um frasco de aguardente e uma pequena porção de pólvora, e tratei de me despedir.

Com sucesso na negociação, Barata acaba levando consigo mais um prático. Incluindo os que estavam nas distantes roças, aquele grupo somava “perto de cinquenta almas de diferentes sexos e idades”. São descritos da seguinte maneira:

Estes índios selvagens são de estatura ordinária, bem nutridos e com boas feições; porém como se tingem por todo corpo com urucu se fazem portanto artificialmente horrendos. As mulheres praticam o mesmo, usando de muita miçanga nas pernas, braços, e a tiracolo. As casas de sua habitação eram de palha e não se lhes divisava nelas outras coisas mais do que os seus arcos e flechas, e a pobreza no meio da qual vivem com muita satisfação e alegria.

O porta-bandeira reencontra os Makuxi em seu retorno, no trajeto por terra que faz entre os rios Essequibo e Mahú, no dia 11 de dezembro. “[...] vinham de visitar a uns parentes seus da mesma nação. Estes nos contaram, que um Principal chamado Aicá haviam passado dois dias antes pelas serras em viagem para Essequibo, por mando do Governador da Capitania de Rio Negro a saber notícias de mim.” No dia seguinte, e novamente depois no dia 15, Barata encontra Aicá, acompanhado por dois soldados que também buscavam notícias suas.

Estes “índios selvagens”, então ainda “gentios” ou “bravos”, isto é, plenamente independentes de qualquer nação europeia, potenciais inimigos dos brancos estavam, na época de Barata, justamente sendo abordados pelos portugueses para que, com sua ajuda, conseguissem manter o domínio estratégico Militar a partir do Forte de São Joaquim (construído em 1775).

A estratégia utilizada pelos portugueses para assegurar a posse do vale baseou-se no aldeamento dos índios efetuado pelo destacamento do forte. Para tanto, os militares portugueses distinguiam dentre a população indígena os *Principais* e suas *Nações*, buscando convencê-los, por meio de armas e presentes, das vantagens e desvantagens de trazerem as gentes de suas respectivas *Nações* para formar os aldeamentos.

As informações disponíveis sobre o contato com os Macuxi nesse período são raras e fragmentárias. Surpreendentemente, das diversas etnias então aldeadas, os Macuxi comparecem em pequeno número: temos notícia de apenas dois *Principais* Macuxi: Ananahy em 1784 e Paraujamarí em 1788, que

chegaram a aldear-se, trazendo pequenos grupos consigo. No entanto, não permaneceriam por muito tempo nos aldeamentos. Logo após estas notícias, em 1790, Parauijamari seria acusado de liderar uma grande rebelião, quando a maior parte dos índios aldeados fugiu e os remanescentes foram espalhados por outros aldeamentos portugueses no rio Negro.

Tal revolta poria fim à política oficial de aldeamento e não seriam empreendidas novas tentativas de colonização naquela área ainda no século XVIII. Porém, são muitas as evidências de que as expedições de recrutamento forçado da população indígena permaneceram atuantes, motivadas por outros interesses que se estabeleceriam na região, causando grande impacto sobre a demografia e a territorialidade dos Macuxi. (Santilli 2004)

Aos principais Ananahy e Paraujamari podemos acrescentar Aicá, nomeado por Barata. A rebelião mencionada por Santilli, ocorrida apenas oito anos antes da passagem do porta-bandeira pelo forte, não é lembrada por ele, mas como vimos é na descrição desta instalação militar que ele marca a dificuldade em manter os índios aldeados, o que indica que os conflitos ali teriam chegado a seu conhecimento.

A última nação ou etnia mencionada nominalmente por Barata são os Caripuna. As cachoeiras no Essequibo indicam o local até onde os Makuxi conheciam bem navegação. A partir dali, aconselharam que fossem buscar outro prático entre os Gentios Caripuna, que ali perto residiam, em um braço da margem esquerda do rio e “continuamente cursavam esse rio”. Chegando lá, o principal cede um prático para seguir na canoa de Barata, e mais dois que foram na frente, num ubá, para irem adiante indicando o caminho.

Agradei tudo ao principal com as possíveis mostras de agrado, e dando-lhe um frasco de manteiga de tartaruga, que ele sumamente estimou, por quanto lhes serve para se untarem e pintarem os corpos com urucu. Não menos estimou duas cuias pintadas, e uma pequena porção de sal, que também lhes dei. Este gentio é o mais respeitados entre as outras nações que habitam naquelas vastas campinas e elevadas serras. Ele tem estatura mais que ordinária, é assaz robusto, e não menos o parecem as mulheres, Pelo que pertence porem aos seus trajes, usos, e costumes, não tem diferença dos mais.

O termo Karipuna é usado hoje em dia para denominar três populações distintas e sem relação direta entre si. Primeiro, os Ahé, uma população de apenas 28 sobreviventes, falantes de uma língua Tupi-guarani, para os quais não se sabe de onde derivou-se a designação “Karipuna de Rondônia” (Azanha & Leão 2005). Além deles, os “Karipuna do Amapá”, uma população de cerca de 1700 habitantes do Baixo Oiapoque, falantes de português e do *creole* da Guiana Francesa. Esta última população, resultado de fusões de diversas etnias, hoje forma um “sistema” dos “índios do Oiapoque”, em forte contato com as populações brasileiras e francófonas naquela região de fronteira. De acordo com o Instituto Socioambiental (2006), “[o] termo 'Karipuna' é usado como autodenominação por essa população e indica uma identidade de 'índios misturados' ou 'civilizados', que é tanto atribuída como assumida pelas famílias Karipuna.” Hill e Santos-Granero ainda notam que o termo Karipuna pode denominar as populações indígenas resultantes da mistura entre os Kariña, os Taíno e Lokono, habitantes das ilhas do Caribe e da América Central, antepassados dos

atuais Garifuna – que por sua vez são resultado da mistura dos antigos Karipuna caribenhos com escravos africanos no séc. XVII (Hill & Santos-Granero 2006: 39-40, 67-70).

O termo Caripuna utilizado por Barata poderia simplesmente indicar uma população de “índios misturados” residentes nas proximidades das colônias holandesas e inglesas nas Guianas. Porém, como o próprio não faz qualquer menção a “misturas”, e como os três povos citados no parágrafo acima estão bem distantes do Essequibo, parece-me mais provável que o porta-bandeira esteja se referindo a um outro povo ainda. A proximidade fonética me leva a crer que são os Arekuna (também conhecidos como Taurepang). O que não quer dizer que é fácil indicar quem exatamente são os descendentes daqueles índios que Barata encontrou no Essequibo. Os povos de língua Carib na tríplice fronteira entre Venezuela, Brasil e Guiana incluem os supergrupos Pemon (Arekuna, Kamarakoto, Taurepang e Makuxi) e Kapon (Ingarikó e Patamona).

Muitas vezes estes termos são empregados simultaneamente, marcando diferentes níveis de contraste, de modo que, sob pontos de vista diferentes, um mesmo grupo poderá ser designado como Taurepang ou Arekuna. Este último parece ter uma amplitude maior, sendo frequentemente aplicado a todos os grupos que habitam a savana venezuelana (Andrello 2004).

Os Arekuna do Brasil estão na terra indígena Raposa Serra do Sol (entre os rios Surumu, Tacutu, Uearicoera e Branco) e São Marcos (cortada pela BR-174, no caminho entre Boa Vista e Santa Elena, na Venezuela). Este povo tem sua história muito similar à dos Makuxi, seus vizinhos. Andrello, ao narrá-la, cita a revolta acima mencionada por Santilli, bem como a Fazenda de Gado de Sua Majestade pela qual Barata passou antes de chegar ao Forte de São Joaquim:

Arekuna ou Jarekuna eram os etnônimos pelos quais os Taurepang eram referidos por aqueles que deixaram registros escritos ao longo do século XIX. Ocupavam uma região partilhada por diferentes interesses coloniais e estavam dispersos em diferentes nações. Do rio Amajari, na bacia do Rio Branco, então Império do Brasil, ao Monte Roraima, ponto para onde confluíam as fronteiras entre Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa e divisor de águas das bacias do Amazonas, Orinoco e Essequibo. Passando pela cordilheira da Pacairama, ocupavam ainda parte da savana venezuelana.

Dada sua localização eminentemente fronteira, a história do contato taurepang até os dias de hoje vem sendo marcada pelo avanço de distintas frentes de expansão. Uma primeira fase do contato dos povos indígenas da bacia do rio Branco inicia-se no final do século XVIII com o estabelecimento de aldeamentos indígenas na região pelo governo colonial português, empreendimento que se encerra logo, em 1790, com a eclosão de uma grande revolta entre a população indígena aldeada. No ano de 1787, já pronunciado o fracasso dos aldeamentos, o governador da Capitania de São José do Rio Negro introduz as primeiras cabeças de gado na região como estratégia alternativa para a colonização, uma vez que os campos do alto rio Branco, na perspectiva dos portugueses, apresentavam características particularmente favoráveis para a introdução do gado por constituírem pastagens naturais. Criava-se então a Fazenda do Rei (ibidem).

Como os Makuxi e os Wapixana, também os Arekuna foram fortemente afetados pelos avanços da pecuária, tomados como mão de obra barata para esta atividade, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, e até hoje (Edwards 1978). Em suma, o que percebemos é que as distinções étnicas marcadas por Barata no Diário podem corresponder, grosso modo, às distinções étnicas existentes hoje em dia. Mas apenas grosso modo. É verdade, para o caso Wapixana parece ser mais fácil traçar uma descendência direta, por sua distância linguística (sua língua é Arawak,

não Carib), e pelo seu relativo sedentarismo. Mas os povos da região compartilham muito de sua história, sendo seu passado e presente marcado por trocas, intercassamentos e relações mutantes entre os vários grupos. É de se notar, por exemplo, que os Ingarikó (também conhecidos como Akawaio), outro povo de língua Karib da fronteira tríplice, tem sua origem suposta como uma mistura entre ascendentes Makuxi e Arekuna (Mlynarz et al. 2008).

4.1.3 Essequibo, Demerara e Berbice

Passando as cachoeiras, Barata tem seu primeiro contato com descendentes anglo-saxônicos. Ele chega a uma plantação ou roça “pertencente a umas mulatas holandesas, que têm fábrica de madeiras, em que ocupam grande número de pessoas livres, e escravos próprios, assim índios como negros.” Aceitando um convite hospitaleiro, Barata e sua equipagem descansam, “porque o costume daquele país faz passar por incivis aos que rejeitam semelhantes ofertas”. Ficam por ali durante todo o dia seguinte, enquanto consertam as canoas, comendo profusamente, tudo “com tanta abundância e delicadeza que nos causava admiração, tanto pela excelência das iguarias, quanto pela delicadeza do serviço, e dos aparelhos de mesa, para a qual as ditas mulatas sempre vinham com sua parentela, e todos muito bem ataviados.” Em pagamento pela hospitalidade, quando Barata parte, na manhã do 30 de agosto, presenteia a mulata mais velha com uma rede de dormir e seis cuias; à sua irmã, oferece seis cuias, sendo uma cheia de anil e outra de puxiri (também conhecida como “noz-moscada do Brasil”), além de um pequeno pacará (cesta redonda feita com palhas de palmeira). No retorno, em 16 de novembro, Barata para na mesma plantação, e é recebido ali “com o mesmo agasalho”. Demora-se ali uns seis dias porque faltava-lhe farinha, e resolve mandar fabricar ali.

Fui incapaz de encontrar mais informações sobre este episódio¹³. A configuração do local é singular: propriedade de mulheres mulatas com escravos índios e negros. O relato que John Stedman faz do Suriname em 1773 e 1778 indica que as mulatas ocupavam uma posição ambígua na colônia holandesa. Figuras fortemente sexualizadas pelos homens brancos – muitas das quais eram tomadas por estes como amantes, mas jamais como esposas oficiais –, ocupavam na escala social e de trabalho postos superiores à das negras, muitas não eram escravizadas, e podiam, de fato, ser donas de escravos (Stedman 1992 [1796]: 40ss, 133ss, 240, 326). Mas Stedman jamais menciona escravas donas de plantações, o que me faz aventar duas hipóteses: ou as mulatas que Barata encontrou estavam encarregadas de organizar a plantação para um dono ausente, com o qual provavelmente tinham relações de parentesco; ou tratava-se de um caso ímpar de mulatas donas de terra, o que faz sentido quando pensamos que aquela plantação era uma das mais distantes, senão a

13 O mapa de Bouchenroeder (1798), que lista as plantações no Essequibo em 1796 nomeia as fazendas à montante do rio, mas é impossível localizar qual seria a tal plantação da mulatas. Fala de fazendas que produzem café, algodão e açúcar ali, mas não há qualquer menção a fabricas de madeira no local.

mais distante do Essequibo, talvez uma espécie de refúgio para aquelas mulheres “no meio do caminho” entre a sociedade branca e negra local.

Ponto fundamental é que, ao narrar a plantação das mulatas, Barata usa pela primeira vez duas palavras: “negros” e “escravos”. A escravidão indígena não é mencionada pelo porta-bandeira, que fala, como vimos, de indígenas que “foram mudados” de uma vila para outra, e de indígenas “que fogem”, mas jamais os descreve como escravos. Tampouco fala Barata de qualquer pessoa negra ou mulata habitando as colônias portuguesas: os moradores e trabalhadores nos rios Amazonas, Negro e Branco são todos “brancos” ou “índios”. Não há como imaginar que Barata simplesmente deixou de enxergar a população negra existente naqueles locais¹⁴, que como veremos a frente era bem notada pelo governador do Estado, Francisco Coutinho. Assim, temos que concordar com Ricci quando afirma:

Barata ignorou ou omitiu o uso do trabalho dos africanos no lado português, embora saibamos que eram bastante utilizados nos centros portuários e comerciais como Belém e Santarém e ainda em engenhos e na criação de gado [...] A omissão de Barata era estratégica. Para o lado das Guianas esta passa a ser uma informação valiosa e equiparada ao mapeamento de tropas, armas e riquezas produzidas pela região (Ricci 2013: 301).

O desejo de Barata, parece-me, era escamotear as condições violentas de trabalho impostas aos ameríndios pelos portugueses, e também a própria existência de negros, que, por definição, na sociedade colonial portuguesa do século XVIII só poderiam ocupar o papel de escravos. Já nas colônias estrangeiras, sem necessitar de meias palavras, Barata nota e descreve a população de escravos negros que havia ignorado ao longo de sua travessia pelas terras da coroa portuguesa.

No último dia de agosto de 1798, Barata chega finalmente à primeira cidade anglo-saxônica que encontra em sua viagem, Essequibo. Considera-a pouco impressionante.

Nada vi nela digno de maior atenção, porque tem poucos edifícios, suposto que alguns suntuosos, fabricados de madeira. Mas tem muitas plantações, onde reside a maior parte dos habitantes. Não demonstra grande comércio, mas sim muita agricultura, cujos produtos umas vezes vem ali receber os navios, outras vezes fazem-nos transportar até Demerari. Tem uma fortaleza na entrada da cidade, de que é comandante um Capitão holandês (o qual está a soldo da Inglaterra), tendo de guarnição algumas cinquenta praças, porém todas debaixo das ordens do Tenente Coronel Comandante Inglês, residente na cidade de Demerari. A dita fortaleza, suposto é regular, contudo não tem artilharia, porque esta foi transportada para a mencionada cidade capital.

A colônia de Essequibo foi fundada em 1616 pelos holandeses da Zelândia, muitos dos quais haviam deixado a primeira colônia zelandesa da região, localizada mais a oeste, no rio Pomeroon¹⁵. No encontro dos rios Essequibo e Mazaruni, o forte Kijk-over-al e a cidadela de Cartabo, formavam o centro da colônia. Porém, sucessivas guerras com o indígenas, espanhóis, franceses e ingleses (que chegaram a tomar o controle da colônia entre 1665 e 1670) fizeram com que fosse construído o Fort Zeelandia, construído em 1726 no entorno da qual cresceu a cidade de Essequibo, tornada capital em o centro colonial em 1739. Em 1781, a colônia foi tomada pelos franceses, ficando nas

14 O próprio Barata chegou a ser dono de ao menos trinta escravos, anos depois da viagem (Brito 2008: 169).

15 Para uma história geral da Guiana, incluindo a fundação de Essequibo, Demerara e Berbice, ver Ishmael 2013.

mãos destes por apenas um ano, quando os zelandeses a retomaram. Mas não retiveram o controle por muito tempo, logo novas mudanças ocorreram, e em 1795 os ingleses passam a governar militarmente a colônia. Foi neste momento politicamente turbulento que Barata passou pela região. Apesar da cidade ser pouco impressionante aos olhos de Barata, a atividade produtiva na região era intensa: o mapa de Bouchenroeder (1798) indica cerca de 217 plantações de diferentes dimensões no Essequibo em 1786, além de 185 no Pomeroun, abandonadas. De todo modo, os conflitos políticos e militares não passaram despercebidos por Barata, apesar de este não ater-se a eles.

Quando Barata chega a Essequibo, conversa com o comandante da fortaleza, um holandês que estava a soldo da Inglaterra. A troca de informações entre os militares é inicialmente tensa, são exigidos de Barata seus passaportes. Mais tarde, ao jantar com o comandante, Barata se impressiona com o fato de que os talheres e aparelhos tinham Armas Reais da Inglaterra, e de que seus convivas dizem que o rei lhes dava tudo que fosse preciso, inclusive mantimentos e bebidas. “Acabado o jantar, veio o chá, e nos aparelhos divisei as mesmas armas. Não perguntei coisa alguma, porém fiquei persuadido de que eles eram assistidos não só com o necessário e útil, mas até com o agradável, e ainda com o supérfluo para manter um militar alegre e robusto, como é justo que seja.”

Mas Barata diz preferir a maneira portuguesa. Aos holandeses, que desconheciam sobre o Brasil e acreditavam no que dizia, Barata faz propaganda dos feitos que os portugueses fazem “em benefício de seus soberanos” e de como são bem recompensados, tratados “como a filhos, e não como a escravos”. Aqueles respondiam tentando impressioná-lo também, mas Barata percebia que as forças militares ali eram débeis (naquele forte, a guarnição diária era de seis soldados e um cabo). O mesmo tipo de propaganda Barata faz à católica mulher do comandante, versando sobre trajes e costumes das portuguesas americanas, “certificando-lhe que nelas havia o recato honesto, pelo qual sempre foi respeitada a nação”. Depois de negociação, Barata segue com escolta militar e um soldado holandês em seu barco. Deixa de presente ao governador tabaco de Silves, e à sua mulher cuias e uma porção de puxirí.

A próxima parada foi a cidade de Demerara. Como em Essequibo, tanto a população quanto os oficiais locais admiram as canoas do porta-bandeira, ficam curiosos com a maneira diferente dos portugueses navegarem. “Isto confesso que me causou algum pejo, por ver que as ditas canoas, que não tinham aparato algum, nada ofereciam de notável senão a sua forma para eles nova, e apenas provavam a obediência e o ânimo dos portugueses”. Os holandeses querem saber sobre a viagem, onde principiou, por onde passou. Sobre o jantar delicado, asseado e ordenado, impressionam-se com a “resignada obediência dos vassallos” portugueses, e Barata mais uma vez elogia os soberanos de Portugal, seu trato com os fieis vassallos, bem como a riqueza do Brasil “que era abundante de

todos os produtos mais preciosos da natureza, e que a agricultura e o comércio ofereciam neles muitas vantagens, as quais obrigavam os nacionais europeus a deixar a mãe pátria, e virem neste novo mundo estabelecer-se, entranhando-se nas partes mais remotas”. Em todas os seus diálogos, portanto, Barata faz um esforço diplomático de, sem diminuir demais seus anfitriões, enaltecer tanto quanto pode as terras, o povo e o governo português. As embarcações simples que trouxeram o porta-bandeira, entretanto, denunciavam a simplicidade de sua expedição.

A maioria dos militares que dialogaram com Barata eram impressionáveis: dos 22, apenas quatro “cujo caráter inculcasse respeito e probidade”. Os outros tinham 20 ou 22 anos, “sendo alguns desses já capitães”. O Sargento Major que Barata encontra no dia seguinte, George Wilson, era mais instruído e pareceu menos impressionado com as descrições do Brasil. Wilson afirma não ter certeza sobre a possibilidade do português seguir para o Suriname, posto que apesar de que “eles não estavam em viva ação contra a Colonia de Surinam, contudo o eram inimigos. A esta reflexão disse eu que a minha não estava em paz e boa harmonia tanto com a holandesa quanto com a inglesa”. Frente o impasse, Barata foi conduzido à casa do governador Antonio Beajom [Antony Beaujon], holandês, onde é informado que

[...] a nação inglesa se achava de posse desta cidade, e das de Excequebe, e Berbiche [...] porém que o governo civil era em tudo holandês, e que as leis desta nação em nada se tinham alterado, à exceção de se tirar os governadores holandeses o governo das armas; porque estava cometido tão somente ao Tenente Coronel Comandante Inglês, Chefe de toda a Tropa das ditas três cidades. E que tudo isto se havia assim praticado em favor do Príncipe de Orange, cuja Bandeira se içava nas Fortalezas nos dias em que em outro tempo se costumava, arvorando-se porém ao mesmo tempo na parte superior a da nação inglesa.

O que Barata testemunha, neste momento, é o conflito de interesses entre os holandeses leais à casa de Orange, aliada dos britânicos, expulsa dos Países Baixos, e os ditos patriotas que apoiavam a então nascente República da Batávia. Como lembra Oostindie (2012: 39), “[i]n 1795, the Dutch Republic collapsed and the Netherlands were centralised as the Batavian Republic, a satellite of the revolutionary French Republic. That same year Great Britain started occupying the Dutch colonies”. Cabe frisar que a abolição da escravatura nas colônias francesas, proclamada pelo governo revolucionário republicano era em grande parte o que levava muitos holandeses donos de terra a se colocarem como pró-oranginos (Ishamel 2013: 121). A ocupação britânica ocorre com o aval de muitos dos donos de plantações na região, não apenas pela divisão interna de posições entre os holandeses como também pelo fato de que naquele momento a presença de colonos ingleses era crescente na região. O foco dos holandeses concentrava-se no Suriname e as “Guianas menores” (Berbice, Demerara e Essequibo) tinham sua economia dependente de investidores ingleses.

British Atlantic investors in both the metropolis and the Guianas welcomed a colonial transfer. In 1796 local residents had sent a delegation to the government in Barbados with the request for intervention – one assumes these were primarily British. With the British fleet came ‘a great number of speculators’ ready to invest their capital in this new frontier, so many that it was ‘more like a

country resumed, than ceded, to England'. What of the loyalties of the local Dutch population in Berbice, Demerara and Essequibo? In all Dutch colonies there were serious tensions between pro-French Patriots and pro-British Orangists. In fin de siècle Curaçao this resulted in open conflicts, pro-French regime change and eventually British intervention in 1800. In Suriname the dominance of Orangists translated to a more serious defense against British troops, causing at least postponement of the British takeover until 1799.

The contrast with the lesser Dutch Guianas, easily taken over by the British in 1796, is evident. There was some internal dissent. The Orangist and hence anti-French Governor Beaujon had secretly sent a dispatch to Barbados requesting a pre-emptive British intervention; his reward was being given permission to remain governor. [...] These Orangists and their rank and file had joined in 'the triumph of the English settlers' who made up the majority of the planter class (Oostindie 2012: 47-8).

Barata descreve a cidade de Demarara. Em frente ao mar, na margem esquerda do rio Demerara, é baixa e plana. As ruas são dispostas regularmente com muitos e belos edifícios. Muito comércio, o porto sempre cheio de embarcações deste e de outros continentes. Barata pode perceber que as plantações eram umas coladas as outras e que todo terreno que ali se via era cultivado.

A agricultura mereceu ali sempre particular atenção, e no tempo presente promete mais progresso, porque o major Wilson me certificou que a nação inglesa tinha já mandado introduzir na colônia mais de 25 mil escravos, do que me persuado, poque nessas mesmas poucas horas que lá me demorei, entraram cinco grandes navios vindos da costa d'África com escravatura. Depois que os ditos ingleses tomaram posse desta parte de Guiana, se têm vindo nela estabelecer outros muitos e ricos europeus seus nacionais, assim no comércio como na agricultura.

A fortaleza "cujo edificio é aseado, magnífico e bem regulado", era o quartel da tropa inglesa, guarnecida com 39 peças de artilharia de vários calibres e 20 soldados, além dos oficiais inferiores. Ali também ficava o quartel dos oficiais do regimento de negros. Perto dali havia uma praça com o parque das munições de guerra. Na cidade (à meio quarto de légua) ficava o quartel da tropa holandesa, subordinada à inglesa, que serve ao governador civil. As forças marítimas incluíam algumas lanchas e artilharias. Maiores forças navais Barata supunha estarem em Barbados, de onde buscavam embarcações de guerra quando se quer expedir algum Comboio.

Toda tropa referida se comporá de duas mil praças, pouco mais, ou menos, compreendido o Regimento de Negros, que os ingleses criaram e que conservam bem disciplinado, cujo corpo não deixa de ser sumamente útil pelos muito serviços a que se aplicam porque eles não são exercitados só no manejo das armas, mas também da marinha, e nos trabalhos das fortificações.

Estes negros foram mandados vir da costa d'África, e comprados à custa da Fazenda Real, de quem se pode dizer que são escravos na qualidade de soldados. Os seus oficiais são brancos até cabos de esquadra inclusive.

A população (sem contar Essequibo e Berbice) chega a "60 a 70 mil almas, a saber, oito a dez mil brancos e livres, e 50 a 52 mil escravos, compreendidos naqueles a tropa paga e as milícias." Barata acreditava que se os ingleses mantivessem a colônia, ela poderia se tornar em breves anos "uma das melhores da América", mas que os holandeses residentes não viviam satisfeitos e contentes.

Demarara era então a mais jovem das colônias anglo-saxônicas na costa das Guianas. As primeiras plantações começaram a se estabelecer em 1746, e em 1752 foi criada uma administração independente de Essequibo. Em menos de 20 anos, a colônia se tornou mais próspera que a vizinha. Na década de 1780, após um breve período sob comado francês, a cidade de Demerara (atual

Georgetown), começa a tomar forma. A partir de 1796, britânicos passam a investir fortemente na expansão do transporte, comércio e serviços públicos na cidade. Não é de se surpreender, portanto, que Barata tenha notado o vigoroso crescimento daquela cidade e a prosperidade trazida para os colonos pelas mãos da nação inglesa, ainda que o absentéismo nas plantações britânicas fosse bastante alto (Oostindie 2012: 37). Quando ele por lá passa, como marca a entrada de 31/08, os militares ingleses de Essequibo eram dependentes do comando em Demerara.

Population
in the coun-
ties Deme-
rara and
Essequibo.

*Population of the Colonies Demerara and Essequibo
in 1829.*

District.	Whites.			Free Coloured.			Slaves.		
	Males.	Females	Total.	Males.	Females	Total.	Males.	Females	Total.
Demerara in the country.	662	110	772	463	617	1080	33,883	28,869	62,752
Essequibo	476	138	614	442	470	912			
Georgetown	962	658	1620	1625	2743	4368			
Total	2100	906	3006	2530	3830	6360	37,092	32,276	69,368

**Total population in Demerara and Essequibo in 1829 :—
41,722 males, 37,012 females ; grand total 78,734.**

Fonte: Schomburgk 1840: 43.

Quanto à população, não consegui dados para a 1798. Para o ano mais próximo sobre o qual consegui dados, 1817, eram contados 77,163 escravos em Essequibo e Demerara (Costa 1998: 52). A tabela acima, relativa a 1829, mostra uma proporção de escravos para livres de 7:1, similar à descrita por Barata (cerca de 6,5:1). A proporção de negros para brancos, que os dados de Barata não nos permitem inferir, é de 25:1 na tabela. Note que Ameríndios, mesmo escravos, não são contabilizados. A enorme desproporção entre negros e brancos em Demerara era uma das maiores do mundo, impulsionada pelo tráfico frenético de escravos que Barata nota em sua rápida passagem pela cidade. De fato, o desembarque de navios negreiros na Guiana Inglesa atinge seu ápice justamente entre 1797 e 1801.

Up to the 1780s the demographic and hence economic significance of the lesser Dutch Guianas paled in comparison to Suriname. In 1780 the colonial population of Suriname, excluding Amerindians and Maroons, was some 60,000 inhabitants, twice the number of the lesser Guianas. The population of Suriname decreased to 53,000 by 1795 and 50,000 fifteen years later, while Berbice grew from 7,500 (1782) to over 26,000 (1812) and Essequibo and Demerara from 24,000 to 76,000. This growth was the result of massive imports of enslaved Africans, particularly once British slave traders had taken over – between 1796 and 1808, when the colony was in British hands (except for 1802-1803) British slavers unloaded over 72,000 enslaved Africans in the colony, more than 6,000 per year on average. (Oostindie 2012: 35).

Tal situação foi um dos elementos que contribuiu para a grande rebelião de Demerara, em 1823, um levante de 10 a 12.000 escravos rapidamente suprimido pelas forças coloniais inglesas,

que mataram mais de 200 revoltosos (cf. Costa 1998). Cabe ainda notar que a criação de corpos militares compostos por negros libertos, como o que Barata notou em Demerara, era uma prática já comum em diversas colônias europeias na América (cf. de Groot 2009). Parte de sua função era justamente de tentar impedir fugas e revoltas de escravos.

Barata tenta seguir por mar, no dia 4 de setembro, mas não consegue por causa dos mares bravos, e finalmente no dia 7 parte por terra para Berbice. No dia 8, antes de dormir em uma estalagem às margens do rio Berbice, passa por

[...] uma excelente e larga estrada com frondosas árvores pelos lados, dispostas em ordem, a qual estrada, tendo seu princípio em Demerari, vem continuando, ora pela frente, ora pelos lados, ora pelo meio das plantações [...] Nela encontrei muita gente a pé ou a cavalo, e em [...] carrinhos a cordões, passando de umas plantações a outras. Os edifícios ou casas destas plantações em nada devem aos da cidades, e cada uma parece uma grande povoação.

Nas dilatadas campinas ou terras baixas por onde passei nestes dois dias, não encontrei outra cultura mais que a de algodão., cujas plantas todas dispostas em boa ordem até agradam a vista, e em tanta extensão quanto a minha podia alcançar.

Com efeito, Bouchenroeder (1798) mostra 188 plantações, todas de algodão, entre a cidade de Demerara e o limite da colônia de Berbice. As outras 263 plantações – ao longo do rio Berbice, de canais e afluentes deste, e na costa entre o Berbice e o Essequibo – eram mais variadas: café, açúcar, cacau e algodão.

Barata atravessa o rio Berbice de escaler, e é recebido na fortaleza de pelo Major Belli, que o leva para a casa do governador civil, na cidade, à quase meia légua da fortaleza. Ali, Barata teve de usar de retórica para que este lhe emprestasse um barco e dois negros para que pudesse seguir para o Suriname. Descreve brevemente a colônia:

É a fortaleza fabricada de terra, porém regular, e com 26 peças de artilharia de vários calibres, tendo sobressalente 12 em seu parque, onde igualmente vi grande quantidade de petrechos de guerra.

O hospital não é grande, porém muito asseado e bem servido, segundo mostrava na regularidade com que tudo estava disposto.

A guarnição desta fortaleza e cidade se comporá pouco mais ou menos 200 homens, com sete oficiais. Pelo que pertence ao comércio e agricultura ela é mais opulenta que Excequebe, mas muito menos que Demerari. No seu porto não podem entrar grandes embarcações, porque a sua barra não tem fundo suficiente.

Menos detalhada que a descrição de Demerara, o breve trecho sobre Berbice meramente reforça as impressões gerais de Barata sobre as demais colônias britânicas-holandesas pelas quais passara. A fortaleza a que o porta-bandeira se refere era o chamado Fort Sint Andris, tornado capital da colônia pelos holandeses em 1785. Ela substituíra o Fort Nassau, localizado mais ao sul daquele rio, onde primeiro os holandeses estabeleceram a colônia de Berbice, em 1626 (alguns relatos falam de uma presença mais antiga dos zelandeses na região, desde 1580). Como as outras colônias à oeste, Berbice tem uma conturbada história colonial, foi atacada e tomada nos sécs. XVII e XVIII por ingleses e franceses, mas permaneceu quase todo o tempo em mãos holandesas. O episódio que

fez o forte e a cidade serem realocados foi a revolta dos escravos de 1763, um dos eventos mais marcantes na história das Guianas. Apesar de numericamente menor (cerca de três mil escravos participaram das ações contra os colonos holandeses), foi mais violenta e longa que a rebelião que ocorreu 60 anos depois em Demerara. A partir de fevereiro de 1763, os escravos atacaram e destruíram diversas plantações, além do forte. Muitos brancos tiveram de fugir da colônia, que permaneceu em estado de guerra até 1764, quando foram derrotados pelos holandeses com a ajuda de tropas ameríndias. O resultado foi a morte de mais de 1.500 escravos – 37,5% da população negra de Berbice – e 170 brancos – 48,5% do total (cf. Williams 1990: 136-142). O episódio, como as guerras maroons no Suriname e na Jamaica e a revolução Haitiana, perdurou na memória dos colonos, que cada vez mais encaravam seus escravos como potenciais e perigosos inimigos.

No dia 9 de setembro à noite, Barata parte para o Suriname, mas não consegue chegar por dificuldades com o barco, pela chuva e pelo vento. No dia 12, uma embarcação, Flag of Prince, que viera do Suriname transporta Barata para lá, a pedido do Major Belli. O Flag of Prince era uma embarcação que não podia levar armas nem cabos além do necessário para sua operação. Devia hastear sempre bandeira branca e parar em todos os portos e pedir passagem em todas as fortalezas. No dia 14, entrando pela barra do Berbice, passam por um pequeno destacamento com peças de artilharia de fino calibre. Eles pedem para parar, mas o Capitão não o faz, reclamando que deveriam saber reconhecer bandeiras e embarcações. Soltam cinco tiros. Nenhum pega no barco, mas isto faz com que Barata espere em Berbice por mais dois dias, e no 17 finalmente partem para o mar. No caminho, passam por duas embarcações, a primeira uma pequena, que não lhes mostra bandeira; a segunda "um bergantim de guerra americano inglês, que andava cruzando naqueles mares em caça dos franceses de Cayena". Barata navega por mais cinco dias pelo mar, chegando ao Forte de Amsterdam e ao porto da cidade de Paramaribo no dia 22 as duas da tarde. As dificuldades de Barata em atravessar para a colônia holandesa, mesmo com uma embarcação neutra, sublinham mais uma vez a turbulência que afetava a região.

4.1.4 A Nação Judaica Portuguesa do Suriname

A descrição mais pormenorizada que Barata faz é do Suriname. Fica em Paramaribo entre 22/09 e 11/11 de 1798 e, apesar de ter passado 34 dias doente, pode observar com atenção vários aspectos da colônia, que divide por tópicos: Religião; Governo; Guarnição Militar e Defesa da Colônia; População, Agricultura e Comércio; Direitos e Impostos. Fala ainda sobre o clima e as edificações da colônia.

Dá especial atenção aos seus anfitriões, os judeus portugueses sefarditas estabelecidos no Suriname. Segundo Loureiro, que fez uma etnografia recente com a comunidade judaica de Paramaribo, a versão mais comum da chegada dos judeus ao Suriname, conforme narrada pelos seus atuais descendentes, é a seguinte: “David Nassy chegou no país, em 1664, com 200 judeus, fugindo da perseguição que sofria em Caiena. Os judeus já haviam fugido do Recife, onde o fim do domínio Holandês iniciou um período de perseguições por parte da Igreja Católica” (Loureiro 2013: 50). Antes de chegar a Caiena, os judeus haviam fugido da inquisição em terras ibéricas, passando, além de Recife, por Barbados, até estabelecerem-se em Paramaribo (idem: 212).

O motivo específico que leva Barata a ir a esta comunidade, como vimos, foi entregar para David Nassi uma carta escrita por D. Rodrigo de Sousa Coutinho em nome da Rainha D. Maria I. O texto está integralmente reproduzido abaixo.

Para o doutor David Nassi e os mais da nação judaica portuguesa, residentes em Surinam. Os Portugueses apresados pelos franceses, e conduzidos a Surinam, logo que chegaram a Lisboa puseram na real presença do Príncipe Nosso Senhor, por esta secretaria d'Estado, a noticia dos incomparáveis benefícios que V. M.^{ces} lhes fizeram, e dos socorros que lhes prestaram, provendo-os de todo o necessário na suma indigência em que eles se achavam, e fazendo-os por fim transportar à sua custa até Lisboa. Eu me acho encarregado por Sua Alteza Real de agradecer a V. M.^{ces} no seu real nome esta tão nobre e generosa ação, praticada na conjectura a mais própria para lhe aumentar o valor, e em que Sua Alteza Real viu com muito gosto uma provada estimável lembrança que a nação judaica portuguesa conserva da sua antiga pátria. E seria também muito agradável ao mesmo Senhor que V. M.^{ces}, ou todos, ou alguns, quisessem voltar a estabelecer-se em Portugal, onde gozariam da maior segurança e tranquilidade, pois que nenhum daqueles motivos, que deram causa á sua expatriação, existem presentemente debaixo da regência do augusto e iluminado Principie que nos governa. Tendo cumprido no que acaba de descrever as reais ordens que recebi de Sua Alteza Real, só me resta oferecer a V. M.^{ces} os meus bons officios em tudo aquilo em que os possa servir e dar-lhes gosto. — Deus guarde a V. M.^{ces}. Palácio de Queluz em 11 de Novembro de 1797. — D..Rodrigo de Sousa Coutinho. (R. Courinho *apud* Barata 1846 [1797]: 202-3)

O episódio mencionado nas cartas se deu durante as guerras napoleônicas, mais especificamente na campanha do Rossilhão:

Como um desdobramento dos conflitos pós Revolução Francesa, entre 1793 e 1795 Portugal participou desta Campanha, na qual os lusitanos ajudaram os espanhóis na luta contra os revolucionários franceses. Tratava-se de uma luta, na qual estava em jogo o futuro das monarquias absolutistas europeias das quais Portugal e Espanha eram representantes. Neste conflito houve vários incidentes no além mar americano. Por exemplo, uma embarcação lusitana foi pirateada por franceses no Caribe e vendida aos holandeses do Suriname. Neste caso em particular os tripulantes desta embarcação, foram acolhidos pela comunidade judaica portuguesa do Suriname e reembarcados para Portugal. A ida do porta-bandeira Barata ao Suriname seria um agradecimento oficial da rainha portuguesa e de seus emissários a Davi Nassi, o judeu português que liderou este gesto de solidariedade. (Ricci 2013: 293)

Nassi respondeu a Rodrigo Coutinho e a Francisco Coutinho em 29 de outubro de 1798. O longo texto das missivas impede-me de reproduzi-la integralmente aqui, mas segue o trecho que trata efetivamente da proposta de retorno dos judeus a Portugal:

As circunstancias da atual e funesta guerra que fazem problemática me resulta, não permitirem a dita nação, a respeito da alta benevolência de S. A. R. pensar agora mais que no presente, e deixar o vindouro para quando a divina clemencia queira pôr um fim aos infortúnios que esta guerra nos faz vaticinar, ainda assim, Exm. Sr., para perpetuar a confiança nos corações dos fieis indivíduos desta nação, desejamos todos nós possa ser a graça de S. A. R. reduzida em decreto formal do reino para

que em virtude de um alvará cada qual possa satisfazer seu desejo, sem correr o risco de alguma mudança acerca de sua posteridade. (Nassi *apud* Mello Moraes 1859 [1798]: 180).

Uma carta de Francisco Coutinho escrita em 1º de abril de 1799 para Rodrigo Coutinho fornece ponto de vista do então governador do Suriname, Juriaan François Friderici, sobre o episódio que levou D. Maria a querer oferecer abrigo aos judeus.

Devo porém dizer a respeito do governador o que me disse o porta-bandeira, e é que ele de sua generosidade é que prestou socorro aos portugueses, e os judeus muito pouco, pelo que se estimulará de que para estes houvesse reconhecimento, e não para ele. Também me diz o dito porta-bandeira que os judeus não mostram grande dificuldade em voltar à pátria de seus maiores, logo que vejam lei que lhes prometerá segurança à suas vidas, bens, e exercícios de sua religião. (F. Coutinho *apud* Barata 1846 [1799]: 203).

Sobre o papel dos judeus no resgate dos portugueses paira a dúvida, Nassi afirma em carta a Francisco Coutinho tão somente que não fez mais que “cumprir com as obrigações de humanidade e de satisfazer em parte o desejo ativo que tem de ostentar nas ocasiões seu amo, seu zelo, e sua fidelidade em favor da sua pátria de seus antepassados” (Nassi *apud* Mello Moraes 1859 [1798]: 178). No que tange o convite de D. Maria a Nassi e à colônia sefardita no Suriname, a resposta do último é definitiva. Mesmo que D. João, no início do séc. XIX ainda declare que os judeus portugueses estavam autorizados e convidados para mudarem para o Pará (Ricci 2013: 306), nada disto se deu. Provavelmente, Nassi levanta o problema da atual guerra apenas por polidez, sendo o real motivo da recusa o fato de que os judeus não teriam garantia nenhuma de proteção legal em terras portuguesas. Apesar das afirmações contidas na carta de Rodrigo Coutinho de que, durante a regência do Infante D. João (futuro rei D. João VI)¹⁶, a intolerância com os judeus já não era mais prática por lá, a perseguição antissemita ainda existia em Portugal em fins do séc. XVIII. A inquisição ainda não havia sido formalmente extinta. Como afirma Azevedo:

Era repelir em termos hábeis a oferta. Existia ainda a Inquisição, com o regulamento pombalino que não autorizava portugueses a seguirem fé diferente da religião do Estado. A tentativa não passou de ambição efêmera de um ânimo generoso, que no momentâneo impulso do seu idealismo não mediu os contras da proposição. Ainda era cedo para as garantias que reclamavam os hebreus. Nem tampouco eles tinham em mente aceitá-las, quando lhas concedessem. Como [judeus] os de Holanda, eles conservavam a língua, os nomes e a própria designação de portugueses; mas isso não significava afeição pela terra de origem, e somente correspondia ao instinto da raça, que os levava a segregarem-se da sociedade dentro da qual se encontravam, para formarem corpo a parte. (Azevedo 1921: 436-8)

A visão de Azevedo do não patriotismo daqueles judeus com relação a Portugal contrasta com a impressão de Barata, que afirma que, quando este primeiro chega à casa de David Nassi, em 23 de setembro, a nação judaica portuguesa fica em alvoroço. Quarenta judeus vão recebê-lo, honrados pela carta e pela viagem, e por ele ser “natural do país de seus antepassados, que ainda consideravam como pátria e cuja linguagem ainda era a de que usavam, e de que lembravam sempre com saudades e com ternura”. Ao informar-lhes o conteúdo da carta, alguns judeus teriam chorado,

¹⁶ Desde 1792, D. João governava Portugal, posto que sua mãe, D. Maria, fora considerada incapaz de gerir o reino, por desequilíbrio mental. Porém, a regência não fora formalizada, o que explica porque parte dos documentos refere-se {a autoridade máxima como sendo o Príncipe, parte como sendo a Rainha.

“[n]um espetáculo sublime do amor patriótico”. Mais a frente, Barata afirma que os judeus no Suriname contavam 1.800, “dos quais 400 pertencem à nação judaica alemã, e 1.400 à nação judaica portuguesa, cujo nome e linguagem conservam, e estimam vaidosos, incluindo-se debaixo deste mesmo título alguns judeus espanhóis.” Podemos supor que, por etiqueta e diplomacia, Nassi e os demais judeus portugueses do Suriname passam deliberadamente a Barata a falsa impressão de que mantinham algum patriotismo com relação ao reino de Portugal que séculos antes havia perseguido seus antepassados. Em contraste, ainda que houvesse algum antissemitismo no Suriname, a situação era muito menos grave do que nas colônias ibéricas (cf. Lier 2005 [1949]: 125-140). Ainda assim, não é impossível que parte da comunidade ainda mantinha algum orgulho de sua língua e origem portuguesas.

O David Nassi que Barata conheceu era “secretário da regenciada nação judaica portuguesa em Surinam”. Obviamente, não era o mesmo David Nassy que chegara na colônia em 1664, mas sim seu tetraneto, conforme explica Loureiro:

Tomemos David Nassy, por exemplo: a esse líder dos primeiros colonos, nascido no começo do século XVII, são atribuídas façanhas de negociação, além de grandes habilidades de combate, tanto no plano estratégico quanto como soldado. Ele também conhecia muito sobre propriedades do solo, arquitetura e era um homem letrado, segundo diversos relatos de interlocutores. Muitos chamam a atenção para a monumentalidade de sua obra *Essai Historique*, que mesmo não tendo sido escrita por ele - foi escrita por outro David Nassy, seu tetraneto, nascido em 1747 - é atribuída a sua pessoa, diversas vezes, já que poucos distinguem diferentes David Nassys. Sua habilidade em combate, como já me foi contado, pode ser fruto da confusão entre sua figura e a de um David Nassy que viveu em meados do século XVIII e era capitão da milícia judaica à época em que o escritor nasceu, chefiando diversas expedições contra maroons e escravos fugidos. Essa série de histórias sobre David Nassy faz dele grande espadachim, intelectual, colonizador, agrônomo, etc. (Loureiro 2013: 125)

O David Nassi que Barata encontrou era um dos que carregaram este nome, nesta família que ainda hoje é uma das mais prestigiosas dentre a comunidade judaica surinamesa. Foi, de fato o autor da obra *Essai historique sur la colonie de Surinam* e capitão da milícia judaica. Barata o descreve como sendo “natural de Surinam, porém português na origem, no nome, e nos sentimentos, e de uma das principais famílias, que em tempos anteriores se foram estabelecer na dita colônia”. Formado doutor em medicina na capital dos Estados Unidos, Philadelphia, não exercia a medicina “lucrativa e ordinariamente”, apenas por “amizade, ou humanidade nos casos mais árduos”. De fato, foi Nassi quem tratou de Barata, em sua própria residência, quando este contraiu o “synocho”. Era um “médico e enfermeiro caritativo”, mais competente que um outro médico alemão residente na colônia, que Nassi taxa de charlatão. O líder judeu ainda dedicava-se ao estudo, tinha uma biblioteca de 2.000 volumes, e mesmo sem ter ido à Europa, falava e escrevia diversas línguas, tendo alcançado “profundos conhecimentos em diversos ramos de literatura, ou de ciências”. Tinha um prelo, com o qual publicava, entre outros, seus próprios escritos como o *Essai Historique*. Barata elogia muito a personalidade de Nassi e o fato de que, apesar de judeu pio, não

criticava a religião alheia. O porta-bandeira estima corretamente que devia ter então por volta de 50 anos. Era viúvo, e sua única filha, Sara, era muito bem educada, “ornou também o seu espírito, como outros poucos ordinários nas pessoas daquele sexo, principalmente na América”. A riqueza de Nassi vinha principalmente, naquele tempo, de “uma fabrica de madeira, onde tem a sua escravatura e com o produto da qual se mantém não na opulência, mas na abundância, na independência, e no decoro com que se trata a si e à sua família, aplicando ainda o remanescente ao socorro dos necessitados e dos infelizes”.

Em reconhecimento à hospitalidade, quando se vai, Barata deixa de presente a Nassi uma rede “excelente”, uma boa porção do melhor tabaco de Silves ou Saracá, e a Sara um pacará “belíssimo” de Santarém, cujas pintadas de Monte Alegre e anil do Rio Negro. Por sua vez, Nassi presenteou Francisco Coutinho com três livros. O primeiro era um cópia em dois volumes de seu *Essai Historique*, no qual Barata certamente se baseou para complementar sua descrição do Suriname. O segundo era uma cópia de seu plano de educação para formar um seminário para meninos judeus e cristãos, escrito em português. O terceiro era um manuscrito que seria continuação do *Essai*, uma comparação entre o Suriname e as ilhas francesas do Caribe, sobretudo S. Domingo (“antes de sua funesta revolução”), que porém nunca foi publicado dado o “confuso estado da república da Holanda” (Nassi *apud* Mello Moraes 1859 [1798]: 179). Por algum motivo, o terceiro livro não é citado por Barata dentre os que recebeu, sabemos do presente pela carta resposta de Nassi. Francisco Coutinho não diz quantos livros recebeu de Barata, apenas afirma que não os enviará a Portugal: “[o]s livros que me mandou Davi Nassi não os remeto, porque não contém cousa que eu julgue que V.Ex. ignore” (F. Coutinho *apud* Mello Moraes 1859 [1799]: 204). Além de ensaísta, Nassi era um dos mais ricos judeus portugueses no Suriname. Esta comunidade era então dona de algumas das maiores plantações ali, e de muitos escravos. Barata não o nota, mas eram conhecidos por sua crueldade no tratamento da escravatura (cf. Stedman 1992 [1796]). Por esta razão, muitos dos *maroons* que vieram a se estabelecer no interior do Suriname – que até hoje mantêm-se relativamente independentes do governo surinamês – foram formados por grupos de fugitivos das plantações destes judeus.¹⁷ Mesmo que o tratado de paz com parte dos grupos maroons já estivesse estabelecida desde a década de 1760, os judeus portugueses continuavam preocupados com outros grupos de escravos fugitivos que atacavam suas plantações,

17 Em particular, os saamaka. Os nomes dos clãs saamaka remetem aos nomes donos das plantações dos quais determinados grupos de escravos fugiram, e em alguns deles a ascendência judaico-portuguesa é evidente: clãs Matjau (Machado), Kadosu (Cardoso), Biitu (Brito) e Nasi (Nassy). Este último clã teria fugido das plantações da família Nassi nos arredores de Jodensavanne, Cassipora Kreek, em 1690 aproximadamente (Price 2002 [1983]: 101-2). A família de outro personagem que figura no texto de Barata rapidamente, José de Castilho, descrito como um dos judeus mais ricos do Suriname, também aparece na história saamaka: a plantação dos Castilho no Cassewinica Kreek foi atacada em 1753, e dela levado o escravo Quassy, que viria a se tornar o símbolo da traição negra, na historiografia oral saamaka (idem: 153-9).

em 1798. Não sem motivo, quando fala sobre a guarnição militar e defesa da colônia, Barata frisa que a maior das 11 companhias da tropa de milícias existentes no Suriname era a da nação judaica portuguesa, liderada por Nassi.

Barata conhece Paramaribo acompanhado do judeu Isaac de la Parra, à bordo de “um carrinho magnífico de quatro rodas com dois soberbos cavalos e três criados, homens brancos, com as mais ricas librés”. Pertenciam à Nassi, ícone da riqueza do mesmo. O porta-bandeira tem a oportunidade de participar de uma função solene na sinagoga, durante a qual teve a honra de sentar na parte superior, assistindo “todo aquele ato, que foi celebrado ao seu modo; mas com muito acatamento, e religiosa pompa”. O culto era em hebraico, como todas as funções religiosas da comunidade judaica portuguesa. Assiste também uma cerimônia de núpcias de judeus portugueses, terminada em um esplêndido banquete para 200 pessoas ocupando duas salas. Barata afirma que, à época, os judeus tinham em Paramaribo duas sinagogas, uma de alemães, outra de portugueses, além de uma fora da cidade, todas suntuosamente feitas em madeira. Abrem de manhã e de tarde para oração matutina e vespertina “a que só faltam alguns dissolutos, e libertinos, porque também entre eles o há, assim como entre nós”.

Loureiro (2013: 8 e *passim*) afirma que a comunidade judaica no Suriname foi durante muitos séculos dividida entre portugueses sefarditas e asquenazitas alto-germânicos. Como notou Barata, haviam sinagogas com serviços separados. Apenas em 2004, frente à radical diminuição do tamanho das comunidades (hoje entre 200 e 300 pessoas) uniram-se e passaram a frequentar uma mesma sinagoga. A terceira sinagoga fora da cidade que Barata menciona ficava no local conhecido como Jodensavanne (“savana dos judeus”), no Cassipora Kreek, no interior do país. Fora construída em 1671, pela família Nassi. É portanto uma das mais antigas sinagogas das Américas. Hoje suas ruínas são um sítio histórico de interesse turístico (cf. Price 2002 [1983]: 102; Loureiro 2013).

Barata nota ainda que, além de sua própria companhia de milícia, a nação judaica portuguesa do Suriname tinha seu Conselho de Justiça, tribunal no qual decidiam causas civis de até 100 florins, e “coisas Eclesiásticas, e econômicas de sua Nação; mas sendo cousa de ponderação se convocam para adjuntos os anciões, que tem já sido regentes dela”. Isto é, a então poderosa nação judaica portuguesa possuía relativa independência militar e judicial com relação à colônia, além de liberdade econômica e religiosa. “Uma parte considerável da população branca era de judeus, que formavam um grupo separado com direitos políticos próprios”, frisa Lier (2005 [1949]: 54). A importância dos judeus do Suriname àquela época não deve ser subestimada: eram um terço da população branca em 1787, dois terços em 1811. Isto se dava principalmente pelo fato de que a maioria dos judeus, fugindo de perseguições em outros países, habitava a colônia, diferente dos donos de plantações brancos de outras origens, muitos dos quais eram proprietários ausentes.

4.1.5 A Colônia Holandesa do Suriname

Além de David Nassi, o contato mais próximo que Barata teve no Suriname foi com Julião Francisco Federico (Juriaan François Friderici), governador geral desde 1790. Mesmo enquanto os britânicos retiveram controle da colônia, manteve seu posto (Ishmael 2013: 67). Foi também um importante negociador durante as guerras com os escravos rebeldes liderados por Boni, que duraram de 1765 a 1793 (Groot 2009: 43-69). Barata o descreve com a pompa típica de sua prosa:

Este é um homem naturalmente amável, polido e magnífico, e querendo meter a todos no coração, parece que aspira e deseja também com louvável ambição que todos o tenham no seu, e ser amado de todos.

Nasceu no estabelecimento holandês do Cabo da Boa Esperança, donde passou à Europa, e depois a Paramaribo, onde assentando praça de cadete, serviu de tal maneira que pelo seu merecimento foi gradualmente subindo a todos os postos até o de Governador Geral, em que presentemente se acha. Além disso é muito rico assim pelo avultado soldo que vence anualmente, como pela agricultura ou rendimento das suas fazendas. Terá agora pouco mais de 40 anos de idade, e do que tenho simplesmente referido dele, só pode formar um justo conceito de suas luzes, e humanidade e beneficência.

Ao deixar a colônia, Barata presenteia o governador com uma rede e uma porção de puxiri. Friderici escreve uma atestação da passagem de Barata pela colônia, transcrita no Diário:

Nous Juriaan François Friderici, gouverneur général de la province de Surinam et dépendances, général major d'infanterie au service de la République Batave, etc., etc., Certifions, pour servir où besoin sera, que le Sieur Francisco José Rodrigues Barata, porte-enseigne au service de Sa Majesté très fidèle, s'est comporté pendant son séjour dans ce gouvernement en homme d'honneur, et que nous avons toutes raisons de nous louer de sa conduite.

Uma conferência entre Nassi, Barata e Friderici, logo no dia da chegada do porta-bandeira em Paramaribo, é narrada em tom obscuro no Diário. Não é possível saber os temas aparentemente relevantes que debateram. Barata diz apenas que Friderici assentiu à sua persuasão e à de Nassi, e que “[n]ão me é licito dizer mais e especificar aqui o que se passou na dita conferência, de que já dei exata conta a quem somente a devia dar de toda a minha diligência.” Ricci especula que Barata estaria sondando sobre como a comunidade judaica portuguesa poderia ajudar os portugueses amazônicos na luta contra os franceses (2013: 294).

Após a conferência confidencial, Barata janta no suntuoso palácio do governador. “A mesa for servida com a maior magnificência, unindo-se nela a riqueza do bom gosto. E aí se achavam além do governador, e da sua esposa, e um filho, que é cadete, mais dois capitães, um ajudante, o Dr. Nassi e eu [...] Fez-se a primeira saúde à Rainha Fidelíssima, e ao Príncipe do Brasil [...]” Durante a refeição, Barata relata a viagem, e depois, em outra sala, mostra sua derrota no Atlas, apontando-lhes que faltava nele o rio Rupununi (que os interlocutores prontamente anotam em papel separado). Porém, deixa de mencionar o rio Saraurú, “por ser já do nosso território, e outros pertencentes ao mesmo.” Todas as mordomias que Barata recebe em sua visita não eram destinadas a qualquer oficial de passagem pelo Suriname. O porta-bandeira frisa que, quando recentemente o

governador e sua mulher ali estiveram, a caminho para a Europa, não foram tão bem tratados, o que gerou reprovações de alguns franceses e batavos que estavam na cidade. Estes dois breves episódios revelam maquinações da diplomacia naqueles tempos: representantes de nações amigas, Barata e Friderici se tratavam com enorme cortesia, mas Barata não deixou de esconder segredos de estado (a rota entre os rios Repununi e Branco) do holandês. Por outro lado, o tratamento especial não fora destinado ao governador francês, ainda que estes fosse superior hierarquicamente que Barata, e ainda que a França estivesse então aliada da República da Batávia. Os holandeses oranginos do local provavelmente queriam marcar uma posição contra o governo republicano francês, ao que os patriotas batavos protestaram.

É Friderici quem leva Barata, após sua recuperação, no dia 5 de novembro, para visitar um engenho de açúcar de sua propriedade, e uma plantação de café “que não era sua, mas estava a seu cargo, pois o proprietário estava na Holanda, porque isto é lá permitido”. Vão de escaler, e Barata afirma: “Gostei de ver a regularidade, asseio e grandeza de uma e outra, assim na disposição do terreno, como em todos os seus edifícios, fábricas e trabalhos ativos e bem ordenados.” Para além descrição destes locais onde Friderici o levou, e da nação judaica portuguesa, o relato que Barata faz do Suriname está na entrada do dia 10 de novembro do Diário. Assim inicia:

Está a Cidade de Paramaribo em 5 graus e 49 minutos ao norte, sobre a margem ocidental do Rio de Surinam, [...], distante quatro léguas incompletas de sua foz, que desemboca no oceano, e sobre um plano, ainda que baixo, ameno, e dilatado. Esta cidade, que entre as da Europa seria da segunda ordem, é certamente uma das que na América se devem contar como as da primeira, assim pela extensão que tem, como pela sua regularidade e beleza. As suas ruas principais são largas, direitas, e muito asseadas, porém o que asorna mais são as belas alamedas ou árvores de laranjeiras e tamarindos entressachados.

Os “edifícios são regulares, e altos, ou de sobrado com janelas rasgadas e de vidraças, e só algumas com empanadas”. Poucos eram de tijolos, a maioria feita em madeira pintadas de diversas cores por dentro e por fora “segundo o gosto dos senhorios”. Muitas casas particulares eram grandes, suntuosas, bem ordenadas por dentro, e caras. O governador, que também morava em boa casa, não residia no palácio, ali apenas despachava. O Palácio era de irregular arquitetura, pois cada governador, inclusive o atual, lhes fizeram acréscimos. Junto a ele ficam duas artilharias calibre 12 e duas sentinelas efetivas. Nos fundos fica um jardim com horta e pomar. O Palácio fica numa praça com altas árvores que segue até a Fortaleza de Zelândia, em distância de 200 braças. Neste parque a Tropa de Guarnição faz seus exercícios. Três das ruas principais da cidade começam na Praça. Barata viu na cidade dois hospitais, “um dos militares e outro dos pobres, e neles resplandece a maior ordem, asseio e humanidade ou caridade”. Nos jardins dos hospitais, viu hortas, jardins e plantas medicinais, e ambos tinham varandas de recreio. O hospital militar tinha um armazém e

uma botica, nele residiam oficiais, cirurgiões e enfermeiros em quartos particulares, além de 36 escravos efetivos “em pequenas casas formadas pela parte de dentro à roda da cerca”.

Quase todas as casas de Paramaribo tinham jardins, hortas e pomares. Havia casas de pasto, cafés, bilhares, mercados públicos e muitas praças. O teatro estava então fechado. A oficina tipográfica da cidade então imprimia gazetas duas vezes por semana, e também havia livrarias particulares, como as de Nassi e Friderici. Em geral, a impressão de Barata é de opulência e paz:

O luxo geralmente é grande, assim no interior, como no exterior, e muitas carruagens rodam continuamente pelas ruas, além dos soberbos cavalos em que andam. Eles vem de fora por altos preços. Mas os costumes dos habitantes são bons, moderados mui polidos e cheios de humanidade, especialmente com os estrangeiros, e ainda mesmo entre si, não obstante a diversidade de religiões que ali se exercitam, como abaixo direito. Em todo tempo que ali estive nunca vi, nem tive notícia de uma só desordem, de dia ou de noite, o que se deve talvez à boa polícia.

Quanto ao clima “dizem que é saudável”, apesar de não ter sido para Barata:

[...] é temperado segundo a posição que se acha o seu terreno fértil, e o de toda colônia, mas muito falto de víveres, que maior parte vêm de fora, principalmente da América do Norte, sendo por isso extraordinariamente caros não só estes, mas também os que lhe fornece o próprio país, o que é muito pouco relativamente à sua população e necessidade.

A colônia do Suriname foi oficialmente fundada em 1650, pelos inglês Francis Willoughby, ainda que pequenas colônias de europeus já haviam tentado se estabelecer na região desde a primeira metade do século XVII. Em 1667, uma esquadra zelandesa tomou a colônia, que permaneceu com os Países Baixos até 1795, a não ser por um breve interregno britânico entre 1799 e 1816. A administração da colônia esteve em mãos da Companhia das Índias Ocidentais holandesa desde 1682, tendo sido substituída, no que tangia a assuntos internos, pela Junta para os negócios das colônias e possessões na Costa da Guiné e nas Américas (em 1795) e, para assuntos externos, pelo Conselho para a administração das possessões nas Índias Ocidentais e Colônias nas Américas e na Costa da Guiné (1798). Quando Barata por ali esteve, esta transição tomava forma. De todo modo, tanto a Companhia quanto a Junta e o Conselho eram subordinadas aos Estados-Gerais, i.e., ao parlamento dos Países Baixos (Lier 2005 [1949]: 37-8).

Em torno do Fort Zeelandia, nas margens do rio Suriname, próximo a onde este encontra o Commewijne e deságua no oceano, a cidade de Paramaribo cresce na segunda metade do século XVII. Ao final do XVIII, era considerada uma das mais ricas das Américas, como bem notou Barata. O grande luxo no interior e no exterior das casas que consta nas páginas do Diário também foi sublinhado por outros viajantes, como o inglês John Gabriel Stedman, que pinta um quadro da vida dos donos das plantações na década de 1770 como uma marcada por excessos de opulência e crueldade (1992 [1796]: 183-7). Este se tornou um mote da historiografia sobre o Suriname que é repetido até hoje (cf. Price 2011: 3-8; Lier 2005 [1949]: 93-7). Mas Lier (idem: 121-2) também marca que o final do século XVIII pode ser considerado como um período de renascimento cultural na capital: jornais começaram a ser impressos em 1774, o primeiro teatro foi ali fundado em 1775, e

a sociedade literária judaica teve início em 1783. Apesar dos conflitos internos e externos, o Suriname era uma colônia bem sucedida, quando da passagem de Barata.

Barata descreve a religião na capital do Suriname no final do XVIII, quando o calvinismo era a fé dominante. Enfatiza que, “porém, além desta se tolera o exercício da católica romana, da judaica, da luterana e todas as mais. Todas estas têm seus templos e sinagogas, e todas de excelente arquitetura”. Ele diz que a catedral católica igreja católica fora aberta em primeiro de abril de 1787, mas encontrava-se então fechada e sem ministros, pois havia na colônia poucos católicos, era impossível manter o custo dos cultos. Prossegue dizendo que “os protestantes reformados [calvinistas] fazem presentemente as suas funções na igreja luterana, porque a deles está bastante arruinada”. A igreja luterana tinha um púlpito e um órgão, diz, enquanto a igreja arruinada dos reformados ficava em frente a uma praça quadrada, cheia de laranjeiras, debaixo das quais sepultam os mortos de distinção pelo preço de 200 florins “à exceção do fiscal, conselheiros e algumas outras pessoas empregadas nos mais distintos empregos da colônia”. Os militares eram enterrados dentro da Fortaleza de Zelândia. Os cemitérios públicos ficavam fora da cidade “e pela parte superior da mesma, em razão de não poder experimentar aquelas terríveis epidemias, que outras muitas cidades tem experimentado”. Os judeus, como já notado, tinham três sinagogas. Todas as religiões eram pontuais, diz Barata, os fiéis judeus guardam escrupulosamente os sábados e protestantes os domingos, sendo as transgressões vigiadas pela polícia e punidas pela autoridade pública.

Paramaribo, nesta época, era de fato uma cidade cosmopolita para padrões americanos, abrigava holandeses, ingleses, franceses, alemães, portugueses, judeus. Outro mote da historiografia sobre a colônia que persiste até hoje é a de que ali sempre pregou-se a tolerância religiosa. Tal visão não deixa de ser um bocado idealizada, como afirma Lier, que nos lembra que a entrada da igreja católica na colônia só foi permitida a partir de 1785 (idem: 59-60, 123). Barata mesmo percebeu a virtual ausência de católicos ali, e quando fala do católico Barão de Hogoritz (ver abaixo) ainda marca que a religião poderia ser um dos motivos que o fazia querer emigrar daquela colônia. É importante perceber que Barata jamais menciona a religiosidade dos negros, ou mesmo a visão dos brancos sobre ela, o que seria relevante para pensar a tolerância religiosa. É provavelmente a falta de atenção à religiosidade dos negros que faz Barata ignorar a importante presença da igreja dos irmãos morávios, presente no Suriname desde 1735. No séc. XVIII, a atividade dos morávios naquela colônia (em sua maioria missionários alemães) se concentrava na evangelização de indígenas, escravos e maroons (Price 1990: 54-64). Hoje em dia, esta é uma das principais vertentes cristãs no Suriname, ao lado do catolicismo e do pentecostalismo. Stedman, um crítico do cristianismo, dizia que, no Suriname, os negros eram mais religiosos que os brancos, pois

“acreditam em Deus e na sua bondade”, jamais quebram promessas, e sempre fazem libações antes de comer e beber (Stedman 1992 [1796]: 262-3, 334-5).

Barata fala ainda da pontualidade e o escrúpulo com que os colonos guardavam os sábados e domingos, dando uma impressão de uma sociedade pia e ordeira. Isto contrasta radicalmente com a visão de autores como Lier, que fala sobre a “falta de religiosidade” e a “baixa frequência” nas igrejas durante o século XVIII no Suriname, num período de grande absentéismo dos proprietários, quando reinava o individualismo dos administradores. De acordo com o sociólogo, “a frequência com que o edito estimulando a observância do Sabá foi reeditado, por exemplo, mostra quão negligentes as pessoas eram em respeitá-lo” (Lier 2005 [1949]: 69-70). É claro que Lier pode estar sobre-interpretando: o fato do edito sobre o sabá ter sido reeditado muitas vezes não demonstra necessariamente que as pessoas não o respeitavam; porém, fato é que a maioria das fontes descrevem os colonos surinameses como pouco religiosos, e dados a excessos. A perspectiva de Barata pode ter sido enviesada pela sua permanência junto aos judeus portugueses, que, se comparados com os demais brancos da colônia, eram muito mais devotos. O mesmo vale para a sua posição sobre a tolerância religiosa: como já afirmei, se comparada às colônias ibéricas, havia maior liberdade no exercício da fé judia no Suriname.

A descrição dos cemitérios, apesar de breve, demonstra, em primeiro lugar, que as preocupações iluministas com miasmas e epidemias, que a partir da segunda metade do século XVIII levaram as necrópoles a serem construídas longe das cidades (cf. Reis 1991: 247ss) estavam presentes em 1798 nas Guianas. Em segundo lugar, que era uma realidade a separação do local de enterro por classes – os ricos e importantes sepultados numa praça, sob a sombra de laranjeiras, no meio da cidade; os militares no forte; e os demais em cemitérios públicos fora da cidade.

Quanto ao governo, Barata afirma que a suprema autoridade era o governador geral, que a exercitava em nome dos Estados Gerais e dos diretores. Polícia e tropa lhe eram subordinadas: o governador comandava a tropa como coronel em chefe e a polícia como presidente do conselho. O governador também presidia os tribunais e provia os postos civis e militares com anuência dos Estados Gerais. Casos importantes eram mandados ao conselho da polícia, mas se os votos fossem contra a vontade do governador ele podia decidir, colocando-se como “representante dos senhores da colônia a quem fica então responsável”. O poder do governador, parece quase absoluto:

E sendo-lhe ao mesmo tempo absolutamente proibido o exercitar ato algum de jurisdição coativa, ou punitiva, nem ainda a de mandar prender ao menor indivíduo sem o concurso dos respectivos conselhos; é por outro lado tão ampla a sua autoridade, que pode só com ela, e por si, perdoar até pena de morte.

O Conselho de polícia e justiça criminal se compunha do primeiro fiscal; nove conselheiros nomeados a voto pelo povo a posições vitalícias; um procurador fiscal; um secretário; e o presidente governador. As assembleias ocorriam quatro vezes por ano nos inícios de janeiro, abril, julho e outubro, e “sua jurisdição se estende à polícia da colônia, às causas criminais, e à arredação da fazenda; porém de todas as suas decisões se pode apela para as altas potências da Holanda”. Havia também a secretaria do tribunal e da câmara dos órfãos. Com a mesma periodicidade o conselho de justiça civil tinha assembleias. Tal conselho lidava com as causas civis, e apenas quando as decisões excediam 600 florins podia-se apelar nas altas potências holandesas. Era composta do governador presidente; dez conselheiros ou deputados (de mandatos nomeados pelo conselho político com duração de quatro anos); e um assessor (nomeado pelos senhores da colônia, entre aqueles que haviam sido advogados na Holanda). Havia ainda o tribunal inferior, que lidava com causas de até 250 florins. Este era composto por um conselheiro de justiça civil, nove comissários e um secretário. Decisões de mais de 50 florins podiam ser apeladas no conselho de justiça civil. Como vimos, a nação judaica portuguesa tinha também seu próprio conselho. Por fim, existiam juízos privativos para administração dos bens dos órfãos e dos que morrem sem testamento; para a conservação dos caminhos e dos trabalho públicos; e para a polícia do interior da Cidade.

As páginas do Diário que tratam dos aspectos políticos e jurídicos do Suriname, como vemos, são detalhadas e não temos motivos para acreditar serem imprecisas. De fato, não destoam da descrição oferecida por Stedman (1992 [1796]: 193-5) sobre a colônia duas décadas antes. Porém, se expõe bem a estrutura formal, o porta-bandeira não oferece uma interpretação de seu real funcionamento. Stedman dizia que o sistema do governo civil era bem construído, mas no entanto era “corrompido pela avareza sórdida”. Além disso, a imagem que Barata pinta do governador era quase a de um plenipotenciário, capaz de agir sem a anuência do conselho, e de se opor às decisões do mesmo; ele responderia praticamente apenas aos Estados Gerais holandeses. Mas não é este o quadro que pinta Lier (2005 [1949]: 73-7), apoiado em ampla bibliografia, diz que o Suriname podia ser entendido como uma “colonocracia”.

O número de funcionários que governavam a colônia era bastante reduzido até o início do século XIX. Apenas alguns, veteranos, podiam se colocar no mesmo nível ou acima dos colonos – além do governador, apenas os dois procuradores-gerais, os dois secretários da corte e o controlador das finanças se qualificavam como membros dessa classe. Os membros dos tribunais eram funcionários honorários e eram eleitos entre os cidadãos mais proeminentes – eram colonos, portanto. Houve mesmo alguns colonos entre os governadores: Van Scharpenhuysen, Mauricius, Nepveu, Crommelin e Friderici, para nomear alguns, eram proprietários rurais. Muitos dos procuradores-gerais também eram colonos, assim como alguns oficiais comandantes, os comandantes de guarnição e outros oficiais, que também podem ser classificados neste grupo. Os interesses dos colonos dominaram o desenvolvimento do país até o final do século XX (idem: 53).

Durante grande parte da história do Suriname, o grupo dos colonos comandava o governo civil. Se, nos meses que Barata ali esteve, pareceu-lhe que Friderici tinha controle sobre a política

local, isto se deve justamente pelo fato deste governador especificamente ser parte desta oligarquia rural, à qual seus interesses não se opunham. O Suriname foi governado até meados do século XX como uma empresa, cujo objetivo principal era o lucro, logo, quando os colonos estavam presentes em grande número na colônia, eram eles que dirigiam as políticas e a justiça ali. Quando os administradores passaram a ter papel mais importante, o poder passou às mãos destes.

Sobre a guarnição militar e defesa da colônia, Barata lista três batalhões de infantaria; uma companhia de duzentos negros libertos; um corpo de caçadores e alguns engenheiros. Cada um tinha Coronel, Tenente Coronel e Major, “com a competente oficialidade”. Para os informantes de Barata, “a dita companhia de negros é considerada como a mais útil à colônia, não só porque ela serve como tropa ligeira, mas também pelos contínuos ataques, que tem, em diferentes lugares da mesma colônia, contra os negros fugidos que de tempos em tempos atacam as diversas plantações”. Somando todos os corpos, as defesas chegavam a mil ou mil e duzentos homens. Desde o início da guerra da Holanda com a França não haviam recebido reforços, “e nesta Colonia se não assenta praça aos seus habitantes”, mas podiam os mesmos se alistar em tropas de milícias, havendo onze companhias, cada uma de 300 a 350 pessoas, com seus capitães, tenentes e alferes. Quatro ficavam na cidade e o resto pela colonia. As milícias não tinham, porém, fardamento nem ordem nos seus armamentos, nem tanta disciplina quando os demais batalhões e tropas.

O quartel da tropa e o armazém de víveres, diz Barata, era localizado no Forte Zelândia, na entrada da cidade, onde haviam 18 peças de artilharia. Mas Barata afirma que os barcos que quisessem desembarcar um pouco abaixo da cidade poderiam fazê-lo sem temer os tiros do forte “que apenas pode ofender e defender os navios ancorados no porto.” A duas léguas do Forte Zelândia era localizado o Forte de Amsterdam, num istmo na confluência dos rios Comovine (Commewijne) e Surinam. Este tinha mais poder ofensivo: 96 peças de artilharia. Era comandado por um Tenente Coronel com 50 ou 60 praças, o que ainda era pouco para tamanha fortaleza, de acordo com Barata. Pouco abaixo ficava uma pequena bateria de quatro peças de artilharia e oito praças. E seguindo mais o rio, um reduto no Mot Kreek, para dar aviso de embarcações que se aproximassem. Na foz esquerda, outra bateria, com 12 peças de artilharia e 30 praças. Num canal próximo, por onde entravam navios, duas fragatas defendiam a barra, e dois brigues e duas escunas rondavam a costa. A uma légua no mesmo canal, ficava outra fragata e, no Forte Amsterdão, mais algumas. O Forte Zeelandia tinha outra fragata e ainda havia mais uma num canal próximo. Todas eram armadas e com marinheiros (dentre eles, os portugueses apreendidos pelos franceses no episódio do Rossilhão). O governador não tinha jurisdição sobre as forças marítimas da colônia.

As principais edificações militares descritas por Barata são o Forte Zelândia, construído pelos ingleses em 1651 (então chamado Fort Willoughby, em homenagem ao fundador da colônia), que manteve sua importância como forte militar até a década de 1980; e o Forte Nieuw Amsterdam, construído na embocadura do Commewijne, após um ataque dos franceses à colônia em 1712 que provou que os bastiões do Forte Zelândia eram incapazes de conter embarcações que invadissem a cidade passando ao largo da margem ocidental do rio Suriname, como Barata bem observou.

Se compararmos com a descrição de Barata das forças militares das demais colônias pelas quais passou, o Suriname parece particularmente bem protegido. Lembremos que o forte do rio Essequibo tinha apenas 50 praças e nenhuma artilharia; Demerara tinha 39 peças de artilharia e 20 soldados na fortaleza, algumas lanchas e artilharias marítimas, uma tropa holandesa na cidade, e um regimento de negros; em Berbice, haviam 26 peças de artilharia na fortaleza, mais 12 sobressalentes, além de “grande quantidade de petrechos de guerra”, sendo a guarnição total da colônia de pouco mais de 200 homens e sete oficiais. Somando as três colônias, Barata contou 57 peças de artilharia, um terço das 158 do Suriname. Verdade, o militar português teve mais tempo de ver e se informar sobre as guarnições no interior do Suriname e ao redor de Paramaribo que nas outras colônias, e o próprio ainda cogita que parte das forças marítimas inglesas que guardavam a costa das Guianas estariam em Barbados. De todo modo, não surpreende que o Suriname tivesse fortes defesas militares. Localizado entre colônias inglesas e francesas, era possível alvo de guerra dos dois lados, dependendo da situação política internacional, e ainda havia conflitos internos.

Ainda que no Diário os problemas com escravos fugitivos sejam mencionados apenas de passagem, é notório que a história desta colônia foi marcada pela guerra quase ininterrupta com grupos maroons, do século XVII ao XIX. A importância que Barata vê na “dita companhia de negros”, considerada “a mais útil à colônia” demonstra que tais guerras internas com os maroons eram a maior preocupação militar para os colonos surinameses. Esta companhia de negros era o chamado *Korps Zwarte Jagers*, “Corpo de Caçadores Negros”, companhia militar formada por escravos emancipados. Fundada em 1772, veio a engrossar as defesas surinamesas contra aqueles que eram então seus principais inimigos: os maroons, negros fugitivos que se estabeleceram na floresta, e promoviam ataques às plantações da região em busca de bens, alimentos, e pessoas. A tropa dos negros libertos foi particularmente importante na guerra que durou até 1795 contra os rebeldes liderados por Boni, que hoje formam o grupo de maroons aluku. A companhia de negros lutou ao lado das outras tropas coloniais e do maroons ndyuka, contra os aluku. Os soldados negros mantiveram-se fiéis à colônia até a ocupação britânica. Em 1805, parte do grupo iniciou uma rebelião, unindo-se com escravos de uma plantação em Imatapi e fugindo em direção ao rio Marowijne, no leste do país. Lá, conseguiram se juntar aos seus antigos aliados, os ndyuka. Seus

descendentes hoje formam um dos clãs que constituem a sociedade ndyuka (cf. Groot 2009: 101-133). Outras colônias americanas também usavam o expediente de formar corpos militares de negros emancipados: como Barata notou, havia um regimento negro em Berbice.

Quando Barata esteve no Suriname, a guerra com os aluku havia acabado. Outros grupos maroons também já não guerreavam mais contra o poder colonial: os ndyuka haviam conseguido um tratado de paz em 1760, os saamaka em 1762 e os matawai em 1767. As principais guerras maroons haviam passado e os colonos passaram a Barata a sensação de relativa tranquilidade. Ainda sim, o porta-bandeira não deixa de mencionar os “os negros fugidos que de tempos em tempos atacam as diversas plantações” em diferentes lugares da mesma colônia. Os grupos “pacificados” eventualmente ainda faziam ataques, e novos grupos de fugitivos jamais pararam de surgir, até a emancipação. A enorme desproporção entre negros e brancos, a distância de muitas plantações da capital e a vastidão da floresta surinamesa fizeram com que a marronagem fosse uma forma particularmente vigorosa de resistência negra à escravidão no Suriname. O sucesso de tantos grupos – hoje são seis considerados etnias distintas, cada qual com sua própria língua, território e costumes – fez com que, naquela colônia holandesa tal alternativa fosse mais viável que as insurreições como as de Demerara e Berbice. Mesmo depois da passagem de Barata, ainda surgiram alguns grupos vigorosos de maroons no Suriname, um dos mais famosos sendo o liderado por Broos, em torno de 1800 (cf. Renselaar & Voorhoeve 1962: 206-8).

Das forças militares, Barata passa à população: “O número de habitantes livres existentes na capital de Surinam, segundo os últimos cálculos, compreendidos os judeus portugueses e alemães, os índios, mulatos, negros, e mestiços, é de 3.500 a 4.000 almas”. Não entravam nesta conta a tropa e a marinha, nem os estrangeiros que Barata diz ali haverem em grande número. “O número de escravos ocupados no serviço dos senhores e em muitos ofícios públicos, é de oito a nove mil, havendo casas que ocupam de 50 a 60.” Fora de Paramaribo, supunha haver 1.500 pessoas livres, e pouco mais de 40.000 escravos, “o que tudo vem a formar o total da população geral de 53 a 55 mil almas; sendo de notar que de poucos anos a esta parte tem aumentado a população dos brancos, e diminuído a de escravos, o que tem ocasionado a atual guerra da Europa”.

Barata afirma que o Suriname era considerada uma das colônias mais ricas da América “pois que conta presentemente 528 plantações, ou fazendas, a saber 99 engenhos de açúcar, 312 plantações de café, e algodão, quatro de Cacau, 111 fábricas de madeira, e duas de tijolo, e telha” (estas últimas para consumo interno). Todas as plantações ficavam nas margens dos rios, em terras baixas inundáveis por diques e canais que tornavam o solo fértil. Plantações que pareciam perder a fertilidade eram volvidas com enxada, ou, em casos mais graves, deixadas inundadas por dois anos

até que voltassem a dar bons frutos. Assim, duravam muitos anos: “há plantação que pertence aos bisnetos dos fundadores”. Entrando em mais detalhes, Barata afirma que todas as plantas – café, cacau, algodão ou cana – eram dispostas em ordem. A cana não precisava ser plantada anualmente, havia mesmo canaviais nos quais já se havia feito mais de 30 cortes. Engenhos não eram volvidos com água de igarapés, mas, em estilo tipicamente holandês, com canais de 30 a 36 pés que recebiam águas das marés; havia também engenhos movidos por tração animal; os engenhos d’água custavam de 80 a 100 mil, e os animais de 30 a 40 mil florins, rendiam anualmente 100, 150 até 500 barris de açúcar mascavo de 1.000 a 1.200 libras. O rendimento das plantações chegava a 300 a 350 mil arrobas de café, 25 a 30 mil de algodão, 20 a 25 mil de cacau, 400 a 450 mil de açúcar, somando oito a nove milhões de florins. Tabaco, urucu e anil já haviam sido cultivados no país, mas, por não serem tão lucrativos, já não o eram mais. Lavradores trocavam de gênero quando julgavam mais apropriado para o terreno, e todos pagavam impostos.

Quando Barata aporta no Suriname, todo o comércio da colônia era feito com americanos e ingleses. Antes da guerra, quando o comércio era apenas com a Holanda, chegavam a entrar no porto 50 a 60 barcos, pagando de frete um milhão de florins. Hoje, os americanos que exportam café, açúcar, cacau e outros gêneros pagam dois milhões de florins na entrada e na saída. Os colonos dependiam dos americanos e ingleses para a compra de peixe salgado, carne, azeite, farinha e tudo mais. Havia oito negociantes de atacado na colônia, dos quais seis judeus e dois calvinistas. Destes atacadistas, os víveres eram vendidos em lojas. Em tempos de paz, o porto era franco para qualquer nação, qualquer estrangeiro podia exercitar ofício ou arte, e se quisesse ser agricultor lhe seria concedida sesmaria, basta pagar todos os direitos como se fosse nacional. Prova da enormidade do território da colônia e da política não protecionista dos Países Baixos. Por este motivo, era comum a vinda de muitos estrangeiros à Guiana Holandesa, muitos dos quais deixavam suas plantações “em nome de feitores e procuradores”.

Presentemente se contam alguns quatrocentos proprietários existentes na Europa, sendo muitos desde netos, e bisnetos, que herdando as ditas plantações nunca as viram. Estes contudo se não esquecem de enviar tudo o preciso, ou para o útil ou para o agradável de suas fazendas, e administradores, pois que quase todas as plantações parecem suntuosas quintas

De acordo com o porta-bandeira, todos os habitantes da colônia, livres e escravos, pagam “direito de captação” anualmente: 25 soldos por cabeça para os moradores de 3 a 12 anos, e 50 para os com mais de 12 anos. Outros impostos:

O Café é calculado a sete e meio soldos a libra; o algodão a 19; o cacau a três e meio, e o açúcar a 70 florins o barril. Em vista desta regulação se examina o que cada lavrador fabricou, e feita a conta da sua importância se paga 5% sobre o valor de cada carregação que eles trazem, e o mesmo pelo melaço que exportam.

Os americanos e ingleses pagam o dobro do referido, e de todos os mais direitos e impostos De cada venda que fazem de bens de raiz, pagão 3% do valor por que se fez a venda ou transpasso, e isto acontece tantas vezes quantas se alheiam os mesmos bens. Quando se fazem porém em hasta

pública se pagam 5%. Do produto dos escravos vindos d'África se pagam 2,5% e quando estes se tornam a passar a outro senhor se pagam 3%.

Todos os anos as casas são avaliadas e sob esta avaliação se paga 2%. Por cada licenças para ter cavalo pagam anualmente 10 florins, e outro tanto por uma sege, e por um carro 20. Finalmente além destes direitos e impostos há outros muitos.

O *Essai Historique* de Nassi (1788: II, 37ss) conta com um levantamento populacional, provavelmente foi dele que Barata extraiu muitas de suas informações sobre o governo, forças militares, economia e demografia da colônia. Nassi afirma que em 1787 o Suriname tinha 1.119 casas, 3.356 brancos 1.311 judeus, 650 mulatos, totalizando 4.006 habitantes livres. O total da população seria entre 50 a 55 mil, o que significa que haveriam entre 46 e 51 mil escravos. Nos onze anos que se seguiram, Nassi afirma que as mudanças foram poucas. Na carta a Francisco Coutinho, expõe brevemente o que se alterou desde então:

[...] as mudanças que se tem oferecido de sua data para cá são muito pouco sensíveis: a população de brancos aumentou-se; a de escravos diminuiu-se; a cultura no mesmo estado, e aquele dos índios melhorou-se pois souberam suprir com a indústria no comércio, os atrasos que padeceram com a agricultura, causado pela barbaria dos negociantes da Holanda (Nassi *apud* Mello Moraes 1859 [1798]: 179).¹⁸

No *Essai*, Nassi conta 591 plantações em 1787, das quais 46 pertenciam a judeus. Ou seja, apenas 7,8% das plantações eram dos judeus, enquanto eles compunham 39% da população branca. A razão para tal desproporção é o absenteísmo dos colonos europeus. Lier afirma que era mais comum que os donos das plantações residissem no Suriname até 1773, quando uma crise no mercado de ações em Amsterdam obrigou muitos colonos a venderem suas terras para credores da metrópole. Entre os não judeus, haviam apenas cerca de 80 donos de plantações residentes no Suriname em 1786, para 500 plantações, uma taxa de absenteísmo de aproximadamente 84%, incrivelmente alta. Este fator foi decisivo na história cultural, política e econômica surinamesas.

Os proprietários sentiam-se muito pouco envolvidos na administração de suas fazendas; o principal objetivo era o lucro imediato, e eles não mostravam muita disposição para fazer investimentos de capital. O declínio do Suriname no século XIX [...] é em grande parte atribuído a este comportamento (Lier 2005 [1949]: 66).

Certamente, a dependência externa para bens de consumo local, afirmada por Barata, era influenciada por esta alta taxa de absenteísmo: os poucos habitantes livres da colônia não eram capazes de suprir a demanda interna de mercadorias, sendo praticamente toda a sua produção voltada para o mercado externo. Os preços na capital eram muito altos, como notou o porta-bandeira, mas como as plantações eram extremamente lucrativas, os colonos eram capazes de pagá-los, e não apenas para o necessário e o útil, mas também para o agradável. Viviam no luxo.

A atividade extrativista madeireira teve peso durante toda a história surinamesa, e o tem até hoje. Mas o Suriname tende a ser descrito como um dos casos exemplares de economia de

18 Cabe notar que esta é a única menção do uso de mão de obra indígena no Suriname que temos nos documentos referentes à viagem de Barata. Afora isto, apenas o fato de que as mulatas em Essequebo tinham escravos indígenas é citado. Trata-se, certamente, de mais uma “omissão estratégica”.

plantation. Tratava-se de uma forma de economia agrária monocultural baseada em mão de obra escrava, na qual as plantações funcionavam como “empresas comerciais que deviam sua existência a investimento de capital de além-mar” (idem: 40). O sistema de *plantation*, cabe dizer, foi implantado desde a chegada dos ingleses no século XVII e perdurou na colônia até a abolição da escravatura em 1863. No XVII, praticamente apenas a cana de açúcar era cultivada, mas no XVIII foram introduzidos também café, cacau, algodão, tabaco e anil. O urucu, citado por Barata, não aparece em outras fontes que consultei. Quando o porta-bandeira esteve na colônia, a economia de *plantation* atingia seu ápice na Guiana Holandesa. Ao longo do século XIX, devido ao absentéismo, o abolicionismo e mudanças na economia mundial, o número de plantações na colônia declinou. Relevante é que, no caso surinamês os judeus portugueses podem ter tido um papel crucial para o desenvolvimento deste tipo de economia. Ainda que os britânicos já tivessem implantado tal sistema na colônia desde 1650, Lier aventava que o sistema de *plantations* atinge sua forma clássica pela primeira vez no Brasil, tendo sido levado pelos holandeses que estiveram em Pernambuco para o Suriname. Teriam sido em boa parte os judeus, expulsos do Brasil em 1648 e chegados no Suriname em 1664 que trouxeram o modelo para as terras guianesas (idem: 43).

Ao final da sua descrição do Suriname, Barata ainda menciona um pedido que levará à Francisco Coutinho. Conta do Barão de Hogoritz, um francês que enriqueceu com a agricultura em Caiena e, depois da revolução, com anuência de seu governo, foi a Paramaribo. Barata o descreve como instruído de livros e viagens, de bons costumes, e católico de boa fé. Foi a ele bem recomendado por Nassi. Hogoritz queria ir morar no Pará; Barata não sabia se pela religião – lembremos que o templo católico estava então desativado –; ou por segurança – talvez temendo a premente invasão dos britânicos, inimigos dos franceses, que veio a ocorrer em 1799. Para atestar o caráter de Hogoritz, e frisar sua posição frágil dependente da Caiena fiel aos republicanos, Nassi conta um caso que Barata reproduz no Diário:

Os negros noutro tempo escravos de Hogoritz em Caiena, não querendo sair do serviço e casa do dito, anda depois livres pelo novo sistema, aí voluntariamente se conservaram, e cultivaram as plantações, que ele lá deixara, socorrendo-o, e assistindo-lhe em Surinam com o produto delas. Mas sucedeu que no último ano, querendo eles meter-lhe quinze mil florins pertencentes àquele ano, as jurisdições constituídas, a quem os foram manifestar segundo as suas leis, assentaram que isto era muito para a subsistência de um homem, e assim tirando dez mil, que aplicaram a outros fins, só permitiram que lhe mandassem os cinco mil que restavam.

A anedota é curiosa. Gomes (1997; 2001: 220) e depois Gomes & Queiroz (2002: 34) a citam, usando como fonte Barata, a fim de enfatizar a economia própria dos escravos que emergia nas Guianas no final do século XVIII. De minha parte, considero-a pouco confiável. Que Hogoritz fosse um homem de bons costumes, católico de boa fé e que tratasse relativamente bem os escravos é algo plausível. Mas que seus escravos continuassem a trabalhar nas suas plantações depois de

alcançarem a liberdade, e ainda remetessem os lucros para seu antigo patrão além da fronteira, isto é no mínimo improvável. Vai contra toda a narrativa da história das Guianas que afirma que, após a abolição, os ex-escravos recusaram-se a continuar trabalhando nas plantações em troca de salários. E vai contra a descrição que Valadim faz da Guiana Francesa também. Foi tal recusa que levou à urbanização das populações negras na região, e ao recurso aos trabalhadores de contrato asiáticos, que chegam em grande número nas colônias caribenhas inglesas e francesas entre a metade do século XIX e o início do XX. A anedota parece-me antes uma forma de Nassi convencer Barata da boa índole do francês; ou então um fruto convoluto da retórica antiabolicionista do *amelioration*, que defendia que, se as condições dos escravos fossem melhoradas, se o tratamento deles fosse mais humano, os próprios negros não se oporiam ao regime de escravidão.

4.1.6 A Vida de Francisco José Rodrigues Barata

Espero ter demonstrado, após esta detida exposição do Diário, suas potencialidades como fonte histórica para o norte do Brasil e para as Guianas no final do século XVIII. Cabe agora apresentar brevemente a biografia de Barata, a fim de contextualizar um pouco melhor seus escritos.

A família Barata tem origem portuguesa e nobre. Francisco José Rodrigues Barata nasceu em 24/06/1770 na Vila de Álvaro, na Beira Baixa, em Portugal, filho de João Rodrigues Vaz, Vereador da Vila de Álvaro (Comarca de Tomar), e de Lúcia Maria da Conceição Barata. Francisco se casou em 1801 com Ana Joaquina de Mello Marinho Falcão e teve sete filhos, dentre eles fazendeiros, deputados e coronéis. Seus descendentes fazem parte da elite militar e política paraense até hoje. Parte deles esforçou-se para erguer o nome do patriarca: seu neto Manuel de Mello Cardoso Barata, senador, foi quem veio a doar o manuscrito do Diário para a Biblioteca Nacional em 1899; seu trisneto Mário Barata escreveu sobre o diário de Francisco.

A genealogia levantada pela família Barata (cf. [s/a], [s/d]) conta que Francisco e seu irmão, Estanislau José Rodrigues Barata, vieram a se estabelecer no Pará por volta de 1780. Estanislau virou fazendeiro na Ilha de Marajó, e Francisco assentou praça de soldado no Terço Auxiliar da Cidade de Belém do Pará, na Tropa de Milícias, com onze anos, em 1781. Em 1792, quando Portugal entra em guerra com os franceses, Francisco Barata se alistou na 4ª Companhia do Regimento de Exército. Em 1795 foi promovido a Cabo de Esquadra, encarregado de 200 praças no Regimento de Cametá. Em 1796, foi nomeado porta-bandeira da 7ª Companhia do Regimento da Cidade de Belém. Foi nesta posição honorífica de representante do estado português, militar com incumbências diplomáticas, que Francisco Barata empreendeu sua viagem ao Suriname.

Após seu retorno, Barata torna-se alferes do Regimento de Infantaria da praça do Macapá, em 1799. No ano seguinte Barata consegue obter pelo Príncipe Regente o título de Fidalgo de Cota

e Armas. Em 1802, é sargento-mor do 3º Regimento de Infantaria de Milícias de Cameté e no mesmo ano volta a Macapá, mantendo o posto de sargento-mor. “O interessante neste ofício [em que requer sua transferência para Macapá] é que Barata alegava que queria voltar para Macapá devido à separação de sua família e de seu estabelecimento. Assim ficamos sabendo que ele se enraizara na fronteira norte.” (Ricci 2013: 304). Em 1804, Barata ainda faz uma viagem à Goiás, sobre a qual escreve a “Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da capitania de Goyás” e “Memória sobre a província de Goiás, seu descobrimento e população” (Barata 1848 [1804], 1806).

Desde 1803, Barata requer ao Príncipe Regente o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, usando como argumento justamente sua viagem ao Suriname. Em 1810 a consegue. Mas o motivo para ter alcançado tal honraria não foram seus feitos no Surinam, mas a participação, de 1808 a 1809, na luta contra as tropas francesas. Entre 1809 e 1817, Caiena esteve tomada por tropas portuguesas (Lapa e Silva 2010: 77-90 e *passim*). Barata, promovido a Tenente-coronel Agregado do 1º Regimento de Infantaria da Capitania do Pará, é enviado à cidade em 1811 com a tarefa de disciplinar a tropa, “talvez um pouco tarde”, afirma Lapa e Silva (*idem*: 80). As tropas portuguesas eram compostas sobretudo de paraenses e cearenses de origem mestiça e indígena, e naquele momento, isolados, sem mantimentos e com soldos atrasados, desejavam voltar imediatamente para casa. Tratava-se de uma insurreição. Barata manda fuzilar quatro líderes da rebelião, sem dar-lhes direito a julgamento, a fim de manter a hierarquia militar. Até mesmo o desembargador intendente geral de Caiena, o português Maciel da Costa, protestou da decisão de Barata¹⁹. Em meio aos conflitos, Francisco Barata comanda a praça militar no território invadido entre 1811 e 1814. Três anos depois, Por ocupar tal posição, consegue o Hábito da Ordem de São Bento de Aviz em 1813. Em 1818 foi nomeado Coronel do 2º Regimento de Infantaria de 1ª linha da Capitania do Pará. Seguiu subindo em graus militares.

No início da década de 1820, Francisco Barata apoia a Revolução Liberal do Porto, que desde a Europa, exigia o retorno à metrópole da corte portuguesa (que desde 1808 havia se mudado para o Brasil). Tendo assinado a ata de adesão ao sistema constitucional em 1º de janeiro 1821, passou a fazer parte da Junta Governativa Provisória, que administra a província do Pará, fiel à D. João VI, até 1822, quando o Brasil torna-se independente (Brito 2008: 116). Barata, porém, pela adesão à causa constitucionalista é duramente criticado pelo jornalismo paraense, acusado de “despótico” e “egoísta” (*idem*: 144). De todo modo, segue na carreira política como intermediário

19 Mas Maciel da Costa não deixa de elogiar a postura patriótica de Barata: “Dos oficiais que aqui achei e dos que existem, conheço bem alguns capazes de morrer com a espada na mão em o posto que lhes confiarem e com muito desembaraço, tais são o Comandante Francisco José Rodrigues Barata, que se conduziu muito bem em todo o sucesso da insurreição [...]” ([s/a], [s/d])

entre o norte brasileiro e Portugal, tendo sido eleito em 1823 deputado às Cortes de Lisboa pelo Pará. Permanece na Europa, cumprindo esta função até 1830, quando regressa ao Pará, reformado, e lá exerce a advocacia até a eclosão da cabanagem, em 1835, quando retira-se para o Maranhão, vindo a falecer em São Luiz em 1838.

Sua vida, pois, foi intimamente ligada à história do Pará e aos interesses portugueses na região. O Diário deixa transparecer sua visão negativa sobre os indígenas da região e sua disposição patriótica. Seus atos durante a insurreição em Caiena falam de sua impassível e violenta fidelidade aos princípios militares. Sua fuga da cabanagem expõe sua posição na hierarquia da província, que o colocava como alvo dos populares revoltosos. Barata foi parte da alta elite portuguesa no norte do Brasil, num tempo em que ser patriótico significa lutar pela expansão das fronteiras (em seu caso, principalmente com os franceses) e por um progresso econômico que beneficiasse à coroa.

4.1.7 O Diário de Barata na Literatura

O Diário de Barata, apesar de não fazer parte do rol dos relatos de viajantes mais famosos pelo Brasil, não passou despercebido pela literatura. Busquei fazer uma pesquisa extensa – ainda que não exaustiva – dos usos que foram feitos desse manuscrito nos últimos dois séculos.

Escrito em 1799, o Diário logo chegou ao conhecimento de outros viajantes, geógrafos e exploradores que desbravaram as Guianas. Foi por eles utilizado para cotejar rotas e descrições. Em obra publicada em 1807, relatando suas viagens entre 1799 e 1804, o naturalista Alexander van Humboldt menciona Barata entre os exploradores da região (Humboldt 1850 [1807]: 239, 243; 1853 [1807]: 34). Em 1836, o tenente britânico William Smyth traduz e publica trechos de um manuscrito de um padre português, André Fernandes de Sousa acerca da geografia do Rio Negro; este Sousa cita brevemente a rota traçada por Barata na altura do Rupununi (Smyth 1836: 11). Nos seus diários, o viajante britânico Schomburgk afirma ter conhecimento das viagens de Barata através de Humboldt e Smyth: em fevereiro de 1837, Schomburgk afirma que o caminho tomado por Barata do rio Rupununi ao Corentyne já não mais existia 39 anos depois (Schomburgk 2006 [1839]: 212). O inglês parece se equivocar quanto ao trajeto de Barata, posto que o português não menciona o Corentyne (rio que hoje divide Suriname e Guiana) em seu diário. Após mais meio século, Barata ainda era fonte para tais fins: Coudreau o cita ao falar das povoações do Rio Branco (1887: 258).

Outro uso do Diário foi no âmbito legal. Mais especificamente, a descrição de Barata da região foi utilizada como argumento para defender os interesses brasileiros na chamada “questão do Pirara”. Tratava-se da demarcação dos limites entre o Brasil e a então Guiana Inglesa, justamente na divisão de águas entre as bacias do Amazonas e do Essequibo, por onde Barata passou (rios Rupununi, Sarauru, Maú). Os ingleses desejavam ter acesso à primeira, e os portugueses (e

posteriormente brasileiros) à segunda. A questão, quando veio a ser arbitrada apenas em 1904 em favor da Inglaterra, já se arrastava há mais de meio século. A argumentação brasileira, desenvolvida pelo Barão da Ponte Ribeiro em 1842, afirmava antiga presença portuguesa na região à norte do vale Rio Branco (cf. Menck 2012). Neste sentido, o relato de Barata foi valioso, posto que localizava a presença holandesa e britânica na região apenas no baixo Essequibo (a partir da plantação das mulatas); e que Barata chamava rios como o Maú, o Tacutu e o Sarauru de “nossos”. É claro que, com objetivos tão pragmáticos, os advogados brasileiros não fizeram leituras críticas do Diário, não apontaram seus vieses patrióticos nem suas omissões.

O Barão do Rio Branco teve publica em 1897 uma memória acerca da questão do Pirara. Ele cita Barata em dois trechos como prova da já existente povoação portuguesa na região do Rupununi (Rio Branco 2012 [1897]: 74-5, 132). Joaquim Nabuco, o advogado brasileiro em 1904, baseou-se na memória do Barão do Rio Branco e expandiu amplamente as citações ao Diário de Barata (Nabuco 1903a: 259-266, 355-6, 390-1; 1903d: 104; 1903e: 71n21, 99-100n32; 1904a: 162, 209, 240-2; 1904b: 76, 84-6). Ele inclusive traduz para o francês o Diário (Nabuco 1903c: 55ss) e apresenta uma carta, datada de 3 setembro de 1798, escrita pelo Sargento Ignacio Rodrigues que detalha a equipação de Barata (Nabuco 1903b: 293-4). Sobre a presença europeia na região, na primeira memória Nabuco afirma com veemência:

A viagem de Barata deixa fora de dúvida a completa retirada dos holandeses do Rupununi e de suas vizinhanças ao tempo em que ela se efetua. O Essequibo era então conquista dos ingleses e, com um curto intervalo apenas, não voltará a ser dos holandeses. O caminho feito pelo oficial português achase marcado em um mapa oficial, mandado em 1802 pelo comandante inglês de Berbice, Demerara e Essequibo, ao qual mais longe nos referimos como um testemunho contra a atual pretensão inglesa (Nabuco 1903a: 266).

Na terceira memória, há mais um trecho interessante, no qual Nabuco reproduz a argumentação inglesa de que o relato de Barata não teria valor legal:

Tel que le voyage de Barata, auquel le Brésil se reporte, n'a pas de signification politique. Le fait du passage d'un Portugais au travers de la zone ne confère de droits d'aucune sorte, pas plus que son passage tout le long de l'Ésséquibo. Le voyage de Barata, bien qu'il soit intéressant, n'a d'importance d'aucune sorte (1904a: 242).

Ao que Nabuco replica:

Le voyage de Barata est important parce qu'il montre que le territoire en amont des cataractes de l'Ésséquibo était entièrement abandonné. Il n'avait jamais été occupé en aucun sens; mais les quelques trafiquants qui y montaient n'y allaient plus et il n'y avait plus vestige de la petite station de commerce qui les sur veillait. Les Portugais dominaient la zone, comme le prouvent les voyages de Barata et de Leonardo José et comme suffirait à le prouver l'existence du Fort S. Joaquim, ou la création des fazendas d'élevage, dans le Rio Branco attirant les Indiens du voisinage (ibid.).

Em meio ao contexto de seu uso legal, o manuscrito de Barata foi doado à Biblioteca Nacional em 1899, 100 anos depois de ser escrito, pelo seu neto, Manuel Barata (Ricci 2013: 291). Considerado documento relevante para a história diplomática, foi impresso integralmente nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1846 junto com alguns outros

documentos relevantes para contextualizar o diário. O documento ainda voltou a ser impresso em 1944, em edição rara (Barata 1944), não por coincidência, exatamente no ano da visita de outro membro da família às três Guianas: o coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (bisneto de Francisco Barata), enviado pelo Presidente Getúlio Vargas, em meio à segunda guerra mundial, para um reconhecimento da situação política nos países vizinhos (cf. Granger 2012b: 408 e *passim*; Mesquita 1944). Percebe-se que os descendentes de Barata mantiveram a tradição do patriarca de relacionarem-se com o tema da fronteira norte do Brasil.

A versão impressa foi utilizada em alguns momentos como fonte historiográfica no Brasil e em Portugal. Barata foi citado na *Historia Geral do Brazil* de Varnhagen (1857), quando este lista algumas explorações que mandou fazer Coutinho: “Francisco José Rodrigues Barata foi incumbido de examinar as cabeceiras do Trombetas que tanto nos importa colonizar, e passou pelo Essequebo à Guiana Holandesa, deixando relação de sua viagem” (Varnhagen 1857: 304). Dois anos depois, a *Corographia Historica* de Mello Moraes reconta resumidamente o trajeto de Barata, sua importância no estabelecimento da fronteira norte da colônia portuguesa, e reproduz a correspondência entre os Coutinho e Nassi (Mello Moraes 1859: 92-3, 99, 177-181). Na *História dos Christãos Novos Portugueses*, Azevedo menciona a visita de Barata a Nassi, relacionando-a com a campanha do Rossilhão. Frisa também ser infactível o convite da rainha para que aqueles judeus voltassem ao Suriname (Azevedo 1921: 436-8). Azevedo reproduz, em anexo, curtos trechos do diário de Barata e algumas cartas relacionadas, retiradas da versão da RIHGB (idem: 494-7). O historiador Mário Barata, trisneto de Francisco Barata (e neto de Manuel Barata) publica em meados do século XX dois escritos baseados no relato de seu ancestral (M. Barata 1960; 1961)²⁰.

O único trabalho de um historiador estrangeiro contemporâneo que cita Barata com o qual me deparei foi o de Arbell sobre a diáspora judaica no Caribe e nas Guianas (2002: 28, 115). Certamente usando como fonte Azevedo (1921). Ele transcreve a carta de Coutinho e um trecho do diário de Barata, apontando as conexões internacionais da comunidade judaica em Paramaribo.

Por outro lado, a academia brasileira parece ter se voltado recentemente para a fronteira norte do Brasil. Em meio a bibliografia sobre o assunto, que se avoluma, vemos algumas teses, artigos e livros que utilizam o Diário de Francisco José Barata como fonte. Quase todos fazem uso da versão impressa de 1846. Gomes (1997; 2001: 220) e depois Gomes & Queiroz (2002: 34), vimos acima, usam o trecho do Diário que fala sobre o Barão de Hogoritz. Peixoto (2005: 142) meramente menciona Barata dentre uma lista de documentos utilizados para produzir as corografias portuguesas durante o século XIX. Menck, trabalhando na área de relações internacionais,

20 Não tive acesso a nenhum destes dois textos. Wiazovski diz, sobre o primeiro que “Mário Barata que, apesar de crítico de arte, escreveu sobre a nação judaico-portuguesa no Suriname como um exemplo de convivência e tolerância social e religiosa do século XVIII e até aquele momento” (2011: 121).

reconstrói em detalhes o imbróglio legal que foi a questão do Pirara, e para tal cita Barata indiretamente através dos escritos de Nabuco, mostrando como o Diário foi usado pelos brasileiros e descartado pelos ingleses como documento sem valor legal (2008: 147; 2009: 251-2, 259, 446-7, 454-5; 2012: 52). Gomes Filho (2012: 130ss) escreve uma dissertação sobre o Forte de São Joaquim e seu papel na fronteira brasileira no extremo norte. Tendo Barata por ali passado em 2 de agosto de 1798, este serve como fonte para o pesquisador para questões sobre as fazendas de gado da região e a organização militar do forte.

A dissertação de mestrado de Lapa e Silva é sobre a invasão portuguesa em Caiena no início séc. XIX. Francisco Barata, que lá esteve, aparece como personagem (Lapa e Silva 2010: 77-90). A viagem de Barata ao Suriname não possui tanta relevância aqui, sendo apenas mencionada rapidamente quando o autor fala sobre a conquista britânica das colônias holandesas, e sobre como o governo civil holandês foi mantido na região mesmo com ela sob domínio militar inglês (idem: 172n387). Lapa e Silva foi até o manuscrito original de Barata na Biblioteca Nacional, e mesmo não tendo usado para sua dissertação, o analisou detidamente, tendo publicado um texto de divulgação científica acerca desta fonte (Lapa e Silva 2011). Neste texto, Lapa e Silva contextualiza o diário de Barata e dá dicas acerca dos possíveis usos do documento para pensar a região.

Tal tarefa veio, finalmente, a ser executada por Ricci, que no ano passado publicou um artigo exclusivamente sobre o diário de Barata, o estudo mais atento a este documento que temos. A autora esboça a história do documento, sobre como ele foi escrito e como veio chegar na BN, e sobre alguns dos usos acadêmicos que foram dele feitos (Ricci 2013: 290-1). Ricci pensa sobre os múltiplos motivos da viagem de Barata: não apenas a conexão com a comunidade judaica portuguesa, mas também o mapeamento e a sondagem da amazônia, a “exploração de novas rotas comerciais, espionagem contra os franceses e estabelecimento de alianças” (idem: 294). A autora dá muita atenção à omissão de Barata acerca dos negros do lado brasileiro da fronteira, o que contrasta com a atenção dada pelo mesmo aos escravos africanos nas colônias holandesas (idem: 292, 301). Chega a compilar os dados apresentados por Barata acerca de mão de obra e produção nos vários locais pelos quais passou (idem: 298-300). Além de tudo, sai do documento, apresentando dados importantes sobre a carreira de Barata antes e depois de sua expedição ao Suriname; e contextualizando o governo de Coutinho no que tange à sua política externa e ao seu incentivo ao uso de escravos africanos no estado do Pará (idem: 294-5, 304-7).

Ao levantar os usos acadêmicos recentes do diário de Barata, Ricci cita apenas os trabalhos de Gomes & Queiroz (2002) e Lapa e Silva (2011). Assim, questiona-se: “será que estes temas esgotariam os usos que este documento pode comportar? Creio que não e que podemos ampliar ainda mais esta leitura e uso do diário de Barata” (idem: 292). Nossa pesquisa indica que as

apropriações do diário de Barata, nessa história de 215 anos, foram maiores do que julgou Ricci. Ainda assim, e mesmo com o valioso e atento trabalho da própria Ricci, creio que os usos deste documento estão longe de se esgotar.

4.2 As Descrições de Santos Valadim

O segundo documento que analisaremos é assinado pelo capitão de mar-e-guerra José Lopes dos Santos Valadim, sob o título de “Descrição geográfica da costa oriental da Guiana portuguesa desde a Praça de São José de Macapá até os limites confinantes com a colônia francesa, e os rios compreendidos, com algumas noções geográficas, e dissertações meteorológicas.”. O título não é preciso, pois o manuscrito extrapola a área nomeada: fala do trajeto na foz do Amazonas e em torno da Ilha do Marajó, entre Belém e Macapá; e dá informações sobre a Costa e os rios da Guiana Francesa. O documento está datado de 1795-6 na BN, mas foi escrito ao longo de um período maior. O autor diz que as informações que o constituem foram coletadas “no decurso de cinco anos e meio que presente conto deste laborioso trabalho”. Ele raramente marca a data precisa do que observou, ou o faz de maneira ambígua. De todo modo, é seguro afirmar que entre 1790 e 1796 Valadim empreendeu uma série de jornadas na área entre Belém e Caiena e muito provavelmente escreveu suas informações para o governador D. Francisco de Souza Coutinho em 1796.

Além da data, temos outro problema com esta fonte: as versões. Na BN, há um manuscrito de 66 páginas datado 1795-6 com o título acima, e é neste que me basearei principalmente, pois é o mais completo. Mas outros três documentos se sobrepõem. O primeiro parece uma cópia (com outra caligrafia) de trechos do anterior; tem 37 páginas, é datado 1795 e intitulado “Descrição da Costa dos Rios compreendidos desde o Cabo Cassipure até ao Monte de Arjan dada pelo Piloto José Lopes dos Santos Valadim ao Governador do Pará D. Francisco de Souza Coutinho em 28 de janeiro de 1795.” Inclui algumas informações complementares ausentes no manuscrito “base”. Os últimos dois documentos, também cópias, são quase idênticos, um tem 19 páginas e o outro 12, ambos são datados de 1796 e intitulados “Descrição geográfica da costa da Guiana portuguesa desde a praça de São José de Macapá até os limites confinantes com a colônia francesa”. Igualmente contêm trechos do manuscrito base com informações adicionais. Diversos trechos do manuscrito mais longo não estão contidos em nenhuma das outras versões. Suponho que o autor escreveu uma série de ofícios menores para Francisco Coutinho (alguns dos quais não temos cópias) e depois reuniu-os em um só caderno maior, o documento que chamo de base; ou que o manuscrito base é um caderno a partir do qual retirou informações para escrever ofícios menores para Coutinho. Para facilitar as referências, cito o manuscrito de 66 páginas referindo-o como v1; o de 37 páginas como v2; e o de 12 como v3 (o de 19 nada acrescenta ao de 12 e não será citado). Cabe

ainda frisar que, nas duas versões de v3 o autor é nomeado apenas como José Lopes dos Santos, sem o sobrenome Valadim, mas sem sombra de dúvidas trata-se da mesma pessoa.

O texto “base” não parece um documento acabado. Possui sobrescritos em cantos de página, notas que retomam pontos anteriores, além de uma narrativa um tanto truncada que apresenta com alguma frequência informações incompletas ou contraditórias. As grafias para as toponímias e etnonímias variam imensamente. A ordem que segue não é cronológica, mas geográfica, iniciando na Cidade do Grão-Pará [Belém] e seguindo a costa pelo norte, até Cayanna [Caiena]. Mas alguns pontos mais distantes da partida por vezes são tratados antes de outros mais próximos, e há dissertações e notas eventuais que fogem da linha geográfica. É portanto um tipo de relato bem diferente do Diário de Barata, como foram diferentes as expedições de Valadim.

Não temos, entre os documentos disponíveis, as ordens de Coutinho para as viagens de Valadim. O capitão, porém, é citado nas descrições contemporâneas de Manoel Joaquim de Abreu, encarregado de expedições ao Araguaí, e ao Oiapoque, como sendo piloto naquela ocasião, tendo ajudado Abreu a decidir pelos métodos das observações (Abreu 1794). Esta viagem é citada pelo próprio Valadim (ver abaixo), de modo que parte de seus dados devem ter sido coletados em conjunto com Abreu. Sobre as viagens de Abreu, temos documentos de Coutinho que explicam os motivos da sua viagem: levantar um mapa sobre os rios da região, saber sobre a construção de fortes por ali, e sobre a posição dos franceses quanto a onde se dá o limite com a colônia portuguesa (Coutinho 1793). Podemos supor que os objetivos das descrições de Valadim eram, se não idênticos, muitos próximos a estes. Os manuscritos têm caracteres de documento científico, cartográfico e militares. O autor levantou dados geográficos e estratégicos acerca de uma região que então estava em litígio com a França. Mede latitude, longitude, marca a profundidade dos rios e mares da área, o comportamento das marés, descreve a fauna e flora ao longo da costa. Produziu, de acordo com Correa-Martins (2011: 10), a partir de suas viagens, uma “Carta Individual Geographica da Barra do Pará e Fóz do Amazonas”, que não fui capaz de localizar. Os manuscritos também apresentam dados sobre as populações da região, atividades econômicas, instalações militares, bem como faz um relato dos assentamentos franceses entre o Cabo Norte e Caiena. Apresenta também “dissertações” sobre a história local e sobre trabalhos científicos produzidos sobre a região. As seções e subseções são divididas de v1 são divididas do seguinte modo:

- “Descrição Geográfica da Costa Oriental, compreendida dentro da foz do Rio do Amazonas e a Guiana Portuguesa. Margem Ocidental do Referido” (da Cidade do Grão-Pará até a Praça de Macapá, incluindo diversos canais e as ilhas de Mexiana e Caviana).
- “Descrição Geográfica da Costa da Guyana Portuguesa desde A Praça S. José de Macapáthe os Limites confinantes com á Colonia Franceza” (de Macapá até a Ilha de Maracá, passando pelo rio Araguari e outros).

- “Des-ertação” (sobre fugitivos na região, e sobre as dificuldades do governo português em vigiar a área).
- “Ilhas e Direções do Rio” (margens internas dos rios Araguari e Sucuruju).
- “Dissertação” (sobre as dificuldades de passar pela costa na altura da Ilha de Maracá e sobre os interesses franceses na região).
- “Cabo do Norte” (da Ilha de Maracá até o rio Caciporé, passando pelo Carapaporis, Araguari, Calçoene e Guanany).
- “Descrição da Costa e Rios compreendidos desde o Cabo Cassipure até a montanha d'Arjan” (do rio Caciporé até a foz do Oyapock, passando pelo rio Uassá e Cabo d'Orange).
 - “Ficçoins” (sobre a espionagem feita por Valadim em terras francesas).
 - “Observações Metereologicas no Oyapock” (sobre o regime de chuvas e a navegabilidade daquele rio)
- “Descrição da Capital a Cayanna da França” (descrição de Cayanna e dos rios e povoações entre ela a fronteira com a colônia holandesa, incluindo os rios Macouria, Kourou, Malmanouri, Sinnamari, Yracoubou, Maná e Maruni; depois entre Caiena e o Oiapoque, incluindo os rios Kaú, Aproack e Uanary).
 - “Objecto Principal do Negócio” (sobre produção agrícola na colônia francesa).
 - “Dez-Ertação Sobre Varias Discripçoins Antigas Tanto Pelos Geografos Francezes Como Portuguezes” (breve histórico da colonização de Caiena ao Oiapoque desde 1690, incluindo correções feitas a relatos de geógrafos e viajantes desde então).

Sendo as viagens de Valadim provavelmente muitas, não há apenas um trajeto a ser descrito.

Em alguns rios, entrou por muitas léguas, por outros apenas passou. Voltou mais de uma vez a várias localidades. Mas é possível desenhar, como fiz, num mapa, o trajeto principal que descreve. A tabela que acompanha o mapa lista os principais locais citados na ordem que estão a partir de Belém (anexo 2). Note que, como a narração de Valadim distingue da de Barata, tive de dar importância a outras categorias de pontos na tabela e no mapa. Os nomes entre colchetes são os nomes atuais dos locais citados; sobre aqueles com um ponto de interrogação, não tenho certeza da equivalência atual; [???] indica que não fui capaz de localizar o ponto em mapas atuais.

4.2.1 Da Cidade do Grão-Pará à Macapá

Valadim inicia suas descrições pela capital do Estado do Grão-Pará e assento do bispado, que possuía jurisdição pelo interior do Amazonas até o Rio Negro. Fala rapidamente de suas edificações, fortalezas e canais, descreve como rio ali deságua, por onde curva, as dificuldades de se navegar pela Ponta da Jojoca, pelas ilhas de São Caetano e pelas restingas que cercam o local. Afirma (sem entrar em detalhes sobre sua povoação ou localização) que “toda esta extensão é povoada de lugares, fazendas e vilas, dentre elas Vigia, Colares, Vila Nova, Sintra, Oeiras” (v1). O canal que dali segue para Macapá, era “o melhor de todos os outros da foz do Amazonas” (v1). Ele é descrito em detalhes pelo capitão de mar-e-guerra, sempre apontando por deve-se passar, se por estibordo ou bombordo das ilhas tomadas como baliza: Machado, Camaleões, Flechas, Juruá, e

principalmente as maiores, Mexiana e Caviana, que, ao norte da Ilha do Marajó, formam o canal que deve-se seguir para Macapá. Passando a ponta oeste de Caviana, é preciso tomar o canal do Anajá, deixando ao sul ilhas como as de Pacas, Jurupari e Veados.

Apesar de algumas ilhas desabitadas pelo caminho – que servem de abrigo aos pescadores – boa parte do trajeto é povoado: “Todas estas ilhas que formam com outras estes canais, os índios às principais dão seus nomes, porque entre eles são conhecidos pela utilidade de suas práticas – e navegação –; em muitas delas há suas roças, ainda que muito sujeitas a bichos de várias qualidades prejudiciais a vida humana”. As grandes ilhas Mexiana e Caviana, que formam o canal, têm boas “fazendas de gado e cavalgadura”, são saudáveis e frescas. Caviana possuía uma vila chamada Rebordelo “presentemente destruída e dispersa”, onde porém se produzia muito bem algodão, farinha, gado e algum café. “Porém os maiores estabelecimentos e as melhores fazendas de gado é [...] em Ilha de Joanes [ou Marajó]”. Ali havia uma legião auxiliar com cavalaria e infantaria, e “parte de índios aldeados e de vilas como São Monforte, Monsarás, Soure, Montmor, Mondé, e Chaves”. Todas as vilas citadas ficavam na costa oriental de Marajó, exceto Chaves, na costa setentrional que, de acordo com Valadim, possuía bom ancoradouro (v1).

A descrição mais detida começa mesmo em Macapá, o maior estabelecimento português na costa da então chamada Guiana Portuguesa, ou terras do Cabo Norte. Em 1634, mais de um século antes das expedições de Valadim, aquela área onde hoje está o Amapá havia sido transformada numa capitania autônoma, a Capitania do Cabo Norte, quando o monarca espanhol Felipe IV ocupava o trono de Portugal (Romani 2013: 26). Menos de duas décadas depois o capitania é desfeita e a região volta ficar sob o governo de Belém, mas como resultado da empreitada, ao menos uma povoação ficou estabelecida naquela costa: Macapá.

Aquela praça para Valadim era então “a mais forte fortificação do Amazonas” (v3) e tinha motivos para sê-lo, posto que foi alvo de invasões francesas desde o final do séc. XVII. A tropa regular, porém, não ficava toda ali, parte dela era estacionada na Cidade do Pará e parte em destacamentos nos rios Negro e Amazonas. As tropas de cavalaria e infantaria eram arregimentadas dentre os moradores das vilas vizinhas (v1). Macapá era, porém, mal localizada, sujeita a ataques vindos do litoral norte. Invasões pelo montanhoso interior não eram grande perigo, pois os sertões eram “cheios de grossas matas e agrestes caminhos”, de forma que “por terra está muito obscura, ainda mesmo aos naturais desta capitania [...] é defensável pelos obstáculos naturais, como pirizais, alagadiços e grandes e pequenos rios” (v3). O principal perigo de ataque vinha daqueles chegados pelas cabeceiras do Araguari “cujo lugar precisava bem ser coberto de uma cortina” (v1). O “conhecimento crescente dos canais por onde pode ser atacado o Amazonas” era então incentivado por Francisco Coutinho, que mandou expedições, como estas de Valadim, a buscar dados que seus

antecessores ignoravam (v3). O autor entra em detalhes sobre a história militar da vila, os problemas de sua construção, e a capacidade atual de conter ataques estrangeiros, bem como de impedir fugas de escravos negros ou indígenas.

Macapá era povoada, nota o autor, principalmente “pela gente das Ilhas dos Açores”, além de muitas famílias que haviam há pouco chegado de Mazagão “fugindo de moléstias de lá” que arruinaram aquela vila ao sul. “A poucos anos [...] a agricultura floresce, mas muitas moléstias atacam os moradores, seus escravos e os índios”, como em todo o estado. Seu ancoradouro era bom, e, apesar do clima “pouco sadio”, o terreno era fértil, tem nele crescia “cacau, vauvilha [?], e outras raridades mais da natureza que adornam o Amazonas”, sendo os “gêneros de primeira ordem algodão, arroz, e algum café”. Valadim cita os rios que cercam a cidade, os estabelecimentos dos moradores, a abundante caça e pesca, e a localização aproximada de fazendas de gado (v3).

Ao norte, seguindo a foz do Amazonas, havia vários portos destacados de observação e uma pequena povoação na Ponta da Pedreira, onde, além de caça, pesca e madeira, havia fazendas de gado e fabrico de arroz, algodão e café, exportados para a Cidade ou vendidos ali mesmo (v1). Seguindo pela foz dos rios Macacoari e Gurijiba e pelo canal formado pelas ilhas de Janaucu, Curuá e Bailique chega ao território contestado com os franceses.

4.2.2 Ficções entre os Franceses

Antes de prosseguir pelo caminho de Valadim, cabe uma palavra sobre a forma como ele obteve seus dados acerca da Guiana Francesa e de parte dos territórios contestados. Para observar áreas habitadas pelos franceses, então em guerra e disputando territórios com os portugueses, Valadim teve de se valer de ardis. Uma situação bastante diferente da Barata, que foi bem recebido pelos habitantes civis e militares da colônia holandesa. O capitão praticou espionagem, recurso comum por parte dos militares franceses e portugueses (cf. Gomes & Queiroz 2002: 30-1).

Já no rio Cassiporé, onde começava o território reclamado pelos franceses, Valadim toma providências contra os inimigos. Após estacionar para descansar por um dia e fazer observações, deixa ali um destacamento e uma canoa pronta para qualquer “surpresa ou cilada”. Ao passar o monte d'Argent, Valadim reconhece as dificuldades de coletar dados naquele terreno: “como várias partes da estrada não me deixam tomar verdadeiros conhecimentos das costas, nem me era permitido aportar comigo [...] o quanto relato deste ponto para o interior desta colônia é de se ver em cálculos estimativos.” No primeiro estabelecimento francês que encontrou, no Oiapoque, seu primeiro passo foi informar “ficciosamente” de sua chegada M. Tenot, Governador Major de Infantaria. Disse-lhe que sua viagem era para apenas “de boas intenções”, seu objetivo seria evitar a fuga de escravos portugueses para o lado francês, pois naquele momento a escravidão havia sido

abolida nas colônias francesas. Tenot, nascido em Marselha, filho de negociantes, tinha apenas 25 anos. Responde-o com “civilidade”: facilitou a estada de Valadim, e alguns “passeios”, quase sempre acompanhados de um guarda que não portava insígnia militar de qualquer nação (v1). Depois disso, Valadim conseguiu se aproximar de M. Miguel Dogrunuvilier, capitão da infantaria francesa, “homem de instruções e versado na Engenharia”, que o ajuda,

[...] supondo como eu informei ser um soldado moderno e curioso que nos meus princípios meus pais me tinham dado algum estudo lyometrico [?], porém que pelas minhas rapaziadas me destituíram da sua graça. Por cuja razão andava deles disperso e pobre, e condoendo-se da minha infelicidade segundo a referida informação me fez a graça de então por diante me facilitar as referidas respostas do que por vezes lhe perguntava. (v2)

Sob o disfarce de um soldado mandado “por grande castigo àquela diligência”, foi capaz inclusive de carregar consigo instrumentos para executar por em terras francesas medições geográficas. No dia 24 de dezembro de 1794 o índio marinheiro faz perder todos os instrumentos que levava durante uma medição. As pessoas da vila se condoem pelo espião e o ajudam “nos vários problemas que passa”. Neste no mesmo dia, a espionagem de Valadim quase teve um fim trágico, quando “um de tenentes, Azevedo Coutinho, natural de Mazagão muito bom estudante e muito valoroso, porém muito bom bêbado” expôs a farsa quando Valadim estava fora, “à vista da capital Cayenna”. Valadim porém foi “participado, por um pardo, que fora descoberto” e consegue escapar antes que as autoridades francesas o capturassem (v1).

Quando consegue acalmar esta desordem, “com mil satisfações que dei ao General Tenot”, surge ainda outro problema. Na vila de Arouack, Valadim acompanha um engenheiro até Caiena, onde é apresentado “a um leigo português que tem ali uma fábrica de pão”, mas desconfiou do compatriota ao perceber que, vez ou outra, este fazia perguntas que demonstravam que ele não era leigo em assuntos militares. Tenot sugere a Valadim que fosse com ele para a América Inglesa, mas o capitão português entende que o militar francês estava tentando enganar-lhe, por conta dos “sussurros” sobre sua espionagem, e declina o convite. Apreensivo, Valadim foge durante a noite, mas é perseguido. Sob o som de tiros de artilharia, se refugia na casa de “um tal Caremele e Lavourne”. A casa é cercada, e lá o capitão resiste três dias “comendo tristezas e aflições”. É salvo pelo Tenente Medina e seu cadete do regimento de Macapá, Sargento Filipe, que “sob risco de vida” mandaram quatro lanchas para resgatá-lo. Aos habitantes franceses que o auxiliaram, Valadim foi grato, “os salvou da guilhotina na Europa, e agora eles habitam o Pará”. Porém, “esta continua desordem me fez conter nos meus limites observando e adquirindo todas as instruções geográficas desta Colônia em parte observada por mim até que levantei o sitio e demoli o reduto” onde estavam estabelecidos seu soldados. Retorna ao Pará antes que mais problemas ocorressem (v1).

4.2.3 Fronteiras, Rios e Marcos

Dentre as informações que consegue extrair de Dogrunuvilier está a localização exata do marco estabelecido pelo Tratado de Utrecht no início daquele século, no monte d'Argent. Valadim vai até o ponto e observa uma grande pedra quadrada com letras cravadas, desfigurada pelo tempo e oculta por plantações de frutos, algodão e cana de açúcar. Na visão portuguesa, o marco indicava os limites exatos entre as colônias francesa e portuguesa. O rio Oiapoque dividia-as, o cabo d'Orange de um lado e o monte d'Argent do outro. Porém, se estava escondido e quase ignorado, era porque os franceses, para Valadim, queriam ocultar sua existência e forçar uma realocação da divisa mais para o oriente. O marco seria uma prova material do ponto exato da fronteira (v1, v2).

É preciso compreender que a “questão do Amapá” ou o “contestado franco-brasileiro” já se desenrolava ao menos desde fins do séc. XVII. Após muitos anos de “abandono” por parte de Portugal e da França, a região entre as colônias guianesas destas duas metrópoles passou a ser objeto de mais atenção. A fim de expandir a França Equinocial, em 1697 uma esquadra francesa expulsa os portugueses do forte no Rio Araguari e toma a praça de Macapá (erigida uma década antes). A invasão dura apenas poucas semanas, Macapá é retomada pelos portugueses, mas pode-se considerar aí o início do conflito territorial entre as duas forças coloniais europeias que não seria oficialmente resolvido até a aurora do século XX (Granger 2012a: 308-9). Durante a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1713), a coroa portuguesa posicionou-se contra espanhóis e franceses. O interesse português em se contrapor a estas nações passava em parte pelas fronteiras em disputa nas colônias americanas. Quando a França e a Espanha foram derrotados, Portugal viu o tratado de paz a ser firmado nos Países Baixos como uma oportunidade de para definir quais seriam as “fronteiras naturais” do Brasil: ao sul a Colônia do Sacramento e ao norte o rio Oiapoque.

Esta última fronteira garantia que a margem esquerda do Amazonas pertenceria também aos portugueses, assegurando seu principal fito na região: a exclusividade na navegação do rio Amazonas, garantindo rota comercial às possessões espanholas no norte da América do Sul, onde incluía-se a região das minas de prata (Cristóvão dos Santos 2013: 4).

Assinado em 1713, o tratado de Utrecht estabeleceu os limites franceses no rio “de Japoc ou Vicent Pinson”²¹. No século XVIII, a polêmica se desenha: os franceses valem-se da ambiguidade toponímica do tratado para afirmar que o “grande rio” avistado pelo navegador espanhol em 1500, o “Vicent Pinçon”, não seria o Oiapoque e sim outro mais oriental. “Mas sua argumentação era enfraquecida pelo fato dos franceses, em dois séculos de litígio, terem alegado vários rios entre Oiapoque e Amazonas como 'Japoc ou Vicente Pinção' (Cassiporé, Calçoene, Araguari, Carapaporis, Maiacaré...), enquanto o Brasil só identificou o Oiapoque” (Granger 2012a: 29).

Para os eruditos e diplomatas brasileiros do século XIX, a confusão poderia ser remetida ao viajante francês Charles Marie de La Condamine (1701-1774), que estivera na região entre os anos de 1735 e

21 Granger (2012b: 774) apresenta o texto original dos trechos mais relevantes do tratado.

1745. La Condamine pretendia que o verdadeiro Oiapoque do tratado de Utrecht era um rio mais ao Sul do que os quatro graus de latitude tomados como base, o rio Araguari. Isto concedia aos franceses uma porção maior de território, e, afinal, a possibilidade de navegar o Amazonas. (Cristóvão dos Santos 2013: 5)

Investidas militares portuguesas contra os estabelecimentos franceses na região – algumas narradas por Valadim – impediram a expansão dos franceses até o Araguari e, na década de 1784, os franceses passam a marcar os limites no rio Carapaporis, e ali edificam um forte e uma missão jesuíta, destruídos pelos portugueses em 1794. As tensões escalam até que os portugueses invadem e ocupam Caiena em 1809, estabelecendo-se ali até a paz decretada pelo Tratado de Paris em 1814. Nesta campanha, vimos, Francisco Barata teve importância. Os conflitos ainda se estenderam pelo século XIX, sobretudo em sua última década, quando a descoberta de ouro na região desperta a promessa de um novo El Dorado atraindo cerca de 6.000 garimpeiros de várias origens para a área. Isto engatilha mais uma série de conflitos diplomáticos, agora entre a França e a nascente república brasileira, culminando em um conflito armado em 1895 (Romani 2013: 63ss). O arbítrio suíço no tribunal de Berna em 1900 – no qual se enfrentam Paul Vidal de la Blanch e o Barão do Rio Branco – resolve a pendência favoravelmente para o Brasil.

Valadim, portanto, estava justamente em meio a este imbróglio. Não sem motivo, seus escritos foram usados como prova documental de um e outro lado em 1900. Daí a importância do marco, a prova material que o capitão diz ter conseguido através de suas “ficções”. Ele afirma que o tratado de Utrecht não faz menção de montanha entre o Cabo Norte e o de Orange, o monte d'Argent seria o local do marco, a ele mostrado por Dugrenouvelier em 1793 ou 1794, porque não haveria como colocá-lo no Cabo d'Orange, então escolheu-se uma localização alta e paralela (v1).

Parte da missão do capitão de mar-e-guerra era identificar qual rio os franceses chamavam de Vincent Pinçon, e onde estariam os marcos de Utrecht qual defendidos pelos portugueses. Em uma nota, na altura em que descreve o Cabo Norte, Valadim afirma, “em virtude do que tenho exposto [nos] capítulos 8, 9 e 12 de Utrecht”, que as velocidades das correntes impediriam os navios de comércio não podem ali estacionar. “O rio é fundo mas apenas como efeito da agitação de suas águas que podem partir um navio [...] O terreno é pouco sólido mangal até quase as cachoeiras ao pé do lago.” Valadim se pergunta “onde está a situação do marco”, como podem ali existir população e fortificação, com quem negociavam, onde ancoravam, o que comiam, quais os gêneros de importação e exportação, quais montanhas há, “qual Rio Felipe, qual Torrego onde irão as fortificações, qual altura do polo foi situado o marco.” Ele cita as passagens de João de Saetto em 1596 e de Reverdie [La Ravardière] em 1604 como primeiras passagens de homens brancos pelo local, e afirma que os franceses não poderiam ter estabelecido-se ali no início do XVII: “Hoje 1792 é preciso método para vier entre mesmo as aldeias já civilizadas, quanto mais em 1604”. E segue:

Isto é tudo enredo e artes para usurpar o território utilizando-se de nossa presente debilidade no dito século tão respeitável. Nunca negaram à corte a situação do Rio Oya[pock], mas sim se tem o posto que não seja ele o Vincent Pençon, e sim o Carapapori. [...] Pois como viciaram a referida Fortaleza denominada Torrego e referido Forte Felipe, compreendidos na costa do rio Vicente Pençon, e pelos naturais Oyapock, como não viciaram para o benefício de seus estratagemas o Rio Camaú e o nome do forte ali, como igualmente o Rio Maracary e a sua fortaleza edificada por ordem do General Baldegrein [?], pois uma vez que tivesse conseguido a Ilha de Maracá unir-se à costa denominada pelo Cabo do Norte, então estava decidida a questão dos limites, e as alturas do suposto marco e cabo do norte seriam um, seria de enganos e imposturas. Assim como tudo que tenho defendido.

Neste trecho, Valadim está citando uma série de fortificações construídas por outras nações europeias na costa do atual Amapá como prova das tentativas estrangeiras de invadir o território português. Depois afirma que seria “intriga, em parte de Condemine” a tentativa de mudar os nomes dos rios da região, afirmando a presença de franceses onde jamais estiveram por direito.

Certamente não podemos ler Valadim de forma acrítica. Romani (2008) aponta para a dificuldade de utilizar fontes que tratam dos rios da região, em particular o Oiapoque, posto que são nomeados de maneiras muito distintas nos diferentes documentos. O rio Carapaporis, que o próprio Valadim chama de Carapapory, Carapapóris, Carapapuri hoje não é nomeado de nenhuma dessas formas. O atual canal de Carapaporis (ou canal do Varador de Maracá) hoje denomina a faixa d'água que divide a Ilha de Maracá do continente. Mas Valadim afirma (v2) que um dos braços do Carapaporis seria chamado de Amacary o que me faz crer que ele se refere ao rio hoje chamado de Macari, que está localizado diretamente ao sudoeste da ilha de Maracá. Ademais, o Carapaporis daria acesso, segundo Valadim, a lagoas ao sul do continente, o que, pelos mapas atuais, o Macari faz. Porém, Valadim também fala de outro rio, que chama de Camaú ou Furo do Mayacary, que, pelo nome, poderia ser o atual Macari, e neste caso o tal Carapaporis seria um dos rios menores ou igarapés entre este e o Sucuriju, que também dão acesso a lagos. Mas tendo a pensar que de fato o Carapaporis é o atual Macari, e o Camaú é o atual Flexal (também conhecido como Amapá Grande), até porque Valadim não menciona nenhum rio entre o tal Amacari e o Calçoene, e dificilmente ele teria deixado de perceber um rio tão importante quando o Flexal, posto que em sua descrições nota diversos cursos d'água menos importantes do que este. Assim desenhei os rios nomeados por Valadim sobre o mapa atual (anexo 2).

4.2.4 O Território Contestado do Araguari ao Oiapoque

Como afirma Valadim, até o século XVIII os portugueses nunca se afastaram da embocadura do Amazonas, seus principais estabelecimentos na região (Belém e Macapá) respectivamente a leste e oeste desta foz. Chegaram a estabelecer-se no máximo até o rio Araguari, e isto fez com que os franceses avançassem com missões, vilas, instalações militares e feitorias ao norte dali, ainda

“dentro dos domínios de Sua Majestade” (v1). Para Valadim, isto teria sido um grande descuido os governantes antes de Francisco Coutinho.

Como a confiança da paz que gozávamos nos tinha feiro cair numa fragidão e descuidos, foram à sombra de nossa paciência penetrando estes novos descobridores ou espiadores, em atrevimento de sorte que pelo pequeno tempo desta posse intentavam roubar-nos os domínios de toda esta parte da Guyanna e Ilhas adjacentes em que estávamos de posse e os pertencia pela demarcação o cumprimento do tratado de Utreck.

Mas o imbróglío entre portugueses e franceses fez mais do que permitir avanços dos últimos sobre os domínios da Coroa Portuguesa. Fez com que a região “descuidada” por ambas as potências coloniais fosse efetivamente uma zona neutra para as populações que ali habitavam (Romani 2008). As descrições que Valadim faz da área entre o Araguari e o Oiapoque provam isto: aqui muito dos protagonistas são populações negras, indígenas, de brancos fugitivos, alguns poucos militares, e misturas entre todos estes grupos. Muitos circulavam pela área estabelecendo alianças tênues com as potências colonizadoras, mas fora de seu controle. De acordo com Romani, “o que se apresentava na outra margem do centro colonial fundado no rio Araguari era um imenso conjunto de terras litigiosas onde o exercício do poder soberano sobre o território realizava-se de modo indireto, ora com o predomínio do interesse do estado francês, ora do brasileiro” (2013: 61-2).

Pouco antes do rio Araguari, ao norte de Macapá, passando o rio Gurijuba, Valadim descreve um quartel de observação “que também ajuda na pescaria”, comandado pelo Capitão Manoel Joaquim de Abreu. “Ali descansavam das fadigas índios do serviço, como os do contrato, do peixe” (v1). O local era chamado Arraial de Araguay, e nele ficava o quartel do comandante das fronteiras e parte da tropa de índios portuguesa. O Arraial tinha também uma feitoria para beneficiar a grande pescaria (peixes-boi, tartarugas e pirarucus) feita no lago Araguari, a 32 léguas do estabelecimento. “Diziam os índios” que os frutos desta atividade era colhido pelos franceses antes da chegada dos portugueses no local. Franceses que vinham de canoas no inverno, evitando a costa “pelo respeito que tinham à pororoca da cabo norte e às guardas costas portuguesas” (v3).

Toda área no entorno era de “varja, xiriuba e mangue”, só no interior havia campos (v3). A 33 léguas da costa, correm as serras que começam no interior do Amazonas e chegam até a montanha d'Argent. Pelo rio Araguari, Valadim entra 20 léguas até suas cachoeiras, que chegam a 25 pés de altura. Nas áreas de campina, havia perigo de predadores e cobras, e caça abundante:

É abundante de caças muitos porcos, alguns veados na terra firme, antas, e muitos outros pássaros. Papagaios, mutuns, canipimas [?] – tudo muito saboroso – ainda mesmo a carne de guariba, e de macacos inocentes muito agradável, como pacas, cotias [...] Porém é preciso para se utilizar do deduzido levar montaria, ou pequenas canoas, e índios ou filhos da terra para evitar alguma desgraça pelos conhecimentos que eles tem da terra do país. E assim sucede funestas cousas pelo descuido, por muita abundância de tigres e onças e há ocasião que elas vem mesmo as vilas, e aos currais de novinhos, fazer estrago (v1)

Além da caça, Valadim revela que ali encontrou “bons paus para obras em abundância [...] muitas frutas e outras aromáticas.” Porém, no capim alto, podia esconder-se um homem em pé, o

que significava, para o militar, que este rio mereceria maior atenção dos portugueses, para a segurança da praça de Macapá. Compreendemos que ali a presença portuguesa era relativamente bem estabelecida, se compararmos com as próximas regiões que descreve: houve fortes e missões lusitanas no Araguari quase continuamente desde a década de 1680 (Granger 2008: 308; Romani 2013: 28). Ainda assim, nas cabeceiras entre os rios Araguari e Carapaporis existiam povoações de “pretos nossos de mais 20 anos fugidos”. Pela foz do Araguari, na altura da denominada Ponta do Limão se iniciava um canal pelo qual se comunicavam os índios Janauizes e Aroans com os outros chamados “Marianus, povoadores da Costa e lagos de Mayacary” (v1).

Seguindo pela costa, Valadim descreve o rio que chama de Carapaporis. A navegação na sua foz, cheia de manguezais, era uma das mais difíceis, passar pelo canal de Maracá “é desgraça certa”. Talvez justamente por isso, pela proteção natural, ali Valadim encontra várias e grandes povoações, descritas em dois manuscritos de forma similar. Em v3, Valadim diz que há pouco morrera o vigário vindo de Caiena, “a quem eram sujeitos e denominados por índios Maruanuns, tendo estes entre si muitos dos nossos ali estabelecidos”. O vigário teria estado no braço chamado Amacary, onde haveria vários estabelecimentos e uma vila de 27 casas.

A mais parte [...] dos habitantes locais, seguindo o que lhes foi dito pelo governo francês, vivia sem relações com os portugueses, que julgavam não serem os donos daquelas terras. Forneciam suas pescarias a Cayenna, junto com os índios, recebiam grau de nobreza, e tudo mais que era necessário para viverem. (v3)

Também no interior do Carapaporis, depois de sua divisão entre os braços “Manaim e Aboty”, Valadim disse existirem pretos amocambados, nas serras que chegavam até o Araguari. Sua própria expedição os capturou: “[...] foram quase todos apanhados no principio, na efetuação da exploração da costa, na qual não há presentemente incógnita alguma, que lhes sirva de refugio, inda mesmo pelo interior de seus campos, pela muita frequentação que por eles se fez” (v3).

Ele ainda reforça que, no fim do século XVIII, os militares portugueses nem mais passavam por ali. Em 1619 o capitão Pedro Teixeira destruíra fortificações e ruínas inglesas e holandesas na região. No mesmo século, a tentativa frustrada de estabelecer a Capitania do Cabo Norte chegou a povoar esparsamente de portugueses a região, mas durou pouco. Ao final do XVIII, os franceses haviam recentemente voltado e se estabelecer por ali. Valadim encontra, no fim do rio um forte triangular “arruinado pelo fogo e pelo inverno”. Diz que em 1792 a artilharia francesa fora levada dali à fronteira holandesa. Realocaram suas forças não apenas para proteger sua outra fronteira (que como vimos então em estado de guerra), mas também porque sofreram ataques de portugueses no local. Valadim afirma que “foi Francisco Coutinho quem mandou explorar, evacuar e prender

refugiados até o Oyapock.”, mas que “Porém [...] por nosso descuido os inimigos cresceram em atrevimento e ameaçavam tomar a capitania do Cabo Norte” (v3). Em v1, Valadim diz:

No braço do rio que faz volta para o sul se introduziam desertores e negros, dos rios a Araguari a este, sem se arriscarem o perigo do Cabo do Norte, e a costa (e do Aroans, e de Janacuzes). Dali outro pequeno rio que vai provavelmente dar no lago Umacari. Lago cheio de ilhotas com roças dos índios. Em outra ilha, Uma vila com 30 casas, pelourinho e igreja. Em outra ainda um reduto triangular de faxina com 3 canhoeriras em cada lado, com casa de pólvora para 100 homens [?]. A revolução contra a Holanda fez tirar essas (que serviam ara a defesa da vila e do lago) e outras mais para a fronteira com o Suriname. (v1)

Tratava-se, de acordo com Valadim de uma povoação organizada “como se fosse cabeça de comarca [...] tendo um vigário, um governador e capitão indiano, denominada de Umarary por estar dentro do lago e fim do rio de mesmo nome, o cujo tem sua foz no rio Carapapury que por sua vez vai dar no cabo do norte.” Já no outro braço do Carapaporis, recentemente havia se estabelecido um grupo de franceses:

Neste braço [...] é que ia ter o lago do Araguari [...]. Nesta volta do rio Carapapori por este referido braço [...] houve há alguns meses um reduto de franceses e uns 20 homens, mas o clima impróprio do lugar os destruiu. Era tudo era gente aventureira para facilitar a existência e o comércio destes índios, e a sua agricultura. (v1)

E, por fim, à Noroeste do “chamado Aboty” existiram “os novos estabelecimentos dos negros e mulatos, soldados que se apreenderam 1791” (v1).

No rio Camaú ou furo do Mayacari (que suponho ser o atual Flexal), Valadim afirma que os portugueses desde o século XVI teriam tentando estabelecer fortificações, mas foram abandonadas. Pouco antes da vinda do capitão, havia-se ali fundado o quartel comandante da fronteira, “porém existiu pouco tempo” (v3). Os franceses teriam se aproveitado da ausência portuguesa, “para que observando o novo sossego se utilizassem de ruína da fortaleza de Mayacari e Camaú”. Teria sido o mencionado Baldegrein quem fez uso das ruínas portuguesas e trouxe colonos para o local, certamente com o conhecimento do governo francês, para Valadim. Quando da passagem do capitão, os franceses começavam a erguer nova fortificação, usando as ruínas antigas. O forte tinha duas portas de bandeira, dois paus de bandeira, dois armazéns do trem de serviço, três casas para trabalho de sombra, uma casa de abobada para pólvora, uma dita para prisão, um bombeteiro com forno onde beneficiavam mandioca “para ter farinha e beiju fresco”, vários caixotes de artilharia calibre 3 e 6, e algumas casas para os índios. Mas, a comando de Coutinho, armado de duas lanças artilheiras e quatro canoas, acompanhado pelo Comandante da fronteira, Valadim foi falar com os franceses “e usou de política”. Viu que eram poucos, sem artilharia, a fortificação simples. Os inimigos ficaram desconfiados e, com medo, se foram. Quando o capitão voltou tempos depois, já não estavam lá. (v3). Em outra altura, o autor afirma que “agora em consequência de minha missão e prática as têm abandonado [as fortificações], levando antes de chegar tudo que podiam” (v1).

Naquele mesmo lugar, como em outros, afirma Valadim “o general de Baldegru já teve fortaleza”, mas Pedro Teixeira as demoliu “nas diferenças de Castella” (v1). Não consegui descobrir quem é o tal Baldegru ou Baldegrein citado na descrição, mas sabemos que um forte chamado de Cumaú foi construído em 1629 pelo inglês Roger Fry e tomados pelos portugueses em 1632. Nas ruínas deste foi construído o forte de Santo Antônio de Macapá por volta de 1688 (Fortes 2000: 161-2). Purpura (2006: 68) afirma que o forte de Cumaú teria sido tomado por Feliciano Coelho de Carvalho, e não por Pedro Teixeira, este teria tomado outro forte, o de Torrego, três anos antes. Há uma polêmica sobre a localização exata deste forte de Cumaú, ao que tudo indica estava localizado ao sul de Macapá, e creio que Valadim pode ter confundido as ruínas que viu tomadas pelos franceses com esta fortaleza de cuja existência sabia através de leituras de história militar.

O rio Calçoene é citado muito rapidamente. Valadim diz apenas que é “de menor grandeza” e que nele existe desova de tartarugas e tracajás, algumas roças boas e coqueiros, “cousa muito rara nas Guianas” (v1). Passando ao rio Cunani (ou Guanany), Valadim já não vê mais fortificações, apenas vilas “que se diziam sujeitos da missão francesa, mas que foram por ela abandonadas”. Após o fim da missão, as pessoas se dispersaram e fizeram por ali suas roças de “agricultura índia”, pois a terra era fértil (v3). Valadim afirma ainda que passando uma cachoeira existia uma “aldeia de índios refugiados e domésticos pelos franceses [...] que a perto de 30 anos que recorreram a Cayanna missionários e governador o qual foi logo mandando para aqui e para mais novos estabelecimentos” (v1). O local da extinta missão ficava um pouco mais ao norte, na altura do Rio Cassiporé. Valadim a critica:

Como o serviço desta costa principalmente até o cabo do Norte era missão pertencente a competência S. F. N. [São Felipe Nery] e novos estabelecimentos dos Aroans, e Januazes, que como escravos viviam mais cativos do que aldeanos, eram punidos e castigados como tal, desesperados desta falsa catequização, procurando todos os meios para tomar seu antigo rito, ou de gana fugiam para além do Cabo do Norte. Estragaram-se as vilas com o peso de seu serviço e castigos - porquanto o interior do Amazonas e seus primeiros estabelecimentos se achavam destruídos e ocupados a maior parte pelos portugueses e por outras nações [...]. (v1).

Certamente, os vestígios da missão católica avistada por Valadim remetem às chamadas missões de Goanani e Macari, fundadas em 1777 e 1781 por jesuítas, ambas extintas em 1791 (Kohler et al. 2011: 3). Nas cabeceiras do Cunani, Valadim, avista ainda muitas boas roças e fazendas de gado “pertencendo ao governador de Cayanna” (v1)

Na foz do Cassiporé há um cabo, e uma pororoca. Valadim demora-se a descrevê-lo, pois a navegação é difícil: “vêm os navegantes tanto ingleses como colonistas tomar para derrota o Cabo [...] indo para o Suriname e Cayanna”. Ali ocorrem muitos muitos naufrágios: “há poucos meses”, narra, “se perdeu no Cabo Cassipure um navio holandês que ia para o Suriname” (v1). O capitão não encontra ali lavradores nem fazendas. Tinha algum peixe e caça, mas não tinha “paus de

construção”. Entra pelo rio e encontra sete palhoças há pouco desabitadas, que serviam como feitoria de peixes no verão, incluindo alguns pés de milho e currais para tracajá. Valadim acredita que os habitantes devem ter fugido quando tiveram notícia da primeira viagem que Valadim fez com Manoel Joaquim de Abreu²². A sudoeste ficava localizado cemitério dos índios Paricurás e Curcuanas, que só pode ser conhecida com a ajuda de um prático. A cerca de uma légua e meia existia um caminho até um igarapé por onde se comunicam os índios deste rio com “as nações do Uassá” evitando a costa tomada de matas de xiriuba e mangue. Ali Valadim encontrou duas pequenas canoas. Passando a primeira cachoeira onze léguas, onde o ribeirão era mais largo, avistou duas casinhas “de índios portugueses refugiados”, além de indícios de roças de mandioca e algodão para uso próprio. No topo da cachoeira, mais uma palhoça. Mas todos os habitantes destes locais, para fugir dos observadores, teriam se espalhado (v2).

O rio Uaçá é o primeiro rio que Valadim encontra depois de passar pelo Cabo de Orange, e o último antes da fronteira com os franceses, conforme o próprio a divisava. Ali as populações de índios (ou “gentios”) que o capitão encontra são os das nações Paricura e Curuana, além de traços de aldeias indígenas abandonadas pelas guerras com “outras nações”. Além disso, uma fazenda de gado com “200 e tantas cabeças e três casas de serviço” em campos bons e próprios para isto, e uma “roça de algodão casa de 200 toesas de roçado” onde trabalhavam muitos destes mesmos índios (v2). Havia também “alguns paus raros como macaúba e panipá” (v1).

Finalmente, o Oiapoque. Deste rio, Valadim nos provém com uma descrição bastante acurada, que serve aqui de exemplo de sua prosa geográfica:

Da ponta Ocidental do monte Lucas que faz a mesma margem do rio principia grande e curva enseada até a montanha d'Arjan com a qual se corre por 16° N.O.S.E. pouco mais de duas léguas e meia, entre as quais montanhas se acha também outra chamada Manari, mui próxima à de Lucas, havendo entre esta e aquela um estreito rio, a que também chamam Manari, cujo rio a sua maior largura é de 50 toesas²³ com profundidade suficiente para barcas grandes principiando de três braças para menos até finalizar entre as serras do mesmo nome segundo me informaram. Toda esta margem compreendida até a montanha d'Arjan é esparcelada e baixa, cujas águas grandes a inundam indo acabar na ponta do S.O. da dita montanha por ser toda a mais parte da dita cercada de pedras, que da parte do S.E. ficam algumas descobertas em todas as águas da preamar. Desta montanha atravessei para Cabo d'Orange que se corre E.O. com quatro e meia léguas de distância tendo de maior profundidade duas e meia braças na baixa mar todo muito flexível. Do referido cabo d'Orange e monte d'Arjan até a foz assinalada no mapa do Rio Oyapock lhe chamam os franceses baía do Oyapock. (v2)

Esta observação foi feita no dia 24 de novembro de 1794, e Valadim marca ainda a profundidade da foz do rio na baixa-mar e na preamar; dá indicações para navegação na região; e, baseado em observações feitas entre setembro e novembro, fala sobre a direção do vento e o regime de chuvas em cada mês.

22 Certamente refere-se à viagem que resultou no documento Abreu 1794.

23 Antiga medida de distância portuguesa, uma toesa equivale a 1,98m.

Passando a foz, observa um destacamento francês feito “para curarem os doentes”, e mais à montante o Forte Luiz, edificado em faxina, com uma vila em sua retaguarda, abandonados desde o principio da revolução na metrópole. Mas ainda havia estabelecimentos em torno da baía do Oiapoque, especialmente na margem setentrional. A terra ali seria boa para arroz e algodão, e existiam muitas fazendas dos franceses (v1). Tendo ficado ali por um tempo e estabelecido ficciosamente boas relações com os franceses, o capitão chega a fazer um rol de todos os moradores brancos (homens) do Rio Oyapock: M. Miguel Dugrunuvilier, Domenger, Caramel, Giraon, Masseron, Berthron, Daufine, Descuvintis, Potel, Lanoue, Sahut, Samtougé (?) e Pauingarde. Todos, com a exceção de Dugrunuvilier, seriam casados.

4.2.5 Caiena e a Guiana Francesa

A cidade de Caiena ficava na ponta noroeste da ilha do mesmo nome. Em suas primeiras palavras sobre a capital, quando descreve sua localização geográfica, Valadim cita “as observações de Dissingy²⁴, alemão ali enviado pela ordem de S.M.” e de “M. Condamini em 1744”. Depois segue listando as instalações militares: era defendida por uma fortaleza regular, antiga, edificada num pequeno outeiro no centro da vila; contém 28 peças de artilharia e um pequeno baluarte no sul da ilha, todos sem munições ou canhoeiros; o seu corpo de tropa antes da Convenção²⁵ eram três companhias de tropa e uma de milicianos do país, mas com a guerra e a convenção, mandaram da Europa um regimento de 800 homens, a maioria alemães, em 1793, mas destes 400 morreram devido à epidemias. “Quando levaram a noticia por uma fragata da liberdade da escravatura”, passaram juntamente uma pequena porção de tropa e uma companhia de artilharia. A colônia seria bem fornecida de munição de guerra, armas brancas, de fogo, bombas e granadas, mas tinha pouca pólvora – ainda que façam negócios com os americanos. As forças navais contavam com um Bergantim antigo de cobre, “de 8 peças por banda [que] este ano passado fora reconhecer as forças portuguesas, mas sossobrou com um tufão no Cabo De Orange, morreram 26 pessoas.” (v3).

Valadim diz ser prudente supor então haver 6 a 8 mil homens capazes de serviço na Colonia, incluindo tropa, paisanos e pretos (esses maioria) (v3); em outra altura, diz que “em geral que fazem anotar 30 mil cabeças estagnadas na colonia” (v1). No porto de Caiena havia sempre embarcações mercantes americanas, chalupas, corvetas “e pequenas embarcações de grande porte” (v3). O porto era então principalmente frequentado por ingleses americanos, os únicos que então comerciavam com aquela colônia (v1). A produção era carregada por 10 ou 12 embarcações, “o que presentemente se está utilizando o americano a troco de seus efeitos, que da nova Inglaterra trazem,

24 Provavelmente Dessigny, que fez um levantamento geográfico na Guiana Francesa na década de 1760.

25 Isto é, da instalação da Convenção pelos jacobinos no período revolucionário, entre 1792 e 1795.

sendo a maior parte das referidas de 500 e tantos tonnos, e cada tonno são quatro barris de lote donde se transporta o vinho Bordeaux, que andarà com pouca diferença do lote de nossa pipa de almudes²⁶. Apesar das afirmações de que “as moléstias eram contagiosas e as terras em parte muito estéreis”, e que a falta peixe e de falta gado foram parte do que forçou a expansão francesa em direção ao Cabo Norte (v1), a noção geral que o capitão passa é de que havia abundância no comércio e na produção. O “objeto principal do negócio” era o algodão “imenso e boa qualidade”, cacau, urucu e anil. Em segundo lugar açúcar, café, cravo canela (v1).²⁷

Após as primeiras navegações espanholas, inglesas e holandesas, ainda no século XVI, que estabeleceram o mito de El Dorado e sua relação com a região, o início do século XVII viu as primeiras tentativas de colonização da área onde hoje está a Guiana Francesa. Colonos franceses estabeleceram-se no rio Sinnamary em 1626 e em Caiena em 1643 (Granger 2012b: 251-6), porém, Caiena trocou de mãos diversas vezes naquele século, tendo sido capturada pelos holandeses em 1654, pelos franceses em 1664, pelos ingleses em 1667 e novamente pelos franceses em 1676 (Jolivet 1982: 25-6). Um dos principais problemas para os europeus na área – além das lutas com nações indígenas resistentes e outras forças coloniais – eram as epidemias que diversas vezes aniquilaram as populações brancas da região. Epidemias que, como vimos em Barata e em Valadim, ainda eram um empecilho à colonização no final do XVIII. A taxa de mortalidade dos recém chegados alcança a 50% em 1793. O intervalo entre 1677 a 1763, de acordo com Jolivet (idem: 27-9) foi um “século de estagnação”, com fraco crescimento populacional e poucas tentativas de desenvolver a região, dentre as quais as principais foram a construção do forte Luiz no Oiapoque em 1725 e a criação de missões jesuítas ao longo de todo o período. Apenas ao fim da guerra dos sete anos, que fez a França perder o Canadá e diversas outras colônias americanas, as atenções de metrópole se voltaram para a Guiana.

Em 1763, ocorre o chamado “desastre de Kourou”, com a morte de cerca de 6 e 13 mil colonos, vítimas de um projeto malfadado de criar plantações em larga escala neste rio. As epidemias e a pobreza do solo da região – fato notado por Valadim – seguiam sendo problemas com os quais os franceses tinham de lidar. Mas quando Valadim faz suas incursões ao território francês, a Guiana Francesa vivia três décadas de relativa prosperidade, especialmente marcado pelo plano de colonização desenhado pelo governador Bessner em 1774 e colocado em prática por Maluët a partir de 1776. Foi aí que começaram “experiências”, muito influenciadas por viagens de administradores coloniais franceses ao Suriname, que tentavam, a partir da construção de canais, aumentar a produtividade dos terrenos (idem: 29-33).

26 Um tonno ou tonel equivale em escala métrica a 840l, é subdividido em duas pipas de 420l e 50 almudes de 16,8l.

27 Em v2, Valadim faz a mesma lista, mas coloca o açúcar entre os negócios principais.

Valadim não fala dos canais, mas fala das experiências. De acordo com o que o capitão ouviu de Gorunuvilier e de outros franceses, os colonos ali tentaram muitas experiências com a qualidade do terreno e o tempo do plantio. Café, cravo-da-índia e canela em mudas e sementes foram levados à Caiena do Jardim Real das Plantas em S. Domingos e Martinica, onde já eram cultivados há anos. Valadim especifica que deviam ser plantados em terreno pouco elevado, úmido, a três pés de distância um do outro. Estas plantas existiam “há muitos anos em São Domingos” e depois da Convenção estavam sendo espalhadas pela Martinica (onde não produzia muito bem) e pela Guiana Francesa, “onde não há diferença de clima asiático”, tendo contribuído para o aumento de produções na colônia, especialmente a partir de 1788 (v1). O cravo da Índia, em particular, interessa Valadim. Ele afirma que as árvores eram menores do que as que observou na costa do Malahan, no reino de Pravancor, na Índia (v3). As mudas saíam das Ilhas Maurício, e dali eram levadas para a Martinica. Porém, até a Convenção era proibido aos habitantes da Martinica usarem o cravo fora do Jardim Real das Plantas, tendo esta lei sido derrubada, as mudas foram levadas para Caiena. Temos nesta altura um dado relevante. A atenção de Valadim à produção de plantas asiáticas na Guiana Francesa parece ter sido parte de um plano maior dos portugueses:

Havia, na região de Caiena, um famoso complexo agrícola mantido pela coroa francesa, formado pela Habitation Royale des Épiceries, mais conhecida como La Gabriele, pela Habitation de Mont-Baduel, pela Habitation Tilsit e pela Fábrica de Madeiras de Nancibo. Essas propriedades tornaram-se os principais exemplos de estabelecimentos coloniais na Guiana, em extensão, produtividade e número de escravos. A posse de La Gabriele, se não representou motivo preponderante para a invasão da Guiana pelas tropas luso-brasileiras [em 1809], certamente estaria entre os maiores benefícios a serem obtidos pelos portugueses com a anexação de uma colônia tão conturbada. Além de ser uma das principais fontes de renda da colônia, La Gabriele reunia todas as espécies vegetais almejadas pelos portugueses (Sanjad 2010: 20-1).

Por este motivo, ao narrar suas “ficções” Valadim enfatiza que, ao fugir, conseguiu levar consigo “imenso cabedal das colônias” mentindo que “da Europa se pedia espécies coloniais” (v1).

Fruto dos investimentos metropolitanos, as populações branca, negra e mestiça da Guiana Francesa cresciam sensivelmente até a década de 1790, como demonstra o seguinte quadro:

<i>Années</i>	<i>Blancs</i>	<i>Noirs</i>	<i>Mulâtres</i>
1677	301	1.151	15
1726	296	2.436	28
1740	666	4.634	54
1787	1.735	10.010	475
1819	987	13.309	1.698
1824	996	14.009	1.872
1828	1.280	19.219	2.204

Fonte: Abonnec 1951: 31.

As estimativas de Valadim, 6 a 8 mil homens na colônia fazem sentido se seu número não incluir mulheres. As 30 mil cabeças que contam “estagnadas”, de acordo com os informantes do

português devem incluir indígenas e maroons. Cabe notar que a Revolução na França metropolitana promovera grandes mudanças sociais e econômicas sobre as quais nos deteremos mais à frente.

Além da capital, Valadim se debruça sobre os estabelecimentos ao longo dos outros rios da Guiana Francesa. Aparentemente muitos dos dados sobre estes lhes foram descritos por terceiros. A oeste de Caiena, o autor fala de seis rios principais, caudalosos porém navegáveis “para navios de porte de até 2.000 arrobas”: Macouria, Kourou, Malmanouri, Sinnamari, Iracoubo e Maná, além de igarapés nos quais só navegam canoas. Na fronteira com a colônia holandesa fica o rio Maroni.

No Macouria, muito próxima de Caiena, havia uma povoação não numerosa de brancos e mulatos, com “fazendas de planta e algum engenho servindo-se para sua indústria dos índios e algum preto que quer trabalhar apesar da utilidade prometida pela Convenção”. Os trabalhadores, diz Valadim, ficavam com um terço do produto de seus frutos ou lavouras, outro terço ia para a Convenção e o terço final para o fabricante. No Kourou, Valadim fala de “índios de missão da nação Curipy” e alguns estabelecimentos de gentios de diferentes nações. “Também dos mestiços os franceses se servem de seu pequeno préstimo principalmente depois da liberdade da escravatura, como sucede os habitantes do outros rios até Maroni” (v1). No Iracoubo, “gentios domésticos de diversas qualidades de nações, que ali se comunicam e servem os franceses situados neste rio assim como sucede aos tais referidos até Maroni” (v3). Nada fala sobre o Sinamari ou o Malmarouni²⁸.

Nos limites da colônia era localizado o forte S. Francisco de Murany [Maroni], fornecido de 500 homens e boa artilharia. Anteriormente, afirma Valadim, o Forte Luiz, no Oiapoque tivera também tropa regular, com nove peças de artilharia, mas foram recolhidas, junto com outras dispersas para a colônia, para levar para a Caiena, posto que as tantas que estavam na capital tinham sido levadas para o limite com o Suriname, no Maroni. Os holandeses também concentravam, então, suas forças na fronteira, onde “se achavam aí com o reforço de 500 homens e 300 dagues de fila a impedir que as escravaturas passassem para os domínios de Cayena, e susterem algum insulto que os franceses ou negros libertos lhe quisessem fazer” (v3). Apesar do estado de guerra, havia comunicação entre os dois lados. Valadim afirma que muitos franceses dali se comunicavam por escrito com holandeses e ingleses, querendo que a colônia trocasse de mãos para poderem voltar a possuir escravos. Mas os holandeses não poderiam invadir a colônia francesa sem licença da

28 Outras fontes nos informam que o Sinmari foi, na época em que passou Valadim pela colônia, palco de uma importante experiência que fundou muito do imaginário sobre a Guiana Francesa. Jolivet (1982: 39) afirma que em 1792 “la Guyane est choisie pour la première fois comme lieu de déportation pour les condamnés politiques.” Em 1795 começaram a chegar deportados políticos, sobretudo padres que se recusavam a aceitar as mudanças na França, e foram exilados no Sinamari (Redfield 2000: 58ss). Em meados do século XIX, a Guiana passa a ser utilizada como colônia penal, e ali são fundados os famosos *bagnes*, prisões nas ilhas oceânicas da costa guianesas que permanecem em atividade até 1951, onde eram cativos, sob um regime brutal, prisioneiros políticos e comuns.

Europa, e mesmo com “um certo número de assinantes franceses” crescente, não era o suficiente para garantir uma tomada pacífica. As viagens de Valadim, lembremos, deram-se no início da década de 1790, o exato momento da guerra entre holandeses e franceses. Não havia ainda ocorrido a queda da República Holandesa, em 1795, que criaria a República da Batávia enquanto estado satélite da França revolucionária (Oostindie 2012). Estes ricos trechos de Valadim demonstram com clareza a maneira como as incertezas da população francesa com relação ao futuro da colônia e seu comando sob as mãos jacobinas faziam com que houvesse, apesar da guerra, uma tentativa de aproximação, e mesmo de fusão, com a próspera colônia vizinha do Suriname.

Na costa leste, a partir de Caiena, Valadim conta quatro rios: Mahuri, Kaw, Approuage e Quary. No Mahuri existia uma povoação de índios da nação Paravilhana “que por ali se retiraram do interior do Rio Suriname, cujos são mestiços e tem seus roçados úteis à colônia.” (v1). Valadim os considera “índios domésticos”. No Kaw viviam os “índios da Nação Caraná de boca preta, também domésticos”. No Approuage, índios da Nação Totana (ou Tolana), pouco distantes de uma vila de brancos, defendidos por um pequeno forte guarnecido por um destacamento de 50 soldados de tropa regular, além dos moradores milicianos, comandados por um capitão de infantaria.

O rio Uanari, atual Quary, é descrito com um pouco mais de detalhe, pois Valadim ali esteve. Localizado entre as montanha de Uanary e Lucas, era um rio pequeno no qual só navegavam barcos usados de transportes das fazendas para Cayenne (v3). Ali não havia povoação ou vila, mas sim “cultivados de índios dispersos e pretos antigamente cativos, em várias palhoças ou ranchos – entre a maior quantidade os Paricurá cujos se passaram para aqui do rio Uassá” (v1).

Além dos índios dispersos, havia ali uma grande fazenda, sobre a qual o capitão se detêm. Um estabelecimento da Companhia do Senegal “com 250 cabeças de escravos dos quais eram senhorias M. Belle-Ille, Conde d'Orans e por seu herdeiro o General Soffren e seus possesores titulares da França.” As terras altas e planas do local eram muito cultivadas, as mais bem plantadas e asseadas que Valadim viu na colônia francesa. Em espaços quadrangulares crescia café, canela, cravo-da-índia e nós moscada, além de “mil espécies de flores”. Havia uma grande casa onde assitia o administrador M. Domenger; um grande armazém para as frutas e drogas do local e de arredores, todo repartido para não misturar os gêneros; duas cozinhas (casas de arrecadação) quadrangulares de cúpula piramidal, com bandeirolas de ferro onde estavam esculpidas as iniciais C. D. S.; dois ranchos de habitação dos negros e umas palhoça “onde os pretos faziam sua alta recreação”. Valadim nota “a boa qualidade das suas plantas e qualidades, porém presentemente desmerecido depois da liberdade da escravatura, apesar de ter estes uma terça parte do seu produto” (v2).

Valadim aborda alguns detalhes da política local. Escreve que a fazenda era administrada por Capitão Domenger, morador do Oiapoque, mas tendo morrido seus herdeiros, passou ao conselho colonial, que utilizava de seus produtos para prover as necessidades do Estado colonial. Porém, o General Governador Jenon, então comissário civil, se utilizava destas e outras rendas “com o pretexto de serem e terem pelos navios ingleses americanos todos estes capitais ou efeitos como mais seguros para a Convenção ou Paris.” Os políticos locais sabiam do estratagema, mas disfarçavam sabendo que logo Jenon iria embora, o que de fato aconteceu: Jenon partiu para Nova York “com sua riqueza” no início de dezembro de 1794, o que foi da aprovação de todos os moradores, que sabiam de sua “má índole”, e ficaram satisfeitos com a eleição de Domenger como novo comissário geral civil. (v1)

A *Compagnie du Sénégal* – uma das muitas companhias de carta europeias, comerciárias que tratavam do tráfico de escravos no atlântico com concessão governamental – fora fundada em 1673, e logo passou a atuar nas colônias francesas do Caribe, tendo sido responsável por grande parte do transporte de escravos da África Ocidental para São Domingo e Martinica, em conjunto com a *Compagnie de Guinée*, que dividia com ela a África francesa (cf. Ly 1993). Em 1788, a Companhia conseguiu uma concessão para, com seus escravos próprios, estabelecer plantações entre o Oiapoque e o Quary (Jolivet 1982: 26). Agente da *Compagnie du Sénégal*, Domenger é citado em fontes históricas como tendo aberto um canal do igarapé Ratamina ao Quary em 1795 (Noyer 1827: 72). Ele também consta na lista de prefeitos de Caiena (ou comissário geral civil, como coloca Valadim), mas não consegui mais informações sobre ele. Até onde sei, a descrição de Valadim pode ser um dos mais detidos documentos sobre as instalações da C. D. S. na Guiana.

Em meio à sua descrição da Guiana Francesa, Valadim puxa uma nota onde afirma que não se estenderá sobre o oeste da colônia “por haver imensidade de escritos dos viajantes”. Lembra que muitos destes viajantes “descem pelo Orinock ou Suriname, braço do qual vai se encontrar com o Rio Branco, braço do Rio Negro que deságua no Amazonas e dali ao oceano”, demonstrando erros em seu conhecimento da geografia, posto que o Rio Suriname não se encontra com o rio Branco. Barata ainda não havia feito o trajeto que viria a esclarecer para Coutinho como navegar do rio Branco ao Essequibo.

4.2.6 Índios Aldeados e Fugitivos

O leitor deve ter percebido que as nações indígenas citadas por Valadim são diversas e dispersas. Algumas são nomeadas, outras são referidas mais rapidamente como “nações de gentios”; “índios domésticos”; “índios do contrato” (como os que pescam em grandes redes pela ponta das

ilhas Jerupari e Araias, nos canais que separam Marajó de Macapá); “índios do serviço” (como aqueles nas proximidades do Arraial Araguari, onde são “os melhores guias para a caça”); “índios de missão” (no Cunani e arredores); ou mesmo como “nossos índios” e “índios portugueses”. Romani nos ajuda a entender esta nomenclatura:

A legislação colonial portuguesa estabeleceu um corte na política indigenista entre índios aldeados e aliados dos portugueses e gentios inimigos espalhados pelos sertões. Para os primeiros, uma vez descidos, as leis coloniais promoviam uma política de aldeamentos junto às missões jesuíticas, onde os índios amigos eram senhores de suas terras, catequizados e civilizados até se tornarem vassallos úteis. As guerras justas eram travadas contra todos os gentios bárbaros, considerados hostis e inimigos. Não havia um critério exatamente definido para o índio ser classificado como bárbaro inimigo, podendo ele ser a recusa à conversão, o impedimento da propagação da fé católica ou alguma hostilidade praticada contra os vassallos e aliados dos lusos. Uma vez que a guerra justa legitimada pela Igreja garantia aos colonizadores a escravização lícita dos selvagens capturados, havia, em momentos de avanço da colonização portuguesa e maior necessidade de braços, óbvio interesse em criar situações de conflito para submeter índios que, pacificamente, se mostrariam irredutíveis. (Romani 2013: 27)

Os “índios do contrato” eram aqueles que serviam à Coroa sob um regime de servidão. Os “de serviço” igualmente, mas em posições militares. No Arraial Araguari, Valadim fala de uma tropa de índios que auxiliam também na pescaria, e trocavam com os franceses antes da ocupação portuguesa. Muitos desses índios “aldeados”, “domésticos”, “aliados”, “de missão” ou “portugueses” não se submetiam à colônia portuguesa, e escapavam, pondo-se a viver à margem do estado. Em uma de suas “dissertações”, tratando da região do Araguari, Valadim afirma: “os nossos indianos quando o outro caminho se tapou por este lago comunicavam as novidades do estado por este se iam refugiar quando por tímidos fugiam do castigo”. Conta então o caso do sargento Manoel Felipe, de Macapá, que foi caçar na região e encontrou três pequenas canoas. Conseguiu induzir os habitantes do local a revelar que ali havia “muitos desertores” que sabiam que os portugueses não passavam pelo lago. “Ficciosamente” acompanhou essas pessoas até o lago de Umacary (ao norte do Cabo Norte), chegando a uma “boa povoação, regular e fortificada, dentro dos Reais Domínios”, onde as pessoas diziam que nas suas vidas jamais viram um português, “só desertores indianos” (v1). Entrando pelo Cassiporé, após passar por “dois estabelecimentos de índios portugueses” em sua foz, Valadim encontra, num lago onde era difícil a navegação durante à época de seca, “alojados índios portugueses refugiados de uns 20 anos [...] os quais foram apreendidos pela escolta que trazia plantação de mandioca e algodão – a exportavam para Cayenna para o seu arranjo [...] porém viviam com toda a cautela por quanto sabiam já desta minha expedição”.

As nações indígenas que escolhiam não se sujeitar a viver sobre as regras portuguesas impostas pelo Diretório dos Índios – a legislação indigenista lusitana à época – eram considerados desertores. A aliança com os franceses, em muitos casos, era estratégica. Sabiam que onde estavam franceses, não estavam portugueses, e nos interstícios da região contestada, viviam a escapar da servidão pelos dois lados. Entrando por um dos braços do Carapaporis, Valadim encontra um lago

cheio de “ilhas com roças dos índios.” Ali, há pouco tempo, franceses “aventureiros” comerciavam com os índios. Nas proximidades, viu uma vila de 27 casas onde moravam franceses “sem relações com os portugueses, que julgavam não serem os donos daquelas terras”. Forneciam suas pescarias a Caiena, junto com os índios Maroans, que ali estavam desde que o vigário vindo de Caiena que os catequizava havia falecido. Dentre os índios desta missão muitos eram “dos nossos”, diz Valadim (v1). Também no Maiacari, onde os franceses começavam a erguer nova fortificação, havia algumas “casas para os índios”. Por outro lado, nas serras de São Joaquim, nos arredores, viviam “muitos gentios bravos.”

O quadro pintado por Valadim das missões francesas é dos piores. Os Aroans e Janacuzes que encontrou no Cunani, numa aldeia de “refugiados e domésticos pelos franceses”, praticando a “agricultura índia” há pouco estavam livres dos padres “que a perto de 30 anos que recorreram a Cayanna missionários e governador o qual foi logo mandando para aqui”. Porém “como escravos viviam mais cativos do que aldeanos, eram punidos e castigados como tal, desesperados desta falsa catequização, procurando todos os meios para tomar seu antigo rito, ou de gana fugiam para além do Cabo do Norte. Estragaram-se as vilas com o peso de seu serviço e castigos” (v1).

Os índios nomeados por Valadim em terras portuguesas são: Aroans, Janacuzes (ou Januazes), Maroans (ou Maruanuns), Palicuras, Carcoanas (ou Curcuanas) e Caripuras (ou Curipiras, Cairipora, Caypura). Nem todos fáceis de relacionar com etnias atualmente conhecidas.

Os Aroans (Aruã) são por ele notados na Ilha de Marajó, em Macapá, no Arraial Araguari, no rio Cunani e no Uaçá. O pouco que fala sobre eles é que são aldeados, usados como práticos para navegação, e que fizeram parte das missões francesas nos rios Cunani e Cassiporé. Os Janacuzes também seriam domésticos, vivendo em Marajó, Arraial Araguari, no Calçoene, no Cunani, no Uaçá. Os Maroans seriam habitantes do lago Maiacari, também chegaram a ser catequizados por franceses, e se comunicavam com Aruans e Janacuzes através de um canal do araguari. Os Caripuras são localizados nas ilhas do Uaçá (os “mais domesticados pela missão francesa”, que usam pequenas canoas de pau) e dispersos pelas montanhas entre o interior do Carapaporis e do Calçoene.

Todos estes grupos, hoje em dia, após deslocamentos forçados, parecem ter se fundido, junto com ainda outras populações não citadas por Valadim, em dois grupos que hoje são chamados de Galibi-Marworno e Karipuna do Amapá. Eram grupos independentes, falantes de Karib, Arawak e Tupi, que foram “misturados”, pelas missões, desde o século XVII, e mais profundamente pela administração colonial nos séculos XIX e XX, com o crescimento da população e da atividade econômica na região. Falam hoje variações do *patois* creole francês. Os antigos Aruã e Maroans são

mais relacionados com os atuais Galibi-Marworno, habitantes do Uaçá e Oiapoque (cf. Vidal 2000); os Caripura com os atuais Karipuna do Amapá, no rio Curipi (afluente do Uaçá) e no baixo Oiapoque (cf. ISA 2006). Já os tais Janacuzes não consegui localizar em nenhuma fonte. Suponho que tenham tido um fim parecido com o dos Aruã simplesmente porque Valadim os cita quase sempre juntos. Talvez fossem dois subgrupos de uma mesma etnia. O único local onde aparecem desvinculados dos Aruã é no rio Calçoene, onde conviviam e guerreavam com os gentios Palikur, mas as guerras e moléstias teriam feito espalharem-se dali para o interior.

Aparecem ainda os Paricura (Palikur), que de acordo com Romani (2013: 28) eram considerados aliados dos franceses, vivendo no Cabo Norte. Valadim fala que guerreavam com os Janacuzes (estes certamente aliados dos portugueses), o que aponta para o fato de que as alianças com as potências coloniais eram também pautadas por disputas entre as tribos indígenas. Talvez os Palikur tenham escolhido aliar-se com os franceses porque os Janacuzes eram próximos dos portugueses, ou vice-versa. Os Palikur tinham um estabelecimento e cemitério a seis léguas da foz do Cassiporé, e pelo interior deste rio mantinham uma comunicação com o Uaçá, em cujas ilhas viviam no inverno, pois ali era abundante a caça e a pesca. Em pequenas canoas navegavam também até o Oiapoque, e anteriormente teriam habitado o Quany. Ao menos uma de suas maiores aldeias, “uma grande povoação” no Cassiporé estava deserta, pois “fugiram [...] tímidos da guerra que outros mais interiores continuamente lhe faziam”. Eram considerados por Valadim “menos domésticos que os Caripuras”.

Os Palikur – falantes de uma língua Arawak – habitavam no século XVI a região a oeste do Amazonas, de acordo com Vicente Pinzon. Teriam migrado para o interior em meados do XVIII, fugindo de conflitos com os portugueses, estabelecendo-se na bacia do Uaçá. Sua dispersão entre tal rio e o Oiapoque, que Valadim observa, corresponde à sua localização atual. Continuam na fronteira entre a Guiana Francesa e o Amapá. Seus vínculos de aliados dos franceses e inimigos dos portugueses deixaram de ser relevantes entre o século XIX e o XX (Capiberibe 2009).

O estabelecimento e cemitério dos Palikur no Cassiporé era dividido com o dos Carcoanas, de quem eram aliados. Valadim em alguns momentos trata estas duas nações quase como se fossem a mesma, e faz uma nota falando de ambas:

Paricúra e Carcoáνας, nação vinda do interior do Amazonas perseguidas de outras nações. A guerra e o clima tem reduzido a pequenas aldeias [...]. O rito é igual, porém têm diferentes modos de arranjo em si e lhes brigam de flechas e arma de fogo como os do interior do Amazonas. Neste monte há 150 anos que houve uma grande povoação, porem a continuação da guerra os destruiu e dispersou-se para partes mais incógnitas. Os franceses lhes vendem várias armas e instrumentos de ferro para os conter e utilizam-se deles ou de alguns Carcuanas povoadores de Cassipure mais hábeis para o trabalho. O seu precioso é miçangas, coral, e uma quantidade de pedras cor de bronze chamadas por eles preciosa ou Mariquetan [muiraquitã], cousa de maior estimação, a ponto de herdarem das famílias como o morgado entre nós – só em os parentes da família de nome Amonna ou Amazona é que se acha essa preciosa pedra pela qual se tem com outras nações com esta derramado tanto sangue. Ela é muito forte

e indagando sobre este mistério me asseveram ser lapidada no braço do rio May do Amazona, de sorte que não há metal que a risque. Assim descreve tão bem Condamine e eu observei

Sobre os Carcoana, cogito duas possibilidades: podem ser simplesmente um subgrupo dos Palikur; ou podem ser a etnia hoje chamada de Wayana, posto que na literatura, dentre outros nomes, estes são chamados de Oreocoyana, Orkokoyana, Urucuiana e Urukuyana (cf. Gallois & Grupioni 2003: 17). Esta última possibilidade, porém, não parece fazer muito sentido posto que os Wayana (falantes de língua Karib) e os Palikur (falantes de Arawak) dificilmente seriam considerados como tendo “o mesmo rito”, i.e., os mesmos costumes, mesmo sob o ponto de vista de um europeu. Além disso, as fontes históricas apontam que os Wayana no século XVIII estariam localizados bem distantes do Cassiporé, no médio Maroni (Barbosa & Morgado 2003).

Valadim ainda narra um acontecimento envolvendo os tais Carcoana, no Uaçá. Na primeira cachoeira deste rio habitava o Principal desta Nação, chamado Francisco pelos franceses. A expedição de Valadim manda “apreender ele e sua gente, e fazer evacuar todos os estabelecimentos dentro dos limites de Sua Majestade [...] de onde se têm transportado para o Estado bastantes famílias dos referidos, tanto pela maior parte pertencer os domínios Sua Majestade como por serem vassallos pertencentes refugiados de muitos anos por toda esta colônia depois dela ter passado várias penúrias”. O problema era que ali “serviam de cultores os franceses, ainda que pouco hábeis, contudo plantavam algodão, [ilegível], anil, e muitos peixes que nestes lagos pescavam.” Com a ajuda dos Carcoanas, os franceses

[...] induziam Aroans e Janacuzes a largar seus estabelecimentos de nomes Chaves, Revordelo, Colares, Sintra, Oeiras, etc, quais vilas são governadas por homem branco e outro de sua nação chamado principal a quem tem todo respeito, com vigário a quem o estado paga cumprindo estes com o cargo de missionário por toda esta vila e lugares anexos. E por estes mesmos então refugiados sabiam os franceses todas as novidades que corria no estado. (v3).

Eis aqui mais um exemplo, talvez o mais claro em todas as narrativas, da maneira como os portugueses se relacionavam com as populações indígenas na região: grupos Aruãs e Janacuzes eram “aldeados” na Ilha de Marajó e à leste de Belém, tratados, através de seu principal “com todo respeito” e missionarizados por um vigário. Se não quisessem ali ficar, se aproximassem-se dos franceses, sob a influência dos Cacorcoanas, tinham suas vilas “evacuadas”. Tal era a prática de um militar como Valadim, que, bem como a de Barata, tinha uma visão preconceituosa sobre os índios. A certa altura das descrições, afirma: “o indiano nunca fala verdade e está sempre em dúvida”(v1).

Na Guiana francesa, Valadim fala de “gentios domésticos de diversas qualidades de Nações, que ali se comunicam e servem os franceses” nos rios entre o Iracoubo e o Maroni. Fala de índios trabalhando para brancos e mulatos em fazendas e engenhos do Macouria, mas tampouco nomeias tais índios. Fala de “índios de missão da nação Curipy” (ou Caripira) e alguns estabelecimentos de

gentios de diferentes nações no Kourou. No Mahuri fala de uma povoação de índios da nação Pravihana, domésticos, “que por ali se retiraram do interior do Rio Suriname, cujos são mestiços e tem seus roçados úteis à colônia”; estes Pravihana, seriam “povoadores do rio Branco” e viveriam “do pouco fruto que tiram da terra”. No rio Kaú menciona “índios da nação Caraná de boca preta também domésticos”. No Appruoage, índios da nação Totana pouco distantes da povoação dos brancos. No Quinary, além de “cultivados de índios dispersos e pretos antigamente cativos”, os já mencionados Palikur teriam ali habitado antes de terem partido para o Uaçá.

Vemos que além de sua dispersão por quase todo o território e de algumas etnonímias, Valadim não nos dá muitas informações sobre os povos indígenas da Guiana Francesa. São difíceis de serem pareados com grupos atuais. Fontes contemporânea à Valadim apontam, nos rios próximos à costa da colônia francesa na década de 1790, apenas índios chamados de “Galibi”, hoje um nome genérico de tribos Karib fortemente misturados (Hurault 1965a). Suponho que sejam os Curipy ou Caripira que Valadim menciona. Os tais Totana são mencionados por alguma fontes como Itoutane, um povo que guerrearía com os Palikur, mas não é possível relacioná-los a etnias atuais (Hurault 1965b: 824). Tampouco os tais Caraná de boca-preta pude localizar. Já os tais Pravihana provavelmente são um subgrupo dos chamados Wapixana (Oliveira 2012: 80) – aqueles mesmos que Barata encontra no Taquetu –; apesar de outras fontes não confirmarem o que Valadim diz, a possibilidade de terem vindo desde aquele rio, passando pelo Suriname, não é inverossímil. Esta pode ser um indício de um capítulo da história destes índios que ainda não foi contado.

4.2.7 A Abolição na França e os Mocambos do Cabo do Norte

Valadim afirma (v2) que, na década de 1790, a população negra na Guiana Francesa era maioria. É de se imaginar como, em tal sociedade, a mudança provocada pela abolição da escravidão foi um abalo radical às estruturas econômicas e sociais²⁹. Promulgada em fevereiro de 1794 pela Convenção, a abolição não iria durar muito: em 1802 o código napoleônico restaura a escravidão. E é de se supor também que durante estes oito anos alguns proprietários franceses nas Guianas tenham mantido escravos ilegalmente. Ainda assim, o processo provocou mudanças intensas. Foi acompanhado por Valadim, que primeiro visita a Guiana Francesa em 1792, e ao voltar lá após 1795, diz estar “tudo tão perdido que era de sentir”. Apesar de serem seus inimigos, o português, em sua condição de militar e de classe alta, condoía com a situação dos donos de escravos. Os colonos franceses desesperavam-se com a situação que, lhes parecia, os levaria à bancarrota. “[...] depois da liberdade dos escravos aumentou a inação e a ruína da colônia,

²⁹ Ainda que Bressner em 1776 já tivesse proposto a abolição da escravidão como forma de alavancar a economia da Guiana Francesa, proposta prontamente rejeitada pelos proprietários de escravos daquela colônia (Jolivet 1982: 31).

perderam-se famílias, arruinaram-se os engenhos e vilas, estabelecimentos e fazendas” (v1). O lucro obtido com as plantações era baixo, os trabalhadores franceses e mestiços não eram capazes de sustentar a produção. A enorme maioria dos negros recusava-se à trabalhar, mesmo que por pagamentos. Raros seriam como os escravos de Hogoritz sobre os quais falava Nassi à Barata. Talvez sejam mesmo ficcionais aqueles escravos que aceitavam trabalhar na mesma plantação e ainda enviar o lucro das colheitas ao antigo dono.

Ao descrever as fazendas e engenhos do Macouria, Valadim nota que há uma povoação de brancos e mulatos com fazendas de planta e algum engenho, servindo-se para sua indústria dos índios “e algum preto que quer trabalhar apesar da utilidade prometida pela Convenção um terço do produto de seus frutos ou lavouras e outro um terço para a convenção ficando um terço para o fabricante” (v1). Nota similar é feita pelo autor ao falar da fazenda da *Compagnie du Sénégal*, que até 1794 tinha 250 escravos. “[...] observando também a boa qualidade das suas plantas e qualidades, porém presentemente desmerecido depois da liberdade da escravatura, apesar de ter estes uma terça parte do seu produto” (v3). A lei do terço, percebemos, não foi o suficiente para convencer os recém libertos a seguirem com o trabalho que até então vinham fazendo obrigados. Desta forma, os donos de plantações (alguns deles mulatos, como vimos) recorriam à mão de obra indígena em grande parte dos casos.

A questão, é claro, não se limitava às relações entre a colônia na Guiana e a França metropolitana. A própria abolição fora fortemente influenciada pelas revoltas no Haiti (a partir de 1792). Este acontecimento, em conjunto com as guerras maroons no Suriname e os levantes como o de Demerara deixavam os donos de escravos por todo o Caribe e América muito apreensivos.

Nas últimas décadas do século XVIII, autoridades coloniais ficaram mais uma vez sobressaltadas. Temiam que os cativos – principalmente aqueles sob o domínio português – entrassem em contato com as “ideias perigosas” a respeito de revoluções que chegavam da Europa e do Caribe através de Caiena. Os principais exemplos de contágio de tais “ideias” foram a Revolução Francesa, a Revolução do Haiti e as revoltas escravas (guerras maroons) da Jamaica e das Guianas (1795-1797) (Gomes & Queiroz 2002: 35).

O temor de holandeses e portugueses de que seus próprios escravos fugissem rumo à terras francesas, onde seriam livres, era grande. Igualmente o medo de que a notícia da abolição se espalhasse nas ideias das populações escravizadas, gerando revoltas. A explicação que Valadim apresentou, no Oiapoque, ao major de infantaria Tenot, sobre sua presença no local era que

[...] a minha ida ali era a fim de evitar as deserções tanto da nossa escravatura com a notícia tem contagiosa, como evitar em parte as consequências deste veneno espalhado entre [ilegível] europeus. E para participar que pelo interior sobre assim até os limites de majestade se acha um corpo de tropa para instruir e apreender os refugiados, os desertores que vive, a andar dispersos do serviço e aldeados com forças e debaixo da proteção do governo francês a quem pedia e reclamava debaixo de amizade todos estes indivíduos, ou cativos ou já libertos, como também todo o socorro que me fosse preciso durante a referida diligencia (v1).

Na fronteira entre França e Holanda, os holandeses mais e mais concentravam suas forças “para evitar a fuga da sua escravatura para domínios franceses, ou livrarem-se de algum insulto que os franceses ou os negros libertos houvessem de fazer”. Reciprocamente, franceses comunicavam-se por escrito com seus vizinhos holandeses, pedindo até mesmo a incorporação da Guiana Francesa pela Holanda, “a fim de terem de volta seus escravos”.

A verdade, porém, é que a abolição da escravatura na França apenas tornou mais agudo algo que acontecia há muito tempo na região: a fuga de escravos e seu estabelecimento nos interstícios entre as colônias, onde o poder dos estados era fraco. Não sem motivo, entre as cabeceiras dos rios Araguari e Carapaporis, Valadim fala de “povoações dos Pretos nossos de mais 20 anos fugidos [ilegível] se pensar de serem Povoação: tão bem descoberto pelo acaso em 1791 nas serras perto de 33 léguas pelo interior da costa de nome S. Joaquim (por eles)” (v1). A apreensão destes negros foi feita por ordem do governador do estado, utilizando “228 homens quase todos de tropa de linha [... e] dois bergantins bem fornecidos segundo as circunstâncias” (v1). A faixa entre o Araguari e o Carapaporis, de difícil navegação na costa e interior montanhoso, é o local onde Valadim mais fala de negros amocambados. Eles teriam fugido de Macapá e Mazagão. A proximidade de cachoeiras na retaguarda de Macapá facilitaria a fuga de escravos (v1). Ao falar do Carapaporis, ainda complementa descrevendo:

[...] dois rios, em o qual se divide, chamados Manaim e Aboty, pelos campos destes se passa ao nosso Araguay, e pelas serras destes se achavam amocambados alguns pretos dos moradores de Macapá e Mazagão etc; porem foram quase todos apanhados no princípio, na efetuação da exploração da costa, na qual não há presentemente incógnita alguma, que lhes sirva de refugio, inda mesmo pelo interior de seus campos, pela muita frequentação que por eles se fez (v3).

Valadim, se comparado a Barata, é uma fonte mais interessante para pensar a escravidão e a resistência a ela em terras amazônicas. É difícil acreditar apenas que a descoberta daqueles mocambos tenha sido “pelo acaso”, como coloca Valadim. Gomes afirma que os mocambos na região do Araguari provavelmente eram vários, bem organizados e numerosos:

Of the many mocambos established near the border with French Guiana, those in the Araguari area were without a doubt the most populous and stable. These mocambos were quite old, because by 1762 it was already said that there was a "large sum" of fugitives there, both from the nearby settlements and outlying areas, and it was also warned that they were "well supplied with arms." In 1785, the governor of Grao-Para declared that military expeditions were needed to capture or disperse escaped slaves and mocambos in several areas along the Araguari River. In 1788, there was another warning about the mocambos in that region. Later, information would arrive that, at the headwaters of that river, mocambos enjoyed a "safe asylum," and that with great "effrontery," groups of fugitives actually approached the town of Macapa with a view to "inciting the slaves of residents to follow them." More detailed descriptions of the mocambos on the Araguari appear in investigations undertaken in 1792. It all began with the usual complaints about escaped slaves. The residents of Macapa were so nervous about the frequency of these escapes that they did not punish slaves "for their customary rebellions" for fear that they would flee en masse (2003: 262)

O mocambo específico observado por Valadim foi atacado, tendo parte de seus habitantes sido capturados e outra parte dispersa. Alguns podem ter rumado para a Guiana Francesa. Outros

podem ter mantido-se nas matas e montanhas da região, vindo a se juntar com outros fugitivos, talvez sendo antepassados dos vários quilombos que hoje existem no Amapá, como o de Cunani, nas proximidades (cf. Kohler 2011; Gomes & Queiroz 2002). O relato de Valadim é uma peça adicional neste quebra-cabeça histórico. Não se pode traçar ascendência genealógica direta dos “desertores e negros” observados por Valadim na década de 1790 e os atuais quilombolas da área, mas o relato vem a engrossar as ainda dispersas fontes documentais que versam sobre a presença de negros fugitivos e amocambados na região.

Certo é que havia na região intensa convivência de grupos e indivíduos de origens diversas, no final do séc. XVIII. Soldados desertores, negros e índios fugiam dos portugueses e encontravam refúgio nas proximidades dos franceses; outros, inversamente, fugiam dos franceses e se protegiam próximos dos portugueses; ou ainda haviam aqueles que se aproveitavam do território contestado pelas duas potências europeias para se estabeleceram ao largo da vida colonial, ao menos temporariamente.

4.2.8 A Vida de José Lopes dos Santos Valadim

Não havendo muitas referências acerca de Valadim, busquei fazer um levantamento de quaisquer documentos que me auxiliassem a descobrir mais informações sobre este homem, sua trajetória biográfica e a produção de seu roteiro. Um problema onomástico, porém, se apresentou. José Lopes dos Santos Valadim por vezes aparece apenas como José Lopes dos Santos, um nome bastante comum, de modo que algumas das referências que encontrei podem referirem-se a outras pessoas. Isto para não falar das diferentes grafias: José ou Jozé, Santos ou Santo, Valadim ou Valladim. Não consegui, por exemplo, descobrir se há parentesco entre José Lopes dos Santos Valadim e o Tenente Eduardo António Prieto Valadim, conhecido em Portugal como “mártir do Niássa”, falecido em Moçambique durante as guerras coloniais portuguesas e elevado a herói nacional pela propaganda patriótica (cf. Carmo Reis 2008). Eis o que fui capaz de levantar:

No Orçamento para o Anno Economico de 1840-1841 do Ministério da Fazenda de Portugal, vemos José Lopes dos Santos Valadim na “Relação dos Officiaes reformados d'Armada”. Graduado como Capitão de Mar e Guerra, aparece como diplomado em 16 de Dezembro de 1790. Sua aposentadoria era de então 540\$000 anuais. Sua idade está assinalada como 70 anos em 1840 (Ferraz 1840: 338). Se esta informação está correta, Valadim teria nascido por volta de 1770, e quando de suas expedições estaria na faixa dos 20 anos, e teria já então alcançado o posto hierárquico mais alto dentre os oficiais superiores da marinha portuguesa. Tendo a acreditar que sua idade está subestimada neste documento.

Em uma “Coleção dos Folhetins Marítimos” de 1861, vemos o nome de um José Lopes dos Santos como tendo sido promovido a Capitão Tenente em 27 de julho de 1780, devida a sua participação na “gloriosa expedição de Tripoli”, uma campanha militar ocorrida em maio de 1779 que garantiu aos portugueses um tratado de paz entre o Príncipe Regente D. João VI e o paxá Jusef Carmanaly da dinastia Karamanli (Soares 1861: 207). Tendo sido Valadim promovido ao próximo grau na hierarquia naval portuguesa, Capitão de Mar-e-Guerra, dez anos depois, pode muito bem tratar-se da mesma pessoa, mas isto significaria que a idade indicada na “Orçamento...” estaria imprecisa, pois dificilmente José Lopes dos Santos (Valadim) teria participado de uma campanha militar com apenas nove anos de idade. Esta possibilidade é reforçada por documentos que analiso abaixo (Valadim 1817).

Em 1780, um barco comandado por Jozé Lopes dos Santos teria entregue uma remessa de animais exóticos para Portugal, vindos da Capitania de Pernambuco (Almeida 2014: 34). Mais uma vez, é difícil saber se trata-se do mesmo José Lopes do Santos Valadim.

Um documento sem data (do século XVIII) é assinado por Jozé Lopes dos Santos Valadim: “Regimento de sinais para o serviço da linha de barcos artilheiros que forma o corpo da Bahia”. Nele, o autor lista os deveres de oficiais de expedições navais, as formas de se defender um porto, entrando em detalhes como tamanhos de guarnições, tipos de formação de esquadras, etc. Em meio a mapas, descrições, desenhos e exemplos, propõe um regimento de sinais para ser usado como forma de comunicação visual no porta da Bahia (Valadim 17??).

Alguns documentos existentes no acervo da BN nos indicam sobre a trajetória de Valadim no Brasil. São requerimentos do mesmo para o Ministério do Império entre 1808 e 1820. Em 1810, solicita a mercê da Ordem de São Bento de Aviz, afirmando que

[...] existiu perto de seis anos em observações geográficas, cruzadoras de costa limítrofe a com a Francesa, intrusas observações com os mesmos colonos, visitando os marcos segundo Utrecht por se acharem as cortes embaraçadas desde 1651 arriscando o suplicante nesta triste crise sua vida e bens, sem interesse mais que algum que o merecer o epítáfio de um fiel vassalo (Valadim 1808).

A este documento ainda está afixada uma atestação de D. Francisco de Sousa Coutinho que diz que o bergantim Barco Macho teve como praça o quarto piloto Joze Lopes dos Santos [Valadim] – Coutinho não sabe em que data, mas sabe que foi antes de outubro de 1790, pois o bergantim foi expedido pelo próprio em setembro de 1790. Valadim esteve também empregado em lanchas artilheiras na costa e fronteira confinante com os franceses (idem). Em 1817, volta a requerer o hábito de São Bento de Aviz. Coutinho continua dando-lhe fé, afirmando que, saído do Pará, recolheu-se ao reino em Março de 1796 “sem nota alguma que o possa prejudicar” (Valadim 1808-1817). Também anexado a este documento está uma nota de 18 de outubro de 1808, em que Antonio Joaquim de Reis Portugal, cavalheiro da ordem d S. Bento de Aviz atesta que Valadim fez “alguns

embarques em os Navios de Viagem á India de Oficial, como foi no Navio denominado Vida, com toda tropa á Goa em 1786”, dentre outros embarques anteriores com “comandantes que são bem conhecidos” (idem). Finalmente, em 1820 pede pensão, pois sua família – especialmente sua mulher

Anna Brizida Rámill Valadim e sua filha Jozefa Thomazia Ramell Valadim – está exposta a “urgentes causas”. Alega “nove anos de serviço, fadigas e riscos, especialmente entre 1791 e 1796”, ou seja: os anos em que passou entre o Pará, o Cabo Norte e a Guiana Francesa, anos em que escreveu os documentos dos quais tratamos, figuram entre os mais notáveis da carreira deste militar.

Mas, dentre esta série de documentos biográficos, é um de 1817³⁰ que mais nos dá informações sobre a carreira de José Lopes dos Santos Valadim. Em 28 de janeiro de 1817 ele pedia a certidão do tempo, mês e ano de sua primeira praça militar no serviço de Vossa Majestade e demais que constar no Livro Mestre do Corpo da Marinha. Recebe como resposta que no livro consta que foi capitão de Mar e Guerra no Pará como piloto. Que voltando a corte, foi primeiro tenente em 6 de Abril de 1797. Que “passou a Capitão Tenente [...] em atenção a ocasião de Tripoli a bordo da

Nau Affonso de Albuquerque” em 27 de julho de 1799 (sic). Um decreto de 23 de maio de 1800 ordenou que contasse antiguidade deste Porto da data dele em diante. Obteve licença na data de 23 de setembro de 1806 sem vencimento de soldado, contando antiguidade para navegar em Navio de Comercio para a Bahia. Passou a capitão de Fragata em 13 de maio de 1808, a capitão de Mar e

Guerra em 13 de maio de 1810 “e para constar o referido se passou à presente secretaria de Estado em 25 de março de 1817” (Valadim 1817). Este documento confirma a participação de José Lopes dos Santos Valadim na campanha de Tripoli, mas coloca uma data errada e inverossímil para uma promoção devido àqueles eventos (1780 é mais provável). Confirma também que Valadim retorna a Portugal entre 1796 e 1797, mas lá deve reiniciar seus postos em hierarquias militares. Permanece operando serviços marítimos entre a Europa e o Brasil (em particular a Bahia, onde já estivera antes de chegar ao Pará) até ao menos 1810, ano em que atinge novamente o cargo de capitão de mar-e-guerra.

Alguns documentos no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, referem Valadim. Não pude consultá-los, mas seus sumários são suficientes para que saibamos que, no início da década de 1820, Valadim estava de volta no Pará, tendo se tornado, em 1821, Intendente Interino da Marinha daquela capitania (cf. Boschi 2002). Nesta época, como Barata, Valadim participa de eventos que levaram à independência do Brasil. Ele é listado entre os membros do conselho de autoridade civis e militares que assinou, em 11 de agosto de 1823, a favor da adesão do Pará ao Império do Brasil. Nesta data chegara em Belém, através do Lorde Cochrane, chefe das forças navais do Rio de Janeiro, a notícia de que Bahia e Maranhão haviam aderido à independência, e que caso a Junta

30 Erroneamente datado na BN como sendo de 1810.

Provisória que governa o Grão-Pará insistisse em manter-se fiel a Portugal, uma esquadra brasileira os intimaria a fazê-lo através de um bloqueio. Valadim então assinava como “Capitão de Mar e Guerra, commandante de fragata” (Leal 1859: 191; Raiol 1865: 65n1). Ele parece ter sido uma das autoridades que, por sua adesão à causa da independência, surpreenderam os partidários de Portugal, posto que D. João VI lhes “deu empregos de consideração” (Leal 1859: 193).

Encontrei ainda seu nome citado nos Diários do Governo do Império do Brasil duas vezes. Na edição de 4 de dezembro de 1823, na seção “notícias marítimas”, é notada saída no Pará do barco General Noronha, no dia 2 daquele mês, dentre os passageiros está o “ex-Comandante da Fragata nova do Pará, o Capitão de Mar e Guerra José Lopes dos Santos Valadim”. Na mesma seção, no dia 10 de fevereiro de 1824, é noticiada a saída, no dia 7 daquele mês, do barco Ing. Mediterranean, com destino a Gibraltar, levando carga de couros, açúcar e café, entre outros passageiros, estava a bordo novamente o “Capitão de Guerra José Lopes dos Santos Valadim”.

O Correio Mercantil da Bahia de 11 de Janeiro de 1843 anuncia, entre as notícias internacionais de Portugal: “A 9 morreu de uma apoplexia fulminante, n'uma loja de cambio, o chefe de divisão João Lopes dos Santos Valladim, antigo intendente de marinha no Pará”. Parece seguro afirmar que trata-se de José Lopes dos Santos Valadim, com o prenome escrito errado.

Da biografia de Valadim, sabemos pouco. Nasceu antes de 1770. Participou de uma importante campanha militar na atual Líbia em 1779 como oficial subalterno, tendo por sua participação nela tornado-se Primeiro-tenente. Provavelmente participou do comércio naval entre o Brasil e Portugal no início da década de 1780, e certamente participou do comércio entre Portugal e a Índia (particularmente Goa), naquela mesma década. Ainda no século XIX, serviu na Bahia, tendo ali escrito uma pequena obra de referência naval. Durante os anos 1790, foi tenente de fragata no Pará, e foi aí que fez suas pesquisas, a mando de Coutinho, na região contestada entre a Ilha de Marajó e o Cabo do Norte, tendo escrito em 1795 o Roteiro de suas viagens. Parte pouco depois para Portugal, onde permanece por mais de uma década. Casado, teve dificuldades financeiras em torno de 1810. Talvez por isto, na década de 1820, volta ao Pará, servindo como oficial militar português, tendo presenciado e participado como coadjuvante de acontecimentos relativos à independência do Brasil. Mesmo depois da independência, segue participando do comércio entre Brasil e Portugal. Veio a falecer no início de 1843, em Lisboa. Já era reformado a ao menos três anos e recebia seu soldo do governo português. Sua morte em uma loja de cambio pode ser indício de que ainda possuía negócios ultramarinos nos últimos anos de vida. Parece ter sido um oficial fiel à coroa, com uma carreira limpa, porém, sem berço nobre como Barata, não alcançou tantos altos postos e honrarias quanto seu contemporâneo, e sua história não foi tão contada e repetida pela

própria família. Tendo viajando muito mais pelo mundo, tampouco manteve com a colônia americana laços tão estreitos quanto aqueles cultivados por Barata.

4.2.9 Os Usos das Descrições de Valadim

Comparando com os múltiplos usos feitos do Diário de Barata, os manuscritos de Valadim são um tanto mais obscuros. Apesar da riqueza de suas informações, até onde pude descobrir, eles jamais foram impressos integralmente. Mello Moraes, que já havia citado 12 anos antes o diário de Barata, faz menção ao documento, dando pistas sobre o caminho que percorreram os escritos de Valadim até chegarem à Biblioteca Nacional:

Entre os manuscritos originais pertencentes ao ilustrado diplomata Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond encontramos uma carta (que também foi do arquivo do conde de Linhares), escrita por José Lopes dos Santos, mandada a D. José de Sousa Coutinho, irmão de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1º conde de Linhares), e de D. Francisco de Souza Coutinho, que então governava o Pará, que parece ter sido escrita em 1796, a qual por sua importância a transcrevemos pelas noções exatas que nos deixou das localidades desde Macapá até os Limites da Guyana Francesa (Mello Moraes 1871: 136).

Nas duas páginas seguintes, Mello Moraes apresenta uma cópia da “Descrição Geográfica...”, o trecho de 12 páginas do Roteiro que encontramos na sessão de manuscritos da BN. Trechos dos escritos de Valadim também foram impressos como parte do “Discuso ou Memória sobre a Intrusão dos Francezes...” de Baena, que não elabora sobre a fonte (Baena 1846).

Valadim foi pouco utilizado como fonte historiográfica. O principal uso feito de seu trabalho foi cartográfico. Corrêa-Martins analisou a produção do mapa Nova Lusitânia, que sintetizava uma visão geral das terras portuguesas no Novo Mundo. No exemplar de 1798 desta carta, o nome de Jozé dos Santos Lopes (sem o sobrenome Valadim) aparece na “Taboa das Authoridades que Abonaõ esta Charta”. Em meio a astrônomos, comissários, engenheiros e militares, ele teria sido um dos 34 personagens que “observou e configurou” o mapa. Sua patente é descrita como “Tenente de Mar” (Corrêa-Martins 2011: 7).

A “Carte de l'Amérique Équinoxiale et du Brésil”, que parece ter sido baseada na primeira versão da Nova Lusitânia, é atribuída parcialmente a Jose Lopes Santo (Silva Pontes & Lopes Santo 1798). O exemplar do mapa da América depositado na Biblioteca Nacional da França afirma ter como fonte parcial a “Carta Individual Geographica da Barra do Pará e Fóz do Amazonas” de Valadim. Não fui capaz de localizar a tal carta de Valadim. Conforme já analisou Corrêa-Martins (2011: 10-11), esta “Carte de l'Amérique Équinoxiale” veio a ser utilizada pela França no litígio acerca da fronteira com o Brasil na virada do século XX. Valendo-se dos documentos franceses, quando defende o Brasil no litígio acerca das fronteiras com a Inglaterra, Joaquim Nabuco, nas breves menções que faz ao trabalho e Valadim, o chama de José Lopes Santo. Utiliza o mapa como parte da “prova cartográfica” que deveria conceder terras ao Brasil (Nabuco 1903a: 96-8). A

comissão brasileira teria utilizado, para construir tal prova, dois levantamentos geográficos do séc. XIX: a “Exposição dos trabalhos historicos geographicos e hydrographicos que serviram de base á carta geral do imperio exibida na exposição nacional de 1875” e o “Catalogo da Exposição de Historia do Brazil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881”. Na “Exposição...”, o documento de Valadim (grafado Valladim) é o primeiro de todos citados, por tratar da parte mais setentrional do Brasil (Ponte Ribeiro 1876: 5). Ponte Ribeiro ainda menciona outras plantas ordenadas por Coutinho, mas não refere o Diário de Barata. No “Catálogo...” tanto Barata quanto Valadim são listados (Ramiz Galvão 1881: 26, 103-4).

Dentre os trabalhos mais recentes, para além do texto de Corrêa-Martins, encontrei referências a Valadim apenas em Cirne dos Santos (2013: 280). Ela pensa os investimentos investigativos e científicos que a Coroa Portuguesa realizava nas capitâneas do norte ao longo do século XVIII, especialmente durante o governo de Coutinho no Pará, e como eles teriam sido usados pela diplomacia ao longo dos anos. Menciona a “Descrição da costa e rios compreendidos entre o cabo Cassiporé ao Monte Argent” de 1795 que teria sido produzida por Francisco Coutinho, mas que certamente é uma versão da descrição de Valadim.

Fica claro, assim, que os manuscritos de Valadim são uma fonte a ser explorada pela historiografia. Pelos dados que apresenta sobre as populações indígenas, negras e outras do norte amazônico; pela perspectiva ímpar que fornece, de portugueses sobre a Guiana Francesa; por permitir inferências sobre a história militar e econômica da região.

5 – INDICAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA PARA A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL E PROPOSTAS DE FUTUROS TRABALHOS

A Biblioteca Nacional possui um rico acervo de manuscritos e obras raras sobre a região norte da Amazônia, em particular sobre as fronteiras do Brasil com as colônias francesa, holandesa e inglesa. Parte destes documentos permanece ainda um tanto obscura, pouco utilizada em trabalhos históricos sobre a região. Minha pesquisa buscou dar destaque especial a dois destes manuscritos, contextualizá-los, apresentar parte das informações neles contidas, e divulgá-los. Este relatório, porém, de formato e escopo limitado, é apenas o primeiro passo da pesquisa.

O ensaio contido neste relatório deverá ser enviado para periódicos científicos nacionais, a ser publicando como um ensaio longo (sobre os dois manuscritos) ou como dois artigos separados (um sobre Barata, outro sobre Valadim). Outra possível continuação para o trabalho é propor uma edição moderna dos dois relatos – principalmente o de Valadim, tão subutilizado – para que possam ser fontes mais acessíveis para os estudos históricos acerca da região das Guianas. O ensaio poderia tornar-se a introdução destes volumes.

6 – MANUSCRITOS CITADOS

Coleção Arthur Ramos / Biblioteca Nacional

- Abreu, Manoel Joaquim de. <1794>. “Dois officios sobre, a desistencia dos Franceses em construir uma fortificação nas proximidades do Rio Oiapoque e a demora na expedição para estudos dos Rios e suas margens a bordo do pesqueiro de Araguari ao Rio Oiapoque, e diario com descrição minuciosa, da expedição de Araguari ao Oiapoque.” Biblioteca Nacional: coleção Limites do Brasil. Loc: II-31,18,021.
- Barata, Francisco José Rodrigues. <1799>. “Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço”. Biblioteca Nacional: C.E.H.B. nº1.041. Loc.: 02,1,007.
- Bouchenroeder, Friedrich von. <1798>. “Carte generale et particuliere de la colonie d'Essequibe & Demerarie située dans la Guiane en Amérique rédigée et dédiée au comité des colonies & possessions de la Republique Batave en Amérique, & a la côte de Guinée par le major F. von Bouchenroeder”. Brown University Library: JCB Map Collection. Loc: Gm798 BoF. Disponível em: <http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/s/cq06c2>, acesso em 4/11/2014.
- Coutinho, Francisco Maurício de Sousa. <1793>. “Ofício a Martinho de Melo e Castro relatando-lhe todos os passos da expedição que mandou fazer na região do Oiapoque, perto da povoação francesa na Guiana”. Biblioteca Nacional: Coleção Linahres. Loc.: I-29,16,27
- Silva Pontes, Antonio Pires da & Lopes Santo, Jose. <1798>. *Carte de l'Amérique équinoxiale et du Brésil*. Bibliothèque Nationale de France, département Cartes et Plans, GE C-1468 (RES). Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b72002588/f3.zoom>, acesso em 3/11/2014.
- Valadim, José Lopes dos Santos. <17??>. “Regimento de sinais para o serviço da linha de barcos artilheiros que forma o corpo da Bahia”. Biblioteca do Exército de Portugal. Loc: 10647-28-3 BEP. Disponível em: http://biblioteca.exercito.pt/download.asp?file=multimedia/associa/pdf/biblioteca_digital/10647.pdf, acesso em 3/11/2014
- _____. <1795>. “Descrição da Costa dos Rios Compreendidos desde o Cabo Cassipure até ao Monte de Arjan dada ao governador do Pará D. Francisco de Souza Coutinho”. Biblioteca Nacional: C.E.H.B. nº276. Loc.: 07,4,085. (citado como v2)
- _____. <1795-6>. “Descrição geográfica da costa oriental da Guiana portuguesa desde a Praça de São José de Macapá até os limites confinantes com a colônia francesa, e os rios compreendidos, com algumas noções geográficas, e dissertações meteorológicas”. Biblioteca Nacional: C.E.H.B. nº278 C.E.H.B. nº276 . Coleção Martins. Loc.: 05,1,002. (citado como v1)
- _____. <1796a>. “Descrição geográfica da costa da Guiana portuguesa desde a praça de São José de Macapá até os limites confinantes com a colônia francesa”. Biblioteca Nacional: C.E.H.B. nº278 C.E.H.B. nº279 . Coleção Carvalho. Loc.: 07,2,018. (citado como v3)
- _____. <1796b>. “Descrição geográfica da costa da Guiana portuguesa desde a praça de São José de Macapá até os limites confinantes com a colônia francesa”. Biblioteca Nacional: C.E.H.B. nº279 C.E.H.B. nº278. Coleção Carvalho, Loc.: 07,3,031.
- _____. <1808>. “Requerimento encaminhado ao Ministerio do Imperio, solicitando a merce da Ordem de Sao Bento de Aviz”. Biblioteca Nacional: Coleção documentos biográficos. Loc.: C-0802,027 nº002.
- _____. <1808-1817>. “Requerimento encaminhado ao Ministerio do Imperio, solicitando fe de officio”. Biblioteca Nacional: Coleção documentos biográficos. Loc.: C-0802,027 nº003.

_____. <1817>. “Requerimento encaminhado ao Ministerio do Imperio, solicitando a merce da Ordem de Sao Bento de Aviz”. Biblioteca Nacional: Coleção documentos biográficos. Loc.:C-0802,027 nº004.

_____. <1819-20>. “Requerimento encaminhado ao Ministerio do Imperio, solicitando pensao em remuneração de serviços prestados, com sobrevivencia para sua mulher, Anna Brezida Ramell Valadim, e para sua filha Josefa Thomazia Ramell Valadim.” Biblioteca Nacional: Coleção documentos biográficos, Loc.: C-0802,027 nº001.

7 - BIBLIOGRAFIA CITADA

Abonnec, E. 1951. *Aspects Démographique de la Guyane Française*. Cahors, Coueslant.

Almeida, Argus Vicente de et al. 2014. *Animais Enviados para Portugal, entre 1754 e 1805, pelos Governadores da Capitania de Pernambuco*. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP.

Andrello, Geraldo. 2004. “Taurepang” in: *Enciclopédia dos Povos Indígenas do Brasil*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/taurepang/print>, acesso em 19/10/2014.

Arbell, Mordechai. 2002. *The Jewish Nation of the Caribbean: The Spanish-Portuguese Jewish Settlements in the Caribbean and the Guianas*. Jerusalem: Gefen.

Azanha, Gilberto & Leão, Maria A. C. S. 2005. “Karipuna de Rondônia” in: *Enciclopédia dos Povos Indígenas do Brasil*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karipuna-de-rondonia/print>, acesso em 19/10/2014.

Azevedo, João Lucio d'. 1921. *Historia des Christãos Novos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Baena, Antônio Ladislao Monteiro. 1846. “Discurso ou memória sobre a intrusão dos francezes de Cayena nas terras do Cabo do Norte, em 1836, escrita para ser apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Maranhão: Typographia da Temperança.

Barbosa, Gabriel Coutinho & Morgado, Paula. 2003. “Wayana” in: *Enciclopédia dos Povos Indígenas do Brasil*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/wayana/print>, acesso em 2/11/2014.

Barata, Mário. 1960 “A 'Nação Judaico-Portuguesa' do Suriname e suas relações com o Brasil no século XVIII” *Comentário*, I: 54-57.

_____. 1961. “A Expansão portuguesa na bacia do Rio Branco, na Amazônia, no século XVIII, e a viagem de Francisco José Rodrigues Barata ao Surinam em 1798” comunicação apresentada no Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, Lisboa.

Barata, Francisco Rodrigues. 1806. *Memória sobre a Província de Goyaz, seu Descobrimento e População*. Lisboa.

_____. 1848 [1804]. “ Memória em que se mostram algumas Providências tendentes ao Melhoramento da Agricultura e Comércio da Capitania de Goyaz”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Segunda Série, Tomo quarto. pp. 336-365.

_____. 1846 [1799]. “Diário que fez à colônia holandesa de Suriname o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará pelos Sertões, e Rios deste Estado em Diligência do Real Serviço Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, primeiro e segundo trimestre. pp. 1-53; 157-204.

_____. 1944. *Diário da viagem ao Surinam* (contribuição do governo do estado do Pará ao Xº Congresso Brasileiro de Geografia). Belém: Of. Graf. da Revista da Veterinária.

- Barbosa, Plácido. 1929. “Pequena História da Febre Amarela no Brasil”. *Archivos de Hygiene* 3: 329-338.
- Boschi, Caio C. (org.). 2002. *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Pará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. Belém: SECULT, Arquivo Público do Pará, 3 vols. Disponível em: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc013/CU-Para.pdf>, acesso em 3/11/2014.
- Brito, Adilson Jr. Ishihara. 2008. “*Viva a Liberté!*” *Cultura Política Popular, Revolução e Sentimento Patriótico na Independência do Grão-Pará, 1790-1824*. Dissertação de Mestrado, UFPE.
- Capiberibe, Artionka. 2009. *Alteridade e transformações entre os Palikur na fronteira Brasil/Guiana Francesa*. Tese de Doutorado, MN-UFRJ.
- Carmo Reis, Luís Filipe. 2008. *Visões de Império n nas Vésperas Do “Ultimato” – Um Estudo de Caso sobre o Imperialismo Português (1889)*. Porto: CEAUP.
- Cirne dos Santos, Nívia Pombo. 2013. *O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino: Circuitos Ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. Tese de Doutorado em História Social, UFF.
- Corrêa-Martins, Francisco José. 2011. “As Várias 'Fases' da 'Nova Lusitania', de Antonio Pires da Silva Pontes Leme”. Texto apresentado no IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica, Porto.
- Costa, Emília Viotti da. 1998. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: A Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Coudreau, Henri A. 1887. *La France Équinoxiale. Voyage a Travers les Guyanes et l'Amazonie*. Paris: Challamel Ainé.
- Cristovão dos Santos, Pedro Afonso. 2013. “As 'Questões de Limites' no Brasil do Século XIX: Diplomacia e Erudição Histórica a partir da Contribuição de Joaquim Caetano da Silva (1810-1873) ao Debate da Fronteira com a Guiana Francesa”. XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Natal.
- Cunha, Olívia M. G. 2007. “Travel, Ethnography, and Nation in the Writings of Rómulo Lachatañéré and Arthur Ramos”. *New West Indian Guide* 81 (3/4): 219-257.
- Edwads, Walter F. 1978. “A Preliminary Sketch of Arekuna (Carib) Phonology”, *International Journal of American Linguistics* 44 (3).
- Faillace, Vera Lúcia Miranda (org.). 2004. *Arquivo Arthur Ramos – Inventário Analítico*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional.
- Ferraz, Florido Rodrigues Pereira. 1840. *Orçamento para o Anno Economico de 1840-1841, pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Fortes, Mírcia Ribeiro. 2000. “A Rede de Fortificações na Amazônia Brasileira : uma abordagem sobre a Militarização (séculos XVII e XVIII)”. *Somanlu* 1 (1): 159-168.
- Gallois, Dominique T. & Grupioni, Denise F. 2003. *Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará: Quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?*. São Paulo: Iepé.
- Gomes, Flávio dos Santos. 1997. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Tese de Doutorado, Unicamp.
- _____. 2001. “Identidades e ocupação colonial na Amazônia oriental”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 413: 11-54.
- _____. 2003. “Other Atlantic Borders: Escape routes, 'mocambos' and fears of sedition in Brazil and French Guiana (eighteenth to nineteenth centuries)”. *New West Indian Guide* 77 (3/4): 253-287.

- Gomes, Flávio dos Santos & Queiroz, Jonas Marçal de. 2002. “Amazônia, Fronteiras e Identidades : Reconfigurações Coloniais e Pós-Coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)” *Lusotopie*, 2002/1: 25-49.
- Gomes Filho, Gregório Ferreira. 2012. *O Forte São Joaquim e a Construção da Fronteira No Extremo Norte: A Ocupação Portuguesa Do Vale Do Rio Branco (1775-1800)*. Dissertação De Mestrado em História, UFSM.
- Granger, Stéphane. 2012a. “O Contestado Franco-Brasileiro: Desafios e Consequências de um Conflito Esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia”. *Revista Cantareira* 17.
- _____. 2012b. *La Guyane et le Brésil, ou la Quête d'Intégration Continentale d'un Département Français d'Amérique*. Thèse de Doctorat, Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3.
- Groot, Silvia W. de. 2009. *Agents of their own Emancipation; Topics in the History of Surinam Maroons*. Amsterdam: Eigen beheer.
- Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. 2004. “Africanismo e democracia racial: a correspondência entre Herskovits e Arthur Ramos (1935 -1949)”. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Africanismo%20e%20democracia%20racial.pdf> – acesso em 05/04/2014.
- Herskovits, Melville J. & Frances S. Herskovits. 1934. *Rebel Destiny: Among the Bush Negroes of Dutch Guiana*. New York: McGraw Hill.
- _____. 1936. *Suriname Folk-lore*. New York: Columbia University Press.
- Hill, Jonathan David & Santos-Granero, Fernando. 2006. *Comparative Arawak Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*. Urbana: University of Illinois Press.
- Humboldt, Alexander von. 1850 [1807]. *Aspects of Nature in Different Lands and Different Climates with Scientific Ellucidations*. London: Longman, Green and Longmans.
- _____. 1853 [1807]. *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of America, During the Years 1799-1804 – vol 3*. London: Hnery G. Bohn.
- Hurault, Jean. 1965b. “La Population des Indiens de Guyane Française. I: Vue Historique Générale”. *Population* 20 (4): 603-632.
- _____. 1965b. “La Population des Indiens de Guyane Française. Deuxième Article”. *Population* 20 (5): 801-828.
- Instituto Socioambiental. 2006. “Karipuna do Amapá” in: *Enciclopédia dos Povos Indígenas do Brasil*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karipuna-do-amapa/print>, acesso em 19/10/2014.
- _____. 2008. “Wapixana” in: *Enciclopédia dos Povos Indígenas do Brasil*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/wapixana/print>, acesso em 19/10/2014.
- Ishmael, Odeen. 2013. *The Guyana Story: From Earliest Times to Independence*. Bloomington: Xlibris.
- Jolivet, Marie-José. 1982. *La Quésition Créole. Essai de Sociologie sur la Guyane Française*. Paris: ORSTOM.
- Kohler, Florent et al. 2011. *Síntese Missão Cunani*. Programme USART – Financement Agence Nationale de la Recherche.
- Loureiro , Thiago de Niemeyer Matheus. 2013. *Genealogias, Herança e Pessoa Judaica no Suriname*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional / UFRJ.

- Mello, Marcelo Moura. 2012. *Reminiscências dos quilombos. Territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo, Terceiro Nome.
- Mlynarz, R. et alli. 2008. “Ingarikó” in: *Enciclopédia dos Povos Indígenas do Brasil*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/ingariko/print>, acesso em 19/10/2014.
- Lapa e Silva, Iuri A. 2010. *A ordem desejada e a desordem promovida: acordos, motins e mestiços na ocupação da Guiana Francesa (1809-1817)*. Dissertação de Mestrado em História Social. IFCS / UFRJ.
- _____. 2011. “As canoas da desforra . Anotações sobre viagem ao Suriname em 1799 mostram encontro com judeus portugueses”. *Revista de História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/as-canoas-da-desforra> – acesso em 19/05/2014.
- Leal, Phelippe José Pereira. 1859. “Memória sobre os Acontecimentos Políticos que Tiveram Lugar no Pará em 1822-1823” *Revista do IHGB* tomo XXII: 161-200.
- Lier, R. A. J. van. 2005 [1949]. *Sociedade de Fronteira: uma Análise Social da História do Suriname*. Brasília: Funag/IPRI.
- Lima, Maurício Lopes. 2013. “Por uma antropologia do negro: O diálogo convergente entre Arthur Ramos e Dante de Laytano”. *Em Tempo de Histórias* 22: 78-96.
- Ly, Abdoulaye. 1993. *La Compagnie du Sénégal*. Paris: Karthala.
- Menck, José Theodoro Mascarenhas. 2008. “Ocupação Territorial de Roraima” *Cadernos ASLEGIS* 34.
- _____. 2009. *A Questão do Pirara (1829-1904)*. Brasília: FUNAG.
- _____. 2012. “Notas Introdutórias à Leitura da *Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique*” in: Barão do Rio Branco. *Obras do Barão do Rio Branco II: Questões de limites Guiana Inglesa*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. pp. 21-61.
- Mello Moraes, Alexandre José. 1859. *Corographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria, e Politica do Imperio do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho.
- _____. 1871. *Historia do Brasil-Reino e Brasil-Imperio*. Rio de Janeiro: Typ. De Pinheiro.
- Mesquita, Lindolfo. 1944. *O Brasil nas Guianas - a visita do coronel Magalhães Barata a Caiena, Georgetown e Paramaribo*. Belém: DEIP.
- Nabuco, Joaquim. 1903a. *Fronteiras do Brazil e da Guyana Inglesa – O Direito do Brazil, Primeira Memoria Apresentada em Roma a 27 de Fevereiro de 1903*. Paris: A. Lahure.
- _____. 1903b. *Limites entre le Brésil et la Guyane Anglaise – Annexes du premier mémoire du Brésil – vol. IV, Documents d'origine portugaise*. Paris: A. Lahure.
- _____. 1903c. *Limites entre le Brésil et la Guyane Anglaise – Annexes du premier mémoire du Brésil – vol. IV, Documents d'origine portugaise, série II*. Paris: A. Lahure.
- _____. 1903d. *Second Mémoire, vol. II Notes sur la Partie Historique du Premier Mémoire Anglais présenté a Rome le 26 septembre 1903*. Paris: A. Lahure.
- _____. 1903e. *Second Mémoire, vol. II La Preuve Cartographique présenté a Rome le 26 septembre 1903*. Paris: A. Lahure.
- _____. 1904a. *Troisième Mémoire Vol. II, Histoire De La Zone Contestée Selon Le Contre-Mémoire Anglais Presente A Rome Le 25 Fevrier 1904* . Paris: A Lahure.

- _____. 1904b. *Troisième Mémoire Vol. III, Reproduction Des Documents Anglais Suivis De Brèves Observations Presente A Rome Le 25 Fevrier 1904*. Paris: A Lahure.
- Nassi, David Cohen. 1788. *Essai Historique sur la Colonie de Surinam*. Paramaribo. 2 vols.
- Nogueira, Ítalo. 2008. “Política Indigenista é Lamentável e Caótica, diz General”. Folha de São Paulo 17/04/2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/04/393029-politica-indigenista-e-lamentavel-e-caotica-diz-general.shtml>, acesso em 19/10/2014.
- Noyer, M. 1827. *Forêts Vierges de la Guiane Française*. Paris: Madame Huzard.
- Oliveira, Alessandro Roberto de. 2012. *Tempo dos Netos. Abundância e Escassez nas Redes de Discursos Ecológicos entre os Wapichana na Fronteira Brasil-Guiana*. Tese de Doutorado, DAN/UnB.
- Oostindie, Gert. 2012. “‘British Capital, Industry and Perseverence’ versus Dutch ‘Old School’? The Dutch Atlantic and the Takeover of Berbice, Demerara and Essequibo, 1750-1815”. *Low Countries Historical Review* 127 (4): 28-55.
- Peixoto, Renato Amado. 2005. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Tese de doutorado em História Social, IFCS / UFRJ.
- Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixto. 2011. “Manaus: Mudar com ou contra o Passado?”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH.
- Pires, Rogério Brittes W. 2014. “Saramakas e Quilombolas em uma Perspectiva Comparada: Explorando o Acervo Documental e Bibliográfico da Biblioteca Nacional”, relatório parcial de pesquisa para a Biblioteca Nacional. Ms.
- Ponte Ribeiro, Barão da. 1876. *Exposição dos trabalhos historicos geographicos e hydrographicos que serviram de base á carta geral do imperio exibida na exposição nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- Pombo, Nivia. 2008. “Sábio Conselheiro” *Revista de História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/sabio-conselheiro>, acesso em 22/09/2014.
- Price, Richard. 1996. *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. 3rd ed. Baltimore: John Hopkins University Press.
- _____. 2000. “Reinventando a História dos Quilombos: Rasuras e Confabulações”. *Afro-Ásia* 23: 241-265.
- _____. 2002 [1983]. *First-Time: The Historical Vision of an Afro-American People*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. 2007 “Liberdade, Fronteiras e Deuses: Saramakas no Oiapoque (c. 1900),” in Flávio dos Santos Gomes & Olívia Maria Gomes da Cunha (eds.), *Quase-Cidadão: histórias antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas. pp. 119-146.
- _____. 2011. *Rainforest Warriors: Human Rights on Trial*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- _____. 2013. “Saamaka Gays in Quilombos?” *Revista de História Comparada* 7 (1): 149-155.
- Price, Richard & Price, Sally. 1992. “Introduction” in: John Gabriel Stedman. *Stedman's Surinam - Life in an Eighteenth-Century Slave Society*. An Abridged, Modernized Version of *Narrative of a Five Years Expedition against the Revolted Negroes of Surinam*. Richard Price & Sally Price (eds.). Baltimore and London: The John Hopkins University Press. pp. ix-lxxvii.

- Purpura, Christian. 2006. *Formas de Existência em Áreas de Fronteira. A Política Portuguesa do Espaço e os Espaços de Poder no Oeste Amazônico (séculos XVII e XVIII)*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP.
- Raiol, Domingos Antônio. 1865. *Motis Políticos ou Historia dos Principais Acontecimentos Politicos da Provincia do Pará desde o Anno de 1821 até 1835*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico.
- Ramiz Galvão, B. F. (org.). 1881. “Catalogo da Exposição de Historia do Brazil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881” Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro 1881-1882. Volume IX. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos.
- Ramos, Arthur. 1942. *A Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional.
- Redfield, Peter. 2000. *Space in the Tropics: From Convicts to Rockets in French Guiana*. Berkeley: Univeristy of California Press.
- Renselaar, H. Van & J. Voorhoeve. 1962. “Messianism and Nationalism in Surinam”, *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 118 (2): 193-216.
- Ricci, Magda Maria de Oliveira. 2013. “Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824)” in: J. Arruda et al (orgs.). *De Colonos a Imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda.
- Rio Branco, Barão do [José Maria da Silva Paranhos Júnior]. 2012 [1897]. *Obras do Barão do Rio Branco II: Questões de limites Guiana Inglesa*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Romani, Carlo. 2008. “O Poder de Nomear: Algumas toponímias do Oiapoque”. *Ameríndia* 5 (1).
- _____. 2012. “As questões do limites setentrionais com as Guianas e a política externa durante a expansão imperialista inglesa e francesa (passagem do século XIX ao XX)”. Disponível em <http://www.historiaunirio.com.br/numem/pesquisadores/carloromani/> – acesso em 19/05/2014.
- _____. 2013. *Aqui Começa o Brasil! História das Gentes e dos Poderes na Fronteira do Oiapoque*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Saavedra, Mónica. 2013. “Malária, Mosquitos e Ruralidade no Portugal do Século XX”. *Etnográfica* 17 (1).
- Sanjad, Nelson. 2010. “Os Jardim Botânicos Luso-Brasileiros” *Ciência e Cultura* 62 (1): 20-22.
- Santilli, Paulo. 2004. “Makuxi” in: *Enciclopédia dos Povos Indígenas do Brasil*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/makuxi/print>, acesso em 19/10/2014.
- Sauma, Julia Freitag. 2013. *The Deep and the Erepecuru: Tracing transgressions in an Amazonian Quilombola territory*. Phd Thesis, UCL.
- Schomburgk, Robert Hermann. 1840. *A Description of British Guiana, Geographical and Statistical: Exhibiting its Resources and Capabilities together with the Present and Future Condition and Prospects of the Colony*. London: Simpkin.
- Schomburgk, Robert. 2006. [1839]. *The Guiana Travels of Robert Schomburgk, 1835-1844. Vol. I: Explorations on behalf of the Royal Geographical Society 1835-1839*. Edited by Peter Rivière. Aldershot: Hakluyt Society.
- Smyth, William H. 1836. “Account of the Rivers Amazon and Negro from recent Observations” *Journal of the Royal Geographic Society* 6: 11-23
- Siqueira, Márcia T. A. D. *Saúde e Doença na Província do Paraná (1853-1889)*. Tese de Doutorado em História Demográfica, SCH, UFPR.

- Soares, Joaquim Pedro Celestino. 1861. “A Paz de Tripoli” in: *Quadro de Naves ou Colecção dos Folhetins Marítimos do Patriota Seguidos de huma Epopeia Naval Portuguesa*. Parte I- Folhetins, Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional. pp. 199-207.
- Stedman, John Gabriel. 1992 [1796]. *Stedman's Surinam - Life in an Eighteenth-Century Slave Society*. An Abridged, Modernized Version of *Narrative of a Five Years Expedition against the Revolted Negroes of Surinam*. Richard Price & Sally Price (eds.). Baltimore and London: The John Hopkins University Press.
- Sztutman, Renato. 2005. O profeta e o Principal : A Ação Política Ameríndia e seus Personagens Tese de Doutorado em Antropologia Social, FFLCH/USP.
- Varnhagen, Francisco Adolfo de. 1857. *História geral do Brazil – Tomo Segundo*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert.
- Vidal, Lux. 2000. “Galibi-Marworno” in: *Instituto Socioambiental – Povos Indígenas do Brasil*. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/galibi-marworno/> – acesso em 19/05/2014.
- Wiazovski, Taciana. 2011. *Cultura em Comentário: Uma Revista de Cultura e Resistência (1960-1973)*. Tese de Doutorado FFLCH/USP.
- Williams, Brackette F. 1990. “Dutchman Ghosts and the History Mystery: Ritual, Colonizer, and Colonized Interpretations of the 1763 Berbice Slave Rebellion” *Journal of Historical Sociology* 3 (2): 133-165.
- [s/a]. [s/d]. “Família Barata Freire – Parte 1”. Disponível em: http://www.genealogiafreire.com.br/unido_barata_freire.htm, acesso em 24/09/2014.

8 - AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO:

REGISTRO DO PARECER

AVALIAÇÃO FINAL

Avaliador

ANEXO 1: Mapa da Viagem de Barata



Ida – Capitania do Pará:

- △ Cidade do Pará [Belém]
- ≈ Rio Mojú
- ≈ Igarapé-miri
- Engenho Jequiriassú
- ≈ Rio Mernim [Meruí-açu?]
- ≈ Rio Uanapú [Anapú]
- ≈ Baía de Marapatá
- ≈ Baía de Limoeiro
- ≈ Rio Limoeiro
- ≈ Rio Japiim
- ≈ Baía do Maruarú
- ≈ Rio Paráú [Parauáú]
- Sítio Prudente
- ≈ Rio Tajapurú
- ≈ Rio Amazonas
- △ Vila Gurupá
- ≈ Rio Amazonas
- △ Lugar de Carrzedo
- ≈ Rio Curicaia
- ≈ Furo Aquiqui
- △ Vila de Almeirim
- ≈ Rio Outeiro
- ≈ Rio de Monte Alegre
- △ Vila de Monte Alegre
- ≈ Rio Amazonas
- Cacoal de João Gama Lobo
- ≈ Furo Itaqui [Ituqui]
- ≈ Rio Tapajós
- △ Vila de Santarém
- ≈ Rio Amazonas
- Sítio de Pericatuba
- ≈ Rio Arapari
- ≈ Rio Paranámirim
- Cacoal de Manoel Baptista da Silva
- ≈ Rio Amazonas
- * Vila de Óbidos
- Cacoal de Raimundo Jozé da Silva

Capitania do Rio Negro:

- ≈ Rio Parentim
- △ Vila Nova da Rainha [Parintins]
- ≈ Rio Cararucú
- △ Vila de Silves (ou Saracá)
- ≈ Lago Saracá
- ≈ Rio Silves (ou Urubu)
- ≈ Canal até o Amazonas
- △ Vila de Serpa [Itacoatiara]
- Sítio Matari
- ≈ Rio Negro
- ◇ Fortaleza da Barra do Rio Negro [Manaus]
- △ Lugar de Aijrão [Airão]
- △ Vila de Moura (antiga Pedreira)
- △ Lugar de Carvoeiro
- △ Vila de Poiaras [Tauapessaçu]
- △ Cidade de Barcelos [capital]
- △ Vila de Poiaras
- △ Lugar de Carvoeiros
- ≈ Boca do Majaú [Xeriuini]
- ≈ Rio Branco
- (△) Pesqueiro
- △ Santa Maria
- △ Lugar do Carmo
- ? Surumu
- (○) Feitoria de peixe
- ? Caranapatuba
- Sítio Maguarí
- (△) Povoação de Santa Maria Velha
- Sítio Matapi
- (△) Povoação Conceição
- △ Lugar de S. Fillipe
- (△) Povoação de Camame
- Fazenda de Gado de Sua Majestade
- ◇ Fortaleza de S. Joaquim [Boa Vista]
- ≈ Rio Taquetú [Tacutu]
- ≈ Boca do Surumú
- ≈ Boca do Mahú [Maú / Ireng]
- ≈ Rio Saraurú [Sauriwau]
- (○) Feitoria de peixe

Guiana Inglesa:

- ≈ Cachoeiras
- ≈ Rio Repuniri [Rupununi]
- ≈ Igarapé [sem nome]
- ≈ Igarapé Macará
- ≈ Lago Apequeme
- ≈ Foz do Repuniri
- ≈ Rio Excequebe [Essequibo]
- ≈ Diversas cachoeiras
- Plantação “das Mulatas”
- △ Cidade do Essequibo
- ≈ Mar [do Caribe]
- △ Cidade de Demerari [Georgetown]

Guiana Holandesa:

- Sítio Maiacá
- Estrada
- ≈ Rio Maiconi
- Estrada
- ≈ Rio Berbiche [Berbice]
- ◇ Fortaleza de Berbiche
- △ Cidade Berbiche [New Amsterdam]
- ≈ Mar [do Caribe]
- ◇ Forte d'Amsterdão [Fort Nieuw Amsterdam]
- * Cidade do Surinam (ou Paramaribo)

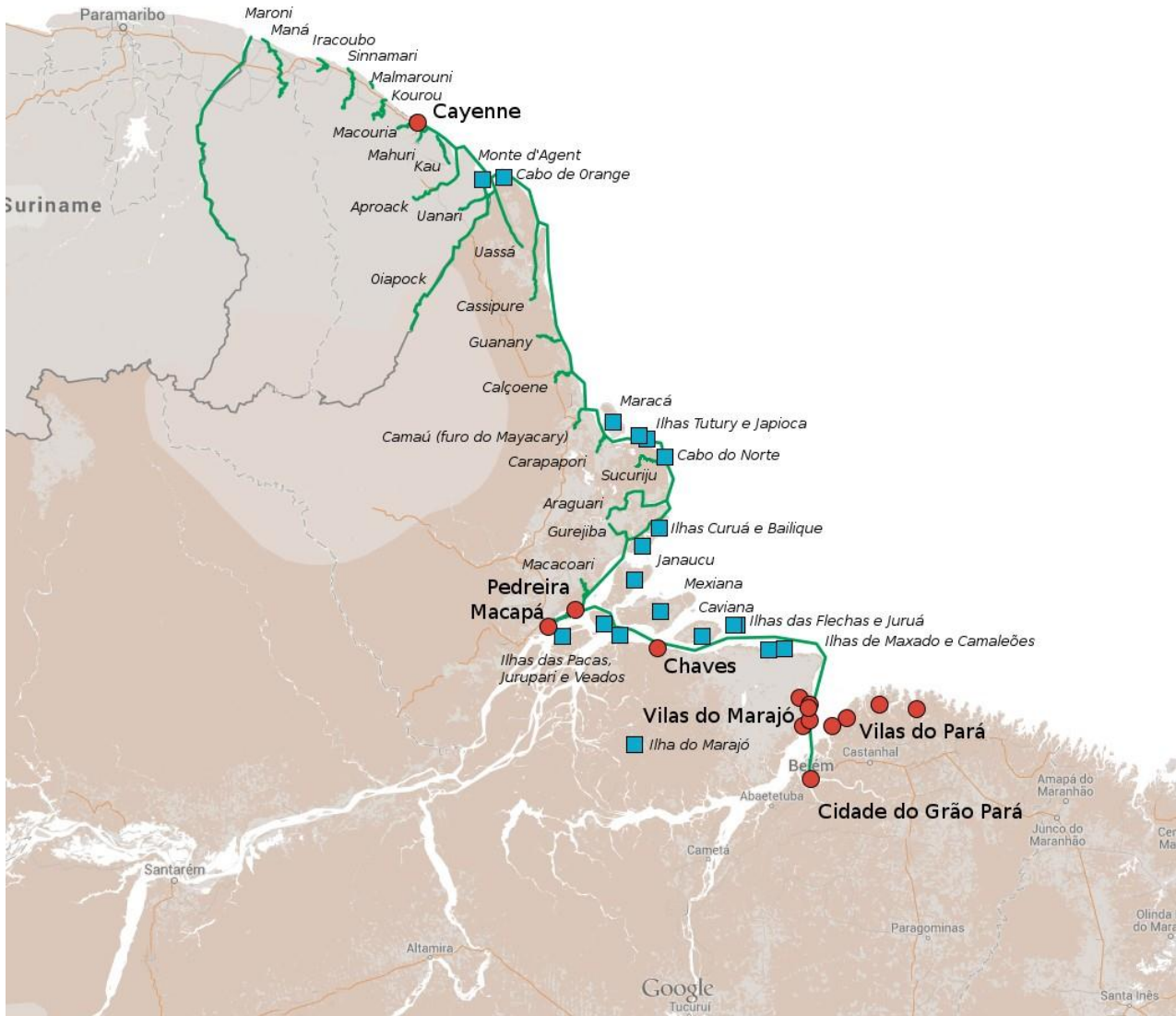
Retorno:

- ≈ Rio Berbiche
- ◇ Fortaleza de Berbiche
- * Cidade de Demerari
- ≈ Rio Essequibo
- Plantação “das Mulatas”
- △ Lugar do Trajeto
- Trajeto por terra
- ≈ Rio Mahú
- Trajeto por terra
- ◇ Fortaleza de S. Joaquim
- ◇ Fortaleza B. Rio Negro
- △ Villa Nova da Rainha
- △ Cidade do Pará

Legenda:

≈ Corpos d'água → Trajeto por terra	△ Cidade, vila, ou povoação ○ Fazenda, sítio, engenho ou feitoria ? Local citado sem explicação	◇ Fortificação militar (△) ou (○) Local desativado
--	---	---

ANEXO 2: Mapa das Viagens de Valdim



- △ Cidade do Grão-Pará
- Ponta de Jojoca
- Ilhas de S Caetano [???
- Vilas do Pará:
 - △ Oeiras [???
 - △ Colares
 - △ Vigia
 - △ Vila Nova (de El-Rei) [Curuçá]
 - △ Sintra [Maracanã]
- ≈ Costa Ocidental do Amazonas
- ≈ Canal do meio
- Ilha de Marajó (ou Joanes)
- Vilas de Marajó:
 - △ Monsarás
 - △ São Monforte [Joanes]
 - △ Soure
 - △ Montmor [Salvaterra?]
 - △ Mondé [Mondim]
 - △ Vila de Chaves
 - (△) Vila Revordelo
- Ilhas ao norte de Marajó:
 - Ilha de Maxado [Machadinho]
 - Ilha dos Camaleões [Camaleão]
 - Ilha de Frexas [Flechas]
 - Ilha de Jerúa [Juruá]
 - Ilha de Mexiana
 - Ilha de Caviana
- ≈ Canal do Vieira (rodeia a ilha de Joannes)
- Ilhas ao sudeste de Marajó:
 - Ilha de Pacas
 - Ilha de Jerupari [Jurupari]
 - Ilha de Saracuras [???
 - Ilha de Cotias [???
 - Ilha de Veados
 - Ilha de Carás [???
 - Ilha de Arais [???
 - Ilha de Janaucu
 - Ilha de Porios [???
- ≈ canal do Anajá
- ≈ Canal Grande do Amazonas
- △ Praça de Macapá
- ≈ Rio Macapá [Matapi?]
- Ilhas e rios de Macapá:
 - Ilha dos Caranguejos [???
 - Ilha dos Camarões [???
 - ≈ Rio Curiaú
 - ≈ Rio Carapanatuba
 - ≈ Rio Uacariguara [???
 - ≈ Rio Vacarena [???

- △ Pedreira
- ≈ Rio Macacoary
- ≈ Rio Gurejuba [Gurijuba]
- Ilha Curuá
- Ilha Bailique
- ≈ Rio Araguay
- ◇ Arraial de Araguari
- ≈ Rio Piratuba [???
- ≈ Rio Paratua [???
- ≈ Rio Sucruju [Sucuriju]
- Cabo do Norte
- Ilha de Tutury
- Iha de Gipioca [Jipioca]
- Ilha de Maracá
- ≈ Rio Carapaporis (ou Vicente Pinçon) [Macari]
- ≈ Rio Camaú (ou Furo do Matacary) [Flexal?]
- ◇ Fortificações
- ≈ Calçoenne
- ≈ Rio Guanany [Cunani]
- ≈ Cassipure [Cassiporé]
- Cabo de Orange
- ≈ Rio Uassá [Uaçá]
- ≈ Rio Oyapock (ou Vicente Pinçon)
- ◇ Forte São Luiz do Oyapock
- Monte de Arjan [Mont d'Argent]
- △ Vila de Aprouack
- Rios da Guiana Francesa:
 - ≈ Rio Uanari [Quanary]
 - ≈ Rio Aproack [Approuague]
 - ≈ Rio Kau [Kaw]
 - ≈ Rio Mahuri ou Oyac
 - ≈ Rio Macouria
 - ≈ Rio Kourou (ou Croú)
 - ≈ Rio Malmanouri
 - ≈ Rio Sinnamari
 - ≈ Rio Iracoubo
 - ≈ Rio Maná
 - ≈ Rio Maruni [Maroni ou Marowijne]
- △ Cayanna [Caiena]

Legenda:

- ≈ Corpos d'água
- Ilhas e acidentes geográficos
- △ Cidade ou povoação
- ◇ Instalação Militar
- (△) Local desativado